

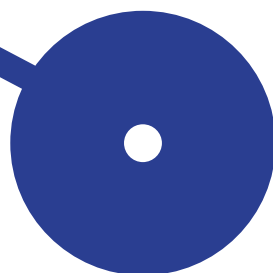
M

MESTRADO Em Educação e Intervenção Social
Especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco

**(Re)construir, (Re)qualificar,
(Re)significar:
A relação de ajuda como base
para o empoderamento de um
grupo de moradores de uma
ilha do Porto**

Angélica Diva Dias Lemos

12/2021



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Angélica Diva Dias Lemos

(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar:

**A relação de ajuda como base para o empoderamento de um grupo
de moradores de uma ilha do Porto**

Relatório de Projeto

Mestrado em Educação e Intervenção Social

Orientação: Prof.^a Doutora Ana Maria Bertão da Silva Neto

Porto, dezembro de 2021

Ao meu bua (para os mais distraídos, avô) que no mundo imaginário do fado continua a olhar por mim, por nós. Família.

“É numa rua bizarra
a casa da mariquinhas
tem na sala uma guitarra
janelas com tabuinhas
tem na sala uma guitarra
janelas com tabuinhas”
(Alfredo Marceneiro)

AGRADECIMENTOS

Crescer significa cair, lutar e persistir. Crescer significa, ainda, estar rodeada de amor, amizade, trabalho e sucesso. Por isso, quero agradecer a quem do meu lado caminhou e tornou isto possível. Agradecer a todas as pessoas que contribuíram para que eu fosse a pessoa que sou hoje. Como tal, e de uma forma singela, quero agradecer. Agradecer aos meus pais que me permitiram ter um futuro tão risonho quanto este e me transmitiram valores e saberes que guardo no meu coração para sempre. À minha irmã que, embora tenha 18 anos, continua a ser o meu eterno bebé, a minha bailarina preferida e fonte de inspiração. A eles, obrigada!

Aos meus avós, que cansados dos meus devaneios foram capazes de sorrir e me acompanhar sempre nesta caminhada, sendo eles o meu porto seguro, o conforto de casa, a preocupação e a bondade. Agradeço também aos restantes membros da minha família, estando eles longe ou perto, por sempre acreditarem em mim.

Ao meu namorado Rúben. Agradeço pelo amor, dedicação, carinho e amizade. Obrigada por sempre acreditares em mim e me mostrares que tudo é possível desde que eu lute por isso. Obrigada por estares presente e me transmitires tanta força.

Aos amigos que a Escola Superior de Educação me deu ao longo destes 5 anos e que, junto comigo, caminharam e construíram uma história tão bonita. Guardo-os no meu coração. Em especial, não podia deixar de agradecer à Carina e à Joana por serem o meu braço esquerdo e direito durante estes 2 anos de mestrado. Por me acompanharem, por serem de uma generosidade extrema e me apoiarem quando precisei e não me deixarem desistir quando o caminho era apertado.

Aos meus amigos de longa data, agradeço por todas as partilhas e experiências vividas. Desculpo-me pelas minhas ausências que serão fruto de grande alegria no futuro.

De igual modo sou grata a todas as pessoas da ilha com quem se construiu este projeto, sou grata por toda a disponibilidade, vontade de mudança nas suas vidas e, essencialmente, por permitirem a minha entrada naquele que era o universo deles.

Um especial agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Ana Bertão. Um ser humano dotado de muitos saberes e conhecimento. Agradeço por toda a flexibilidade, apoio, exigência, palavras de alento e por, juntamente comigo, tornar possível a realização de um trabalho que correspondesse aos meus interesses. Sem a sua dedicação e persistência para eu fazer mais e melhor, nada disto era possível!

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer à minha colega de projeto, Duda, pelo apoio e entreaajuda na construção deste bonito projeto. À colega de arquitetura, que com o seu conhecimento, despertou em mim a atenção para uma área que julgava não se cruzar com a educação social. Às restantes docentes deste mestrado, por todo o conhecimento transmitido. Agradeço também à Professora Doutora Isabel Vieira que não sendo minha docente nestes dois últimos anos, está envolvida em projetos tão bonitos quanto este e que teve a amabilidade de me ajudar e prestar a sua disponibilidade durante este processo.

Assim, a todos sem exceção, obrigada por contribuírem para o meu desenvolvimento enquanto pessoa e profissional. Por serem a minha base, por participarem no meu sucesso e crescimento.

Sem vocês não era possível. Grata, por estarem sempre aqui!

RESUMO

O projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” foi desenvolvido numa ilha na cidade do Porto, que iria ser objeto de requalificação, e teve como finalidade “transformar o processo de requalificação da ilha num processo participado pelos moradores, com vista ao seu bem-estar e melhoria na qualidade de vida, e alcançar o empoderamento das pessoas baseado em processos de relação de ajuda”. O enquadramento metodológico da investigação-ação participativa facilitou a coconstrução de um projeto que partiu das reais necessidades das pessoas.

O projeto foi desenvolvido em dois eixos: um eixo dirigido às necessidades dos moradores relativamente às condições das habitações e necessidades de melhoramento dos espaços da ilha; um outro eixo, organizado em torno das dificuldades de algumas famílias e/ou moradores. Durante o desenvolvimento das ações, foi possível desenvolver a capacidade de organização dos moradores, uma maior coesão entre eles, e o seu envolvimento ativo e significativo no processo de requalificação da ilha, em conjunto com a proprietária e o grupo de arquitetos. Também um dos elementos da família apresentada neste relatório, com quem se desenvolveu uma intervenção psicossocial, baseada na relação de ajuda, foi-se revelando mais autónomo, mais capaz de se autovalorizar, arriscando caminhos novos, e com melhores competências comunicacionais na língua portuguesa.

Em síntese, o projeto de educação e intervenção social teve como principal resultado o empoderamento das pessoas e a sua envolvimento nas decisões que diziam respeito às suas vidas e ao processo de transformação da ilha, pelo enfoque numa educação verdadeiramente emancipatória e de uma intervenção reflexiva e participada.

Palavras-chave: Investigação-Ação Participativa; Ilhas; Habitação; Intervenção Psicossocial; Relação de Ajuda.

ABSTRACT

The project "(Re)build, (Re)qualify, (Re)signify" was developed on an island in the city of Porto, which would be the object of requalification, and aimed to "transform the process of requalification of the island into a process participated by the residents, with a view to their well-being and improvement in their quality of life, and to achieve the empowerment of people based on processes of helping relationships". The methodological framework of participatory action-research facilitated the co-construction of a project that started from the real needs of people.

The project was developed along two axes: an axis aimed at the needs of residents in relation to housing conditions and needs to improve the island's spaces; another axis, organized around the difficulties of some families and/or residents. During the development of the actions, it was possible to develop the residents' organizational capacity, greater cohesion between them, and their active and significant involvement in the island's requalification process, together with the owner and the group of architects. Also one of the family members presented in this report, with whom a psychosocial intervention was developed, based on the helping relationship, revealed to be more autonomous, more capable of self-worth, risking new paths, and with better skills in the Portuguese language.

In summary, the education and social intervention project had as its main result the empowerment of people and their involvement in decisions concerning their lives and the transformation process of the island, by focusing on a truly emancipatory education and a reflective and participated.

Keywords: Participatory Research- Action; Islands; Habitation; Psychosocial Intervention; Help Relationship.

LISTA DE SIGLAS

APCR- Ação Psicossocial em Contextos de Risco

CMP- Câmara Municipal do Porto

EIS- Educação e Intervenção Social

FAUP- Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

IAP- Investigação- Ação Participativa

IHRU- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IPI- Intervenção Psicossocial Individualizada

MEIS- Mestrado em Educação e Intervenção Social

OG- Objetivos Gerais

OE- Objetivos Específicos

RA- Relação de Ajuda

NOTA PRÉVIA

Construir e desenvolver um projeto de educação e intervenção social num contexto tão diferente daquele que é habitual, pensar na área social como uma área de ligação à arquitetura, por exemplo, foi um desafio demasiado novo para trazer algum medo à mistura. Era assustador porque acordou inseguranças, o medo de não ser possível desenvolver um projeto no contexto onde as pessoas vivem, sem uma hora marcada e definida previamente, porque as pessoas trabalham e têm as suas rotinas. A pandemia trouxe dificuldades acrescidas, obrigando a uma retirada, quando começávamos a criar relações, devido ao período de confinamento.

No entanto, o medo dissipou-se e deu lugar a um constante enriquecimento diário, fruto dos desafios, conquistas e características do próprio contexto. Se, há uns meses, as ilhas eram um lugar desconhecido, termino o projeto com a certeza de que, não somente sei um pouco sobre como é habitá-las, como também me senti em casa de todas as vezes que lá entrei, devido à sua essência e ao modo como fui recebida. Através desta aventura saí da minha zona de conforto, aprendi e cresci pessoal e profissionalmente. Reconheço agora que o trabalho de um profissional social não se circunscreve a quatro paredes, mas é no terreno que a magia acontece.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO.....	III
ABSTRACT.....	IV
LISTA DE SIGLAS.....	V
NOTA PRÉVIA.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	3
1.1. INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA.....	3
1.2. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS.....	5
1.3. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL.....	7
1.4. AVALIAÇÃO DE PROJETOS.....	10
2. A VIDA NAS ILHAS E A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL.....	12
2.1. AS ILHAS E OS PROGRAMAS DE REQUALIFICAÇÃO.....	12
2.2. A RELAÇÃO DE AJUDA NA AÇÃO PSICOSSOCIAL.....	16
2.3. O MÉTODO DE CONSCIENTIZAÇÃO DE PAULO FREIRE.....	17
3. ANÁLISE DA REALIDADE.....	19
3.1. O PEDIDO INICIAL E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES.....	19
3.2. CARACTERÍSTICAS DA ILHA E PERCEÇÃO DOS MORADORES.....	22
3.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS HABITANTES.....	26
3.4. UMA FAMÍLIA A VIVER NA ILHA.....	33
3.5. ALGUNS CONSTRANGIMENTOS INICIAIS.....	37
3.6. AVALIAÇÃO DE CONTEXTO.....	39
4. DESENHO DO PROJETO.....	47
4.1. FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES.....	47
4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA.....	50
5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO.....	52
5.1. EIXO 1: AÇÃO 1- (RE) UNIR PARA INFORMAR.....	52

5.2. EIXO 2: AÇÃO 2- “PORTUGAL E EU”	67
6. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO: AVALIAÇÃO DE PRODUTO	81
CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXOS	91
A. CONSENTIMENTO INFORMADO.....	91
B. PROPOSTA BASE DE REQUALIFICAÇÃO DA ILHA	93
C. FOTOS DE SUGESTÃO DE PÁTIOS	95
D. PROPOSTA DE FASEAMENTO, B E D.....	97
APÊNDICES.....	99
A. ANÁLISE DA CANDIDATURA	99
B. GUIÃO DE ENTREVISTA AOS MORADORES.....	101
.....	103
C. QUADRO INFORMATIVO COM OS DADOS DOS MORADORES.....	105
D. GUIÃO DE ENTREVISTA À PROPRIETÁRIA DA ILHA.....	106
E. OBJETIVOS REUNIÃO COMUNITÁRIA I E II.....	109
F. OBSERVAÇÕES REUNIÃO COMUNITÁRIA II.....	110
G. RELATO DOS ENCONTROS NO ÂMBITO DA AÇÃO 2 “PORTUGAL E EU” DESENVOLVIDA COM A D. LAURENTINA.....	111

INTRODUÇÃO

O projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar”, desenvolvido numa ilha localizada no centro do Porto, teve a relação de ajuda como base para o empoderamento de um grupo de moradores da ilha. Este projeto surgiu no âmbito do mestrado em Educação e Intervenção Social (MEIS), na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco (APCR), na unidade curricular Projeto. A finalidade do projeto foi transformar o processo de requalificação da ilha num processo participado pelos moradores, com vista ao seu bem-estar e melhoria na qualidade de vida, e alcançar o empoderamento das pessoas baseado em processos de relação de ajuda. Este projeto incluiu dois eixos de intervenção: o eixo 1 respeitante à intervenção psicossocial realizada com todos os moradores da ilha, e o eixo 2, respeitante à intervenção psicossocial individualizada (IPI) com algumas das famílias da ilha. O projeto foi co-construído com todos os moradores, com a proprietária da ilha, com um grupo de arquitetos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), com uma mestranda desta faculdade e com uma colega de MEIS, na especialização em APCR, Duda Montrond. Porque este projeto foi planificado e construído em co-autoria, a preparação e descrição das duas reuniões comunitárias realizadas no âmbito do eixo 1, foram realizadas em conjunto pelas duas mestrandas do MEIS. Deste modo, o texto que consta no ponto 5.1. do capítulo 5, e que se refere à descrição das reuniões comunitárias, I e II (pp. 55-66) é da coautoria das duas, surgindo igual neste relatório e no relatório de Montrond (2021, pp. Xxx-xxx), sendo apenas cortado pelos parágrafos de reflexão (pp. 60 e 66).

Para que fosse possível alcançar tal finalidade, foi essencial construir o projeto partindo do conhecimento da realidade, que incluiu a história da ilha, o modo de se viver neste lugar, e, essencialmente, o conhecimento dos seus moradores, das rotinas, hábitos e costumes, assim como das dinâmicas comunitárias e familiares dos mesmos. Foi crucial a identificação de problemas, necessidades e potencialidades por parte das pessoas, para que fosse possível a elaboração de um desenho de projeto de educação e intervenção social (EIS) capaz de responder de forma adequada às necessidades e que viesse a ser útil para as suas vidas. Seguindo a metodologia de Investigação-Ação Participativa (IAP), este projeto teve por base o diálogo, a escuta, a participação e o envolvimento dos moradores em todo o processo. O relatório descreve

e analisa criticamente o projeto desenvolvido, e pretende ser um recurso de leitura para uma prática reflexiva, ser um testemunho útil a outras práticas realizadas neste contexto.

Este documento encontra-se estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo começa com uma abordagem teórica e metodológica, onde são abordados conteúdos respeitantes à metodologia de IAP, às técnicas de recolha de informação e à elaboração e avaliação de projetos de EIS. No segundo capítulo é realizada uma abordagem teórica a temas essenciais ao contexto onde se desenvolveu o projeto, tais como: a história das ilhas e os programas para a sua requalificação, a relação de ajuda (RA) e o método de conscientização de Paulo Freire, enquanto linhas de ação importantes para a intervenção psicossocial e empoderamento das pessoas. No terceiro capítulo, apresenta-se a caracterização do contexto do desenvolvimento do projeto, o espaço e os moradores da ilha, problematizando-se a realidade, através da avaliação do contexto. No capítulo seguinte surge o desenho do projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar”, que contempla a finalidade, objetivos, estratégias, ações e a avaliação de entrada. Segue-se, no capítulo cinco, o desenvolvimento do projeto e a avaliação do processo, onde são apresentadas as ações desenvolvidas nos dois eixos do projeto e é realizada uma reflexão acerca dos processos. No sexto capítulo consta a avaliação final do projeto onde, conjuntamente com os moradores da ilha, profissionais envolvidos na requalificação e a proprietária da ilha, se reflete sobre a importância e impacto do projeto. Por fim, as considerações finais e as referências utilizadas para as reflexões e a escrita deste relatório fecham este documento.

Este relatório é ainda constituído por um conjunto de apêndices e anexos, elaborados ao longo do desenvolvimento do projeto. Nestes apêndices são apresentados materiais que serviram de suporte para a caracterização dos moradores da ilha e para ser possível conhecer a proprietária da mesma. Consta também destes apêndices algumas observações sobre as reuniões comunitárias realizadas e o relato dos encontros no âmbito da ação 2 deste projeto. É importante referir que ao longo da escrita deste relatório se garante o sigilo e confidencialidade, não só no que diz respeito ao contexto de intervenção, como também à identificação dos próprios moradores, recorrendo-se, para a sua identificação, a nomes fictícios. De salientar a existência também de um consentimento informado que foi dado a assinar a todos os participantes do projeto, após devidamente esclarecido, que autoriza o desenvolvimento do projeto e divulgação do presente relatório (matriz no anexo A, pp. 91-92).

1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

1.1. INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA

Os projetos de EIS desenvolvem-se em realidades sociais complexas, pelo que se privilegiam metodologias qualitativas, de natureza da investigação-ação, tais como a IAP, e que resultam do interesse em gerar mudança na vida das pessoas e nas comunidades. A IAP é uma metodologia que alia a teoria e a prática, a ação e a reflexão, pelo que é a metodologia que melhor se adequa a projetos do âmbito social (Corpa, Hito, & García, 2010).

Esta metodologia de investigação e de ação/intervenção, que se quer participada, parte da compreensão de um determinado contexto, daquilo que existe e do que nele faz falta, visando a sua transformação “para nele melhor se viver” (Lima, 2003, p. 306). Assim, a IAP tem como finalidade melhorar a qualidade de vida dos participantes dos projetos, enfatizando a participação das pessoas em todo o processo investigativo e de intervenção.

Segundo Coutinho, Sousa, Dias, Bessa, Ferreira e Vieira (2009, p. 360), a IAP “pode ser descrita como uma família de metodologias de investigação que incluem ação (ou mudança) e investigação (ou compreensão) ao mesmo tempo, utilizando um processo cíclico ou em espiral, que alterna entre ação e reflexão crítica”, focando-se assim num ou mais problemas e regendo-se pela necessidade de o(s) resolver. Por isso, esta metodologia acompanha todo o processo investigativo e que se quer de mudança, todo o processo de construção, de desenvolvimento e avaliação de projetos, de forma o mais dinâmica possível. Para o conhecimento dos problemas de uma comunidade, tal como para que fosse possível conhecer a realidade dos moradores da ilha onde foi realizado este projeto, os seus problemas, as suas necessidades e desejos, utilizam-se diferentes técnicas para recolha de informação útil e que serão explicitadas no subcapítulo seguinte.

Através da IAP não nos é só permitido conhecer (domínio da investigação), mas é possível, em conjunto com os participantes do projeto, através da espiral ação- reflexão, que a mudança/transformação surja. De acordo com Lima (2003), a IAP tem como princípio que todos

somos autores da realidade a investigar e, nesta medida, a responsabilidade pelas ações é assumida por todos os envolvidos. Esta autora fala-nos da construção de uma “visão participada do mundo” (Lima, 2003, p.317), neste trabalho conjunto de investigação e de ação.

Os atores sociais participam, assim, na investigação e ação desenvolvidas, de forma a que os projetos co-construídos respondam às necessidades reais das pessoas e que através deles se promova o seu empoderamento e autonomia, para alcançar a transformação da sua realidade. Deste modo, a participação é condição essencial nos projetos de EIS, sendo facilitado o processo de reconhecimento do dever e direito de contribuir para o mesmo. A IAP pode ajudar os participantes a compreenderem melhor a realidade a partir das próprias práticas, modos de vida e valores (Grabauska & Bastos, 2001; Lima, 2003). Neste processo, é ainda possível que os participantes tomem consciência de si próprios, tenham uma perceção de si e das suas vidas mais adequada, desenvolvam competências e estejam mais aptos para tomar decisões.

Os atores sociais são, neste sentido, participantes na resolução dos próprios problemas no contexto onde estão inseridos e estão intrinsecamente implicados nas mudanças que são necessárias para melhorar as suas condições de vida. Assim, e nas palavras de Lima (2003, p. 309), “criar condições de visibilidade de tudo isto será um contributo para que a consciência da comunidade (re)acorde, se faça mais viva, para que aumente a auto-estima ou se crie alento para o necessário esforço de construção da história”.

Santos (1987) e Coutinho (2013) referem a existência de três paradigmas de investigação em Ciências Sociais: o paradigma positivista ou dominante, o paradigma interpretativo e o paradigma sociocrítico ou emergente. Porque a IAP se inscreve no paradigma sociocrítico ou emergente (Santos, 1987), e pela limitação imposta no número de páginas deste relatório, explicita-se neste relatório apenas este paradigma. Segundo Santos (1987), o paradigma sociocrítico emerge da necessidade de conhecer e compreender o mundo e de encontrar uma nova forma de olhar para ele. Este autor fala de um “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (Santos, 1987, p. 60). Este é considerado um “paradigma social”, pois, para além da importância atribuída ao conhecimento científico, prioriza também o conhecimento social (Santos, 1987). Neste sentido, o principal objetivo deste paradigma é a emancipação, transformação, mudança e

libertação dos sujeitos (Coutinho, 2013; Lima, 2003; Timóteo & Bertão, 2012). Santos (1987, p. 61) refere, ainda, que este paradigma assenta em quatro premissas fundamentais:

1. “Todo o conhecimento científico–natural é científico–social” – ou seja, “A distinção dicotómica entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade”.
2. “Todo o conhecimento é local e total” – ou seja, vai se construindo em torno de temas atuais, sobre pessoas/grupos e, de acordo com as suas necessidades, sejam elas quais forem.
3. “Todo o conhecimento é autoconhecimento” – ou seja, é preciso conhecer–(nos) para questionar. O questionamento permite o autoconhecimento.
4. “Todo o conhecimento científico visa constituir–se em senso comum” – ou seja, ambos os saberes interessam, e constituem–se como importantes na construção dos sujeitos, ou seja, complementam–se.

Em suma, neste paradigma há uma valorização dos sujeitos como seres ativos e capazes de se desenvolverem na sociedade. Lima (2003) também diz que, quando os investigadores se posicionam num paradigma, adotam uma série de atitudes que determinam a sua posição na escolha dos métodos e técnicas a utilizar, no contexto onde estão a desenvolver o projeto. Importa, agora, refletir–se sobre as técnicas de recolha de informação mais comumente utilizadas na metodologia de IAP, dando particular ênfase àquelas que foram utilizadas no projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar”.

1.2. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

Para um conhecimento mais aprofundado da realidade é imprescindível o uso de diversas técnicas de recolha de dados que permitam a recolha da informação necessária à investigação e à intervenção. A IAP é uma metodologia de investigação–ação que permite o recurso a técnicas de investigação diversificadas, privilegiando as de cariz qualitativo, mas recorrendo a todas aquelas que se revelarem pertinentes e úteis para o projeto. No projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar”, foram utilizadas as seguintes técnicas: observação participante, conversas intencionais, análise documental e entrevista semiestruturada.

A observação participante tem como objetivo compreender os sujeitos e captar, em direto, os comportamentos quando estes ocorrem (Correia, 2009; Coutinho, Sousa, Dias, Bessa, Ferreira, & Vieira, 2009). Assim, é através do contacto direto, recorrente e prolongado no tempo, do investigador com os sujeitos nos seus contextos, que isto se torna possível (Correia, 2009). A observação permite um conjunto de informações que serão analisadas, interpretadas e devolvidas aos sujeitos para validação do olhar do investigador.

Deste modo, e no contexto da realização do projeto apresentado neste relatório, através da observação participante foi possível a criação de um contacto mais pessoal com as pessoas que participaram neste projeto, bem como a construção de uma relação de empatia e confiança com os mesmos. Além disso, foi possível, enquanto observadora, participar no quotidiano destas pessoas, analisando o modo como interagem no seu dia a dia e as implicações dos seus quotidianos para a sua qualidade de vida, cruzando os dados observados com as informações recolhidas através das conversas que se foram mantendo nos encontros realizados no contexto de vida das pessoas.

As conversas intencionais são “técnicas baseadas na conversação” (Coutinho et al., 2009, p.19). Estas conversas “estão centradas na perspetiva dos participantes e enquadram-se nos ambientes de diálogo e de interação” (Coutinho et al., 2009, p.19), permitindo, por isso, a construção de relações próximas, a criação de um ambiente de confiança para a partilha e uma melhor integração no contexto (Coutinho, 2013). Entre todas as técnicas, estas em particular, conjuntamente com a observação participante, foram utilizadas com mais frequência neste projeto, o que permitiu conhecer os moradores, as suas experiências e opiniões, bem como as suas histórias de vida. Também, através das conversas intencionais, foi possível compreender as necessidades e interesses dos moradores e, acima de tudo, gerar questionamento com eles próprios, sobre questões que iam surgindo na vida dos mesmos e no modo como estes viviam.

Para o conhecimento da história do lugar habitado, bem como das questões associadas à requalificação das ilhas, a análise documental, aliada às conversas intencionais (designadamente com o arquiteto Aitor Varea Oro e com a proprietária da ilha) surgiu como uma técnica de recolha de informação importante para o conhecimento da realidade. Esta técnica, contrariamente às anteriores, na opinião de Coutinho e colaboradores (2009), é centrada na perspetiva do

investigador e serve como fonte de pesquisa e análise de documentos escritos), que se considerem imprescindíveis para o conhecimento da realidade (dos contextos e das pessoas), nomeadamente na busca de informações sobre a história dos locais.

Para o conhecimento da história da ilha onde foi desenvolvido o projeto, e para recolha das percepções e projetos da proprietária relativamente a este contexto, bem como para aprofundar o conhecimento dos moradores, recorreu-se, ainda, à técnica da entrevista semiestruturada. Para Amado (2013), a entrevista tem como objetivo obter o máximo de informação possível, nos mais diversos contextos de vida dos entrevistados e possibilita a recolha de informação sobre as suas necessidades, emoções e influências interpessoais.

Existem diversos tipos de entrevista, tais como, seguindo a organização de Boni e Quaresma (2005), a entrevista estruturada, semiestruturada, aberta, entrevistas com grupos focais, histórias de vida e a entrevista projetiva. Na entrevista semiestruturada, técnica utilizada neste projeto, o investigador/entrevistador deve guiar-se por um conjunto de questões preestabelecidas, questões essas que podem ser abertas ou fechadas, onde o informante tem a possibilidade de dialogar sobre o tema proposto (Boni & Quaresma, 2005). Apesar deste guião previamente planeado, durante a entrevista, é dada liberdade de resposta ao entrevistado que, de uma forma mais espontânea, responde às questões colocadas (Amado, 2013; Boni & Quaresma, 2005). Nesta técnica há abertura e proximidade entre entrevistador e entrevistado, permitindo ao entrevistador colocar questões mais pessoais/delicadas. Isto só é possível devido ao tipo de estrutura desta entrevista que é muito utilizada quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema a fim de que os objetivos sejam alcançados (Boni & Quaresma, 2005).

1.3.PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

De forma que seja possível compreendermos o desenvolvimento de um projeto em EIS, torna-se imprescindível, num primeiro momento, perceber o verdadeiro significado do conceito de projeto. Assim sendo, quando se fala em projeto, fala-se em algo que foi previamente antecipado e que tem como principal missão atender a determinados objetivos, permitindo alcançar o desejado (Serrano, 2008). Ainda, segundo Serrano (2008), o projeto serve para prever, orientar e preparar

o caminho que se vai traçando, sendo sempre o objetivo a melhoria da qualidade de vida das pessoas nas realidades onde se desenvolvem os projetos.

Segundo Timóteo (2010), o projeto elabora-se tendo por base as necessidades identificadas no decorrer da análise da realidade e, ainda, como ponto fundamental, permite confrontar as oportunidades com as metas desejáveis, devidamente suportadas em valores, com um objetivo principal: a mudança/transformação. Deste modo, o projeto exige uma intenção, um plano, uma descrição do que se pretende alcançar, uma calendarização e recursos mínimos para a sua aplicação, para que cada sujeito envolvido no projeto se possa apropriar da aprendizagem e desenvolvimento do mesmo (Mendonça, 2002; Serrano, 2008).

O projeto deve ser elaborado num ambiente aberto que permita a exploração e a sua modificação ao longo do tempo, “há qualquer coisa a fazer, qualquer coisa para ordenar, para mudar, o que não poderá ser feito senão através de acção deliberada, que se trata de antecipar o melhor possível” (Boutinet, 1990, p. 258). Assim sendo, cada projeto surge das necessidades de cada sujeito e/ou de cada comunidade em específico e deve, assim, quando orientado metodologicamente pela IAP, ser traçado tendo em conta os atores sociais, envolvendo-os na sua construção, para que os projetos possam ser desenvolvidos de forma participativa.

Em síntese, o projeto social é traçado com o objetivo de resolver determinados problemas, e existindo motivação e interesse na mudança, os projetos de EIS têm a intenção de transformar a realidade, tendo sempre em conta aquilo que os participantes do projeto acreditam e desejam (Boutinet, 1990; Mendonça, 2002). A realçar que, no caso de projetos orientados metodologicamente pela IAP, os participantes, protagonistas da ação, são simultaneamente os autores e os beneficiários dos projetos.

Neste sentido, os projetos de EIS visam melhorar as realidades dos atores sociais, com uma vertente educativa e social, estimulam o empoderamento das pessoas, distanciando-se diferenciadamente de medidas assistencialistas (Timóteo & Bertão, 2012). Assentam, assim, na ideia de “um projeto igualmente transformador e transformativo” (Timóteo & Bertão, 2012, p. 15), devidamente orientado para o desenvolvimento e capacitação das pessoas para a superação das suas dificuldades e para a sua participação ativa na comunidade e na vida social; é igualmente um

projeto orientado para a transformação da realidade social injusta e das questões que geram essas mesmas desigualdades (Timóteo & Bertão, 2012). Deste modo, os projetos “deverão ser o mais participados possível, partem de um estudo holístico do contexto, capaz de despertar diálogos e interpretações dos diferentes atores sociais acerca da (sua) realidade social” (Timóteo & Bertão, 2012, p. 18).

Em síntese, os projetos de EIS têm como finalidade satisfazer as necessidades, os interesses e os desejos das pessoas e devem ser desenvolvidos de forma participada, pois, segundo Timóteo e Bertão (2012), a participação é a base da construção destes projetos. Através do diálogo e da partilha de conhecimentos, os projetos devem resultar de uma identificação de problemas e necessidades, dos recursos e potencialidades, realizada pelo investigador e pelos participantes, aqueles que vivem os impactos dos problemas e que estão interessados na sua resolução. Mas os projetos de EIS também devem impulsionar nos sujeitos a vontade de se posicionarem criticamente sobre si próprios e sobre a vida social, de forma que sejam capazes de compreenderem as suas próprias experiências e limitações, que poderão, mais tarde, transformar-se em potencialidades. Pois, segundo Lima (2003, p. 309), este entendimento sobre si próprio e o mundo permite uma maior consciencialização sobre as próprias potencialidades, direitos e deveres, bem como a aquisição de novas competências, o que possibilita uma ação mais crítica e intencional e uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. Esta autora refere, ainda, que um projeto de EIS tem como principal objetivo oferecer aos sujeitos a oportunidade para clarificar e atribuir significados aos acontecimentos que viveram e têm vindo a experienciar.

De uma forma breve, falar em projetos sociais desta natureza, com uma dimensão educativa e emancipatória, é falar em projetos que promovem o desenvolvimento e a transformação, visando o empoderamento das pessoas num projeto co-construído e participado. Neste sentido, cada projeto social é único em si mesmo, não existindo dois projetos iguais, uma vez que estes dependem, como referido, das características, potencialidades e necessidades, dos participantes e dos seus contextos.

Para que a finalidade do projeto seja atendida, a avaliação é essencial, devendo também ser realizada de forma participada. No ponto seguinte reflete-se sobre a avaliação de projetos.

1.4.AVALIAÇÃO DE PROJETOS

A IAP é uma metodologia que privilegia a avaliação, uma vez que esta permite perceber se as necessidades dos participantes dos projetos estão a ser satisfeitas e se as decisões, estratégias e ações são as adequadas. Assim sendo, a avaliação deve estar presente do início ao fim de um projeto, sendo realizada com as pessoas envolvidas. De acordo com Serrano (2008), a avaliação é um processo imprescindível para dar a conhecer e aperfeiçoar as nossas práticas, com o fim último de detetar erros e sucessos ao longo do processo, tomar decisões e avaliar os resultados das ações executadas.

A avaliação existe assim para melhorar o trabalho que está a ser desenvolvido, desde o reconhecimento das necessidades e os objetivos que são definidos, ao modo como as ações são desenvolvidas e os resultados alcançados. De acordo com Cembranos, Montesinos e Bustelo (2001, p. 189), avaliar é um processo no qual “se recolhe e analisa sistematicamente uma informação sobre um programa, actividade ou intervenção com a intenção de utilizar (decidir, aplicar) essa análise na melhoria do programa, actividade ou intervenção, com o propósito de melhorá-los”. É ainda uma forma de receber feedback das intervenções desenvolvidas, constituindo-se como um processo de aprendizagem.

Por isso, a avaliação não deve ser algo pontual no tempo, mas sim, um processo contínuo e permanente, de forma a alcançar a informação necessária (Cembranos, Montesinos, & Bustelo, 2001; Serrano, 2008; Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Porque o conhecimento e a análise de cada realidade estão numa atualização permanente, as decisões tomadas poderão ter de ser reajustadas sempre que assim seja necessário, uma vez a realidade está em constante mudança. Independentemente do modelo avaliativo a considerar, devemos ter sempre a noção de que a avaliação, e tal como mencionado anteriormente, deve ser contínua e sistemática, acompanhando o projeto e abrangendo todas as suas dimensões. Existem diversos modelos de avaliação de projetos, que abrangem os períodos antes do projeto se iniciar, durante e no seu término (Monteiro, 1996). Contudo, e no caso concreto deste projeto, para a avaliação foi utilizado o modelo CIPP (Contexto, Input, Processo, Produto), proposto por Stufflebeam e Shinkfield (1995), que inclui a avaliação do contexto, a avaliação de entrada, a avaliação do processo e a avaliação do produto.

A avaliação do contexto inicia-se com a análise do contexto onde o projeto vai ser realizado; permite a identificação de problemas e necessidades daquela realidade e das pessoas envolvidas, bem como das suas potencialidade e recursos (Serrano, 2008). É importante ter em conta que o conhecimento da realidade se faz em conjunto com os próprios participantes, no sentido de se conhecer a realidade através dos mesmos e das suas vivências, rotinas e desejos. A avaliação de contexto permite ainda determinar se as metas e prioridades definidas estão de acordo com as necessidades que devem ser satisfeitas (Serrano, 2008; Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Porque a realidade do desenvolvimento dos projetos está em constante mudança, a avaliação do contexto vai sendo contínua ao longo do projeto, para possibilitar os ajustamentos necessários.

A avaliação de entrada (input) funciona como uma proposta na qual será possível, ao longo do tempo, perceber como se irão concretizar os objetivos delineados para o projeto. Neste momento reflete-se sobre o desenho de projeto: sobre as ações, recursos e estratégias delineadas, e analisam-se também os constrangimentos (Serrano, 2008; Stufflebeam & Shinkfield, 1995). É ainda objetivo da avaliação de entrada, ajudar os atores sociais a identificarem estratégias alternativas tendo em conta as suas necessidades, características e circunstâncias no seu contexto, da mesma forma que é um propósito da avaliação de entrada, encontrar um plano que sirva a essas mesmas necessidades (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

No que diz respeito à avaliação do processo, é nesta altura que, para Serrano (2008, p. 95), é possível avaliar o "desenvolvimento do projeto em si mesmo". No fundo, é possível identificar e analisar tudo o que foi feito anteriormente e há espaço para perceber se tudo decorre como planeado. As ações e atividades desenvolvidas são alvo de reapreciação, no sentido de se avaliar o seu impacto. Por fim, a avaliação do produto corresponde à avaliação final: é nesta etapa que é possível interpretar e avaliar os resultados do projeto desenvolvido, a fim de se perceber se os objetivos foram ou não alcançados e quais foram os impactos do projeto para os participantes (Serrano, 2008; Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Em suma, a avaliação é imprescindível durante a elaboração e desenvolvimento de um projeto, pois, só através da avaliação é que os participantes no projeto, incluindo os investigadores-interventores, conseguem compreender de que forma o projeto está a ser útil e adequado à realidade e às necessidades das pessoas, ou identificar a necessidade de possíveis alterações ao desenho do projeto ou ao planeamento e desenvolvimento das ações.

2. A VIDA NAS ILHAS E A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

2.1. AS ILHAS E OS PROGRAMAS DE REQUALIFICAÇÃO

Em meados do século XVIII, a cidade do Porto era conhecida como uma cidade comercial de pequena dimensão, após o terramoto de 1755, houve um aumento considerável da população na cidade, provocado pela imigração (Teixeira, 1996). Entre 1807 e 1834 a população da cidade do Porto sofreu substancialmente uma descida devido, primeiro, às invasões francesas e, depois, à guerra civil (Teixeira, 1996). Em 1851, com a construção de novas estradas e dos caminhos-de-ferro, estas mudanças tiveram um enorme impacto no desenvolvimento da cidade e o número de fábricas e oficinas aumentou substancialmente, tal como a população da cidade que aumentou em cerca de 46%, devido ao desenvolvimento industrial (Teixeira, 1996).

O crescente aumento da população, que trabalhava em oficinas e fábricas situadas na Freguesia de Campanhã e na Freguesia do Bonfim, levou a que esta população trabalhadora procurasse habitação nestas zonas da cidade (Teixeira, 1996). Assim, surgem as primeiras construções de «ilhas» na cidade do Porto, na segunda metade do século XIX, da necessidade de alojar os trabalhadores que não encontravam uma opção habitacional na cidade, e a que existia não era adaptada aos seus recursos financeiros (Oro, Vieira, Travasso, & Almeida, 2019; Rodrigues & Tarsi, 2020). Estima-se que no ano de 1832 já existiam na cidade do Porto 200 ilhas com cerca de 8000 habitantes, e no ano de 1900 cerca de 1000 ilhas com 35 mil habitantes, ou seja, denotou-se um crescimento que se foi acentuado ao longo do tempo (Pereira, 1996; Pereira, 2011).

Esta tipologia de habitação era essencialmente construída nas traseiras das casas burguesas (onde os principais responsáveis pela construção desta tipologia de habitação eram comerciantes ou artífices da classe média) e o modelo mais simples de ilha consistia em filas de 10 a 12 pequenas casas de apenas um piso com 16m², com acesso para a rua através de estreitos corredores, com um comprimento que podia atingir os 100m e que não excediam 1,5 a 2 metros de largura (Matos & Rodrigues, 2009; Oliveira, 2015; Teixeira, 1996). Para além deste modelo de ilha, em outros

casos, a ilha era construída em dois lotes, onde as casas se dispunham de ambos os lados do terreno dando a um corredor central, as denominadas, ilhas de corredor (Pereira, 2011; Teixeira, 1996). No seu interior, estas habitações (salvo raras exceções) eram compostas por uma sala, uma cozinha e um quarto, sendo as instalações sanitárias no exterior das habitações (Pereira, 2011).

As ilhas foram construídas por toda a cidade do Porto, mas predominam essencialmente nas freguesias da periferia central (Bonfim, Cedofeita, Santo Ildefonso e Massarelos) e em Campanhã e Lordelo do Ouro (Matos & Rodrigues, 2009). A população que habitava as ilhas pertencia maioritariamente ao operariado que tinha as mais variadas profissões, como por exemplo: empregados do comércio, polícias, lavadeiras, sapateiros, serralheiros, operário fabris, soldados, entre outros (Rodrigues & Tarsi, 2020; Teixeira, 1996). Estes trabalhadores deslocaram-se essencialmente do campo para a cidade, distribuindo-se pelas fábricas da cidade (Rodrigues & Tarsi, 2020). Neste contexto, e sendo as ilhas um tipo de habitação de baixo custo, estima-se que a renda a pagar representava cerca de 10% do rendimento da família, tornando-se assim, não no único, mas o tipo de alojamento mais comum e mais procurado (Pereira, 2001; Teixeira, 1996). Assim, apesar de os trabalhadores perspetivarem melhores condições de habitabilidade, este tipo de habitação era o único alojamento que poderiam pagar, face aos seus rendimentos, e que permitia à maioria das pessoas, a trabalhar em fábricas, ficar perto do local de trabalho (Pereira, 2011; Rodrigues & Tarsi, 2020).

As más condições de habitação nas ilhas são evocadas por Teixeira (1996) que refere como: “as casas eram pequenas, (...) insalubres, e muitas delas sobre ocupadas” (Teixeira, 1996, p.167). As infraestruturas das ilhas eram insatisfatórias e, na sua grande maioria, não tinham água e o saneamento era feito através de fossas. Os sanitários encontravam-se no exterior das casas e eram comuns a todos os moradores da ilha (Matos & Rodrigues, 2009). Da pequena dimensão e sobreocupação das casas, bem como destes problemas sanitários preocupantes, surgem questões associadas à saúde pública, fazendo propagar várias doenças, entre elas a tuberculose, a cólera e, em particular, a peste bubónica que, em 1899, vitimou centenas de pessoas, com maior incidência nas ilhas (Matos & Rodrigues, 2009; Pereira, 2011; Teixeira, 1996).

Segundo Rodrigues e Tarsi (2020), apesar de as ilhas serem identificadas pelos moradores, por um lado, como locais de pertença, espaços que representam os seus valores pessoais e coletivos, as suas experiências, relações e afetos, são, por outro lado, uma zona silenciosa e à parte da cidade, denominada como, “cancro social e ambiental da cidade”, devido às condições sanitárias anteriormente apresentadas (Rodrigues & Tarsi, 2020, p.111). Assim, no início do século XX, a necessidade de travar a epidemia exigiu que a Câmara Municipal do Porto, tomasse medidas para travar a construção deste tipo de habitação (Teixeira, 1996).

Deste modo, a partir do ano de 1903, a construção de novas habitações passou a ser regulamentada pelo “Regulamento da Salubridade das Edificações Urbanas”, que não permitia a construção de qualquer tipo de habitação sem uma licença. Contudo, as ilhas continuaram a ser construídas ilegalmente, não sendo sujeitas às autoridades sanitárias (devido à incompatibilidade de construção segundo as regras) (Teixeira, 1996). Esta tentativa de erradicar em parte as ilhas não funcionou e, ao longo do tempo, tem-se assistido a esta ambivalência entre mantê-las/recuperá-las (para usufruto e valorização) ou erradicá-las (Oro et al., 2019). Na cidade do Porto, desde meados da década de 1930/1940 até à atualidade, tem-se assistido ao realojamento dos moradores das ilhas em bairros espalhados pela cidade, com o intuito da renovação e melhoramento deste tipo de alojamento, através de programas financiados pela câmara municipal, que têm como objetivo resolver as carências habitacionais desta população (Rodrigues & Tarsi, 2020).

Mais recentemente, com o objetivo de possibilitar a requalificação das habitações, surgiu o programa “1º Direito: Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” (<https://www.portaldahabitacao.pt/1.%C2%BA-direito>), autorizado pelo governo, no ano de 2018, com um montante de 1700 milhões de euros, 700 milhões a fundo perdido, para ser usados até ao ano de 2024, para o fim que lhe está destinado (Rodrigues & Tarsi, 2020). Este financiamento é gerido pelos municípios, através de um concurso, para a requalificação das habitações que não têm condições de habitabilidade, promovendo soluções habitacionais para quem vive nestas condições e que não tem capacidade financeira para suportar o custo de uma outra habitação (Portal da Habitação, 2019; Rodrigues & Tarsi, 2020). Os beneficiários deste programa podem ser essencialmente os proprietários das ilhas, algumas entidades públicas, municípios e as próprias famílias (Portal da Habitação, 2019). As candidaturas a este programa

são efetuadas através do município que avalia o pedido feito pelos candidatos através da sua estratégia local de habitação. Este pedido segue para o IHRU¹ que avalia a candidatura e dá o seu parecer, aprovando junto dos beneficiários um acordo de financiamento no quadro do programa “1.º Direito: Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” (Portal da Habitação, 2019). É importante referir que este programa prevê a permanência dos habitantes durante a requalificação da ilha (Rodrigues & Tarsi, 2020).

A requalificação das ilhas conta, assim, com o programa 1º Direito e o IHRU, que têm como objetivo fornecer aos moradores desta tipologia de habitação as melhores condições possíveis para que estes possam viver de forma digna, usufruindo de todas as condições necessárias e, sobretudo, usufruírem de uma habitação a que possam chamar de lar. Importa salientar que todos os cidadãos deveriam ter uma habitação condigna, pois, tal como previsto no artigo 65.º da Constituição da República, todos têm direito a uma habitação adequada que preserve as condições, o conforto e a privacidade, bem como cabe ao Estado um conjunto de obrigações para que este direito seja assegurado (<https://dre.pt/web/guest/legislacaoconsolidada//lc/337/202103262024/73938589/diploma/indice>).

O projeto apresentado neste relatório surgiu na sequência de um convite, por parte do arquiteto Aitor Oro para a elaboração do projeto de requalificação da ilha para a candidatura ao programa base, para apoiar os moradores durante todo o processo, pois importava que estes pudessem ser escutados nas suas necessidades habitacionais e que fossem informados das implicações deste trabalho de melhoramento das habitações. Este apoio baseou-se num trabalho de mediação entre moradores-arquitetos-senhoria/proprietária, havendo necessidade de um trabalho de intervenção psicossocial, sustentado no modelo de relação de ajuda, com algumas famílias.

¹O IHRU é uma entidade pública impulsionadora da política nacional de habitação que baseia a sua atuação em apoios técnicos e financeiros para dar respostas às carências habitacionais da população (Portal da Habitação, 2019)

2.2. A RELAÇÃO DE AJUDA NA AÇÃO PSICOSSOCIAL

A ação psicossocial desenvolvida com os moradores baseou-se no estabelecimento de uma relação de proximidade com as pessoas, e no estabelecimento de uma relação de ajuda (RA) quando necessário. O estabelecimento de uma RA, baseada na continuidade, acompanhamento, partilha e estabelecimento de estratégias e objetivos, é imprescindível e constitui um tipo de intervenção psicossocial. A relação de proximidade enquadrada pela RA, numa intervenção psicossocial, para Veiga e Vieira (2018, p. 64), “pode desenvolver(-se) no e pelo quotidiano, numa prática profissional que se quer de proximidade em prol do empoderamento e emancipação do sujeito”.

Segundo Timóteo (2010), na aproximação e escuta das pessoas, deve construir-se uma relação de confiança que tenha por base as condições necessárias para que a mudança se perpetue e essencialmente que esta seja uma relação “que melhor responda às necessidades do indivíduo” (Timóteo, 2010, p. 42). Assim sendo, a RA identifica-se como uma relação profissional na qual “pelo menos uma das partes procura promover na outra o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, um melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida” (Rogers, 1985, p. 43). Em termos gerais, a RA deve basear-se numa relação co-construída, com o intuito de auxiliar as pessoas que se encontram em condição de vulnerabilidade, no sentido de estas procurarem condições e adquirirem novas competências para solucionarem os seus problemas, bem como desenvolverem capacidades para se autonomizarem (Timóteo, 2010).

Partindo dos pressupostos definidos por Rogers (1985), a RA deve ser uma relação baseada na autenticidade, em princípios humanistas e que tenha em conta o respeito pela pessoa e a individualidade de cada um (Simões, Fonseca, & Belo, 2006, p.46). Uma relação que, como acentuado por Timóteo (2010), seja extensa o suficiente no tempo, de modo que se possam criar laços, cumplicidade e valorização pelas mudanças que vão ocorrendo ao longo da relação.

Estar em relação implica o diálogo, a escuta e, sobretudo, a compreensão. Neste sentido, é importante que o profissional seja capaz de estabelecer uma comunicação baseada na sinceridade para que seja possível abordar todos os inconvenientes que possam surgir na relação (Soriano, 2005). Simões, Fonseca e Belo (2006) acrescentam ainda que o profissional deve surgir

como facilitador na relação e não deve indicar o caminho que a pessoa que precisa de ajuda necessita de percorrer, mas, sim, que o apoie a descobrir o seu caminho e aquilo que em parte fará mais sentido para ele. Numa análise à perspectiva de Carl Rogers sobre a RA, os autores Guerra e Lima (2005) consideram que os profissionais de RA devem ter ainda a capacidade de escuta (escuta ativa), não devem fazer juízos de valor, devem respeitar a opinião das pessoas e, sobretudo, serem empáticos com os seus problemas e emoções. É espectável que à medida que o tempo passe, os sujeitos se sintam cada vez mais capazes e tenham uma perspectiva mais clara da sua situação e do modo como podem resolvê-la (Timóteo, 2010).

O empoderamento e a emancipação são fundamentais para que as pessoas estejam mais capazes de resolver os seus problemas e de refletir sobre os seus modos de vida. O método de conscientização preconizado por Paulo Freire (1921; 1970), é uma forma de alcançar o empoderamento e a emancipação, através do “despertar de sua consciência crítica, na afirmação humana como sujeitos comprometidos com a transformação” (Agostini & Silveira, 2018, p. 149).

2.3. O MÉTODO DE CONSCIENTIZAÇÃO DE PAULO FREIRE

De acordo com Gadotti (1996, p. 7), “a educação, condição primordial para a transformação, quando voltada objetivamente para uma prática de liberdade, exige que nesse processo ocorra necessariamente o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação à realidade”. Assim sendo, a educação é o principal motor para o desenvolvimento das pessoas, permitindo que estas tenham as condições que necessitam para uma vida ativa e participada na tomada das decisões, quer pessoais quer sociais (Nico & Nico, 2017). Além disso, importa que seja dada oportunidade aos sujeitos para que estes intervenham na realidade e que sintam verdadeiramente que podem contribuir e fazer parte da transformação da mesma (Nico & Nico, 2017). Deste modo, é através da educação, “o principal instrumento para a conscientização”, que as pessoas se tornam “seres políticos e críticos” (Gadotti, 1996, p. 6). A conscientização caracteriza-se como um processo educativo pelo qual os sujeitos se reconhecem a si e (n) o mundo que os rodeia e onde existe possibilidade de estes assumirem o seu papel enquanto parte integrante e participativa da realidade e da transformação da mesma (Damo, Moura, & Cruz, 2011; Gadotti, 1996). É, por parte

do sujeito, tomar consciência sobre a sua realidade e ter a capacidade de transformá-la e, ao mesmo tempo, “saber que não apenas estamos no mundo, mas com o mundo e também pelo mundo” (Damo et al., 2011, p. 4). Segundo Agostini (2018), a conscientização é o ato de assumir um compromisso consigo mesmo e ter a capacidade de agir e refletir perante o que possa acontecer, não sendo assim um mero espectador da realidade. É não estar do lado de fora, mas sim, envolvido no processo. É, por sua vez, o desejo de participar, de estar envolvido, é o ato libertador e a necessidade da procura pela autonomia (Agostini, 2018).

Através deste processo conscientizador é possível desenvolverem-se novas práticas e atitudes e, ainda, é dada a possibilidade de os sujeitos decidirem e escolherem por si mesmos (Agostini, 2018; Gadotti, 1996). De acordo com Gadotti (1996, p. 5), este é um “processo histórico que se desenvolve pela tomada de consciência, possibilitando ao homem sua emancipação e integração ao mundo real”. Logo, estes princípios vão ao encontro dos princípios através dos quais este projeto foi guiado, pois teve por base auxiliar os autores e participantes do projeto a tornarem-se mais consciente e mais capazes de enfrentar os desafios do cotidiano, a tomarem consciência que podiam fazer parte do processo de requalificação das suas habitações e que importava o modo como pensavam o lugar onde viviam, uma vez que, “quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emergente, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la” (Freire, 1971, p. 19).

Para Freire (1970), a conscientização é um método pedagógico que dá oportunidade aos sujeitos de se (re)descobrirem através da tomada de consciência do próprio processo, permitindo que estes se manifestem e se configurem enquanto pessoas e, sobretudo, se reconheçam capazes de “conquistar o mundo, fazê-lo mais humano” (Freire, 1970, p.8). Assim sendo, o método de conscientização não tem como objetivo ser meramente um método de ensino, mas um método que constitua aprendizagem: uma “educação como prática de liberdade” (Freire, 1970, p. 9). Neste método os sujeitos não concebem a sua liberdade, mas aprendem o modo como podem fazer e agir (Freire, 1970). Logo, é necessário que o processo de conscientização seja “a base da educação problematizadora e crítica, para que essa possa gerar uma ação de reflexão que permita ao indivíduo comprometer-se com a transformação do meio em que está inserido e com a sua própria transformação” (Gadotti, 1996, p. 5).

3. ANÁLISE DA REALIDADE

3.1.0 PEDIDO INICIAL E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES

“A análise da realidade é o conhecimento da realidade para poder superá-la. É decidir, saber onde se está, saber para onde ir e como fazê-lo. Trata-se, em definitivo, de conhecer a realidade onde se atua para saber o que mudar e como fazer” (Cembranos et al., 2001, p.24). Parte-se, assim, do conhecimento da realidade para a sua transformação (Cembranos et al., 2001; Timóteo & Bertão, 2012), pois, antes de intervir em determinada realidade, é necessário conhecê-la e estudá-la. O conhecimento do contexto é feito em simultaneidade com o conhecimento das pessoas nele inserido, da sua vida quotidiana e das suas dinâmicas; pretende-se que a intervenção a efetuar resulte das necessidades e desejos das pessoas e que seja, essencialmente, uma intervenção o mais apropriada possível. Desta forma, através da análise da realidade é possível identificar os problemas, as necessidades, potencialidades e recursos dos atores sociais, com os quais se pretende gerar mudança e desenvolver uma ação transformadora das suas realidades (Riba, 2012). A análise e o conhecimento da realidade devem ser um processo contínuo e permanente e deve acompanhar todas as fases do projeto, embora, em determinados momentos, seja necessário redefini-la e reforçá-la (Riba, 2012).

O presente projeto foi desenvolvido com um grupo de moradores de uma Ilha da cidade do Porto, com a proprietária e com os arquitetos envolvidos no projeto de requalificação da ilha. O conhecimento sobre este contexto iniciou-se com o primeiro contacto com o filho da proprietária da ilha e com o Prof. Aitor Varea Oro, arquiteto coordenador do Workshop “Arquitetos de Família”, no âmbito de um acordo de colaboração com a Câmara Municipal do Porto. Este primeiro contacto ocorreu no mês de novembro e teve como objetivos: conhecer a ilha e as representações de cada um dos envolvidos acerca da mesma, bem como, nos ser permitida a entrada em algumas casas devolutas; conhecer os moradores e facilitar os primeiros contactos; recolher informações sobre a história da ilha e a situação atual das casas (quantas casas estavam ocupadas, tipologias, tipo de construção e estado de conservação das casas, valor das rendas, entre outras), bem como, ficar a conhecer o Workshop “Arquitetos de Família” que serviu de mote para a intervenção nesta ilha. Este Workshop, e segundo o que foi explicado pelo Prof. Aitor, incide numa forma de ensino

que permite aos estudantes dos últimos dois anos do mestrado de arquitetura da FAUP, a possibilidade de, através de um caso prático, prestar assistência técnica no projeto de reabilitação de uma ilha e contribuir para o desenvolvimento de um programa base no âmbito da preparação de uma candidatura ao “1.º Direito: Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”.

Neste sentido, o Workshop debruçou-se sobre a construção de uma proposta base de reabilitação da ilha, na qual foi realizado este projeto. Conhecidos os objetivos deste Workshop, o coordenador considerou que a participação de duas estudantes do MEIS poderia ser uma mais valia pois, além de se tratar de um Workshop que incidia na reabilitação das casas na ilha e da oferta de condições habitacionais condignas, este considerava que as questões sociais são de extrema importância e é fundamental escutar a voz dos moradores enquanto atores sociais a envolver no processo. A nossa participação seria, de certo modo, fazer a ponte entre os estudantes envolvidos no Workshop e os habitantes da ilha, dar a conhecer aos estudantes de arquitetura estes habitantes e a realidade em que os mesmos viviam. O workshop iniciou a 16 de novembro e terminou a 11 de dezembro. Esta proposta foi bem acolhida por todos os elementos do projeto e durante alguns dias, em colaboração com os estudantes de arquitetura e com a minha colega de mestrado, foram feitas visitas regulares à ilha no sentido de conhecer os moradores, as suas casas, os seus projetos de vida e as suas necessidades, à medida que os estudantes de arquitetura faziam o levantamento arquitetónico nas casas das pessoas. A caracterização que íamos fazendo dos moradores (nomeadamente, idade, profissão e escolaridade, saúde e informações sobre a habitação de cada morador) foi sendo transmitida aos estudantes de arquitetura, no sentido de estes conhecerem efetivamente as pessoas que habitavam as casas e, envolvê-los no processo para que o projeto de arquitetura espelhasse as necessidades dos moradores. De salientar que os moradores deram autorização para o uso dos seus dados no âmbito deste projeto através da assinatura e preenchimento de um consentimento informado, onde, através deste, é garantida a proteção dos seus dados.

Em paralelo, e com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca desta realidade e seus habitantes, a consulta da legislação e dos programas de requalificação, bem como a leitura de alguns trabalhos e publicações (Matos & Rodrigues, 2009; Pereira, 2011; Rodrigues & Tarsi, 2020) sobre este assunto permitiu um melhor entendimento acerca do contexto. Já no contexto do projeto, as conversas Intencionais e a observação participante foram técnicas importantes

para o estabelecimento do contacto com os moradores e com a equipa de arquitetura que estava a desenvolver o projeto de requalificação na mesma ilha, bem como com uma mestranda da FAUP, orientada pelo prof. Aitor, e que iria juntar-se a nós, estudantes do MEIS e desenvolver o seu projeto de arquitetura naquele contexto. Estes encontros e conversas foram imprescindíveis para perceber de que forma poderia ser útil uma intervenção social neste contexto e se havia espaço para a realização de um projeto de EIS.

O momento era de muita mudança e pressão: tendo em conta que a proprietária desta ilha não possui condições financeiras para a realização de obras estruturais na ilha, poderia candidatar-se ao "1º Direito: Programa de Apoio ao Acesso à Habitação", através do projeto de arquitetura que resultasse do workshop realizado com os estudantes de arquitetura, sob a coordenação do Prof, Aitor. Caso a candidatura fosse aceite e viesse a ser financiada, seria possível requalificar a ilha, podendo assim dar melhores condições de habitabilidade e de vida a quem nela habita. O prazo para a candidatura exigia uma ação imediata.

A ilha em questão encontra-se muito degradada, de construção anterior ao ano de 1892, as obras ao longo dos anos são quase inexistentes (à exceção de pequenas alterações que vão sendo feitas por cada morador) e a situação em que as pessoas vivem é de facto preocupante, face a problemas como: infiltrações, insuficiente ventilação dos espaços, escassa iluminação e isolamento, presença de humidade, precariedade de soluções em relação ao saneamento, para não falar dos espaços reduzidos das habitações e respetiva fragilidade estrutural. Assim sendo, a proprietária candidata-se a este programa para a construção de novas habitações. Os espaços exteriores serão igualmente requalificados, ficando assim a ilha mais ampla e com acessos facilitados no que concerne às questões da mobilidade. Neste sentido, e uma vez que uma habitação não se faz só de quatro paredes, mas sim de pessoas, famílias e as suas histórias, é imprescindível olhar a vertente mais humana. A intervenção nesta ilha deverá ser não apenas estrutural, mas também social. Olhámos os interesses, desejos e vontades dos moradores e funcionámos como mediadoras (mediação entre moradores-arquitetos-proprietária) no processo de requalificação da ilha (para que estes estivessem melhor informados sobre os seus direitos) mas também os acompanhámos de forma individual tendo em conta os seus problemas (Análise da candidatura, Apêndice A, pp. 99-101).

3.2. CARACTERÍSTICAS DA ILHA E PERCEÇÃO DOS MORADORES

A ilha, tal como mencionado anteriormente, localiza-se numa zona central da cidade do Porto, numa União de Freguesias que tem mais de 15 000 habitantes. Nos arredores da ilha existem vários estabelecimentos comerciais, como cafés, restaurantes, mini e supermercados e um quiosque que é habitualmente frequentado por alguns moradores da ilha. Nas redondezas, existe também uma clínica dentária e ainda uma farmácia. O hospital mais próximo dista 1,7km. Os espaços verdes são diminutos, tendo os moradores que se dirigirem a outras zonas da cidade para usufruírem de jardins ou parques.

Esta ilha encontra-se assim numa zona privilegiada da cidade com acesso fácil a qualquer tipo de serviços, entre eles, serviços de saúde, transportes públicos e comércio. Através de conversas intencionais com os moradores, alguns deles partilharam que a localização da ilha é importante, considerando a zona geográfica onde habitam uma potencialidade. Para um dos moradores, o Sr. Valentim, “a ilha está num sítio muito bom, tenho o autocarro mesmo aqui à porta de casa e posso ir para todo o lado”, facto também enfatizado pela D. Patrícia, que refere que “a ilha é de fácil acesso, há muitos transportes e para andar a pé também é bom. Vamos muito rápido para o trabalho e às compras”. Desta forma, o local onde habitam é privilegiado para as deslocações para o trabalho e até mesmo para a escola.

A ilha foi-se mantendo na mesma família, fruto de uma herança que foi passando de geração em geração dentro da mesma família. Atualmente, a proprietária é a D. Alice que herdou, há cerca de 20 anos, a ilha da sua tia já falecida. Ao longo dos anos, esta ilha foi habitada por várias pessoas, umas famílias mantendo-se durante vários anos, outras mudando em busca de melhores condições de habitabilidade. Os moradores pagam à proprietária uma renda mensal e têm feito pequenas obras de melhoramento.

A entrada para a ilha, para quem se movimenta na rua, passa um pouco despercebida. A entrada é comum à entrada de um prédio e é feita através de um estreito e curto corredor, corredor esse, que os habitantes descrevem como frio e ventoso, principalmente no inverno, como refere a D.

Patrícia, “muito frio no inverno, (onde) corre muita aragem”; em contrapartida, “é muito fresquinho no verão. Há alguns anos, nós juntávamo-nos com os vizinhos aqui na casa dois que é mais perto do corredor e almoçávamos aqui à fresquinha, na mesa improvisada que está no anexo do Sr. Joaquim”.

Esta ilha é composta no total por 13 habitações ordenadas sequencialmente, sendo que nem todas as habitações estão ocupadas, encontrando-se quatro casas devolutas. Através de conversas intencionais com alguns dos habitantes da ilha, foi possível perceber que o inquilino de uma das habitações se encontra a viver no estrangeiro e utiliza a casa apenas para férias, habitualmente no mês de dezembro e nos meses de Verão.

Na sua origem, as habitações foram construídas com um pequeno quintal à sua frente, mas, uns anos mais tarde, esses quintais converteram-se em pequenos anexos destinados a servirem de cozinha e de instalações sanitárias. Deste modo, as construções do lado esquerdo do corredor são as casas originalmente construídas e as do lado direito são construções posteriores, anexos que foram sendo construídos ilegalmente para responderem às necessidades das pessoas. Existem apenas duas habitações com todas as divisões no seu interior (sala, quarto, cozinha e casa de banho), sete habitações são constituídas por três divisões (uma sala, um/dois quartos), três delas com cozinha no interior, mas com a casa de banho partilhada no exterior, e quatro com anexos próprios onde está localizada a cozinha e casa de banho. O wc partilhado pelas três casas fica na parte de trás das construções dos anexos e os moradores queixam-se das más condições em que este se encontra, bem como das deslocações para o mesmo nos dias frios e chuvosos do Inverno. A D. Inês confidenciou que o facto de não ter a casa de banho interior e ter de descer as escadas exteriores de sua casa para fazer uso da casa de banho exterior é um grande inconveniente e prefere utilizar um balde para fazer as necessidades fisiológicas que, no dia seguinte, pela manhã, despeja nas instalações sanitárias quando sai para o trabalho. A D. Inês comentou: “graças a Deus ainda sou uma pessoa ativa e ainda trabalho, mas já não vou para nova. Fica um pouco difícil subir tantas vezes as escadas para me deslocar à casa de banho. Para não falar do frio e do medo de encontrar aqui alguém à noite. Eu trago um balde para dentro de casa e uso-o, o meu baldinho.”

Ao longo do tempo, foi perceptível que a existência de cozinha ou de sanitários em anexos no exterior da habitação, e com um corredor pelo meio, constitui também um problema para os

moradores, tal como é explicitado pela D. Sofia que referiu, numa das conversas, que “andamos sempre dentro e fora. É como se tivéssemos duas casas. No inverno é muito mau porque chove e apanhamos frio”. A D. Patrícia deseja que esta situação se altere, pois “se tivesse tudo numa casa era melhor”. Esta situação e exigência de deslocação entre a casa principal e o(s) anexo(s) tem provocado alguns problemas de saúde, provocados por quedas de alguns moradores e, ainda, constipações ou gripes devido ao facto de terem de atravessar um corredor desprotegido da chuva e frio ou porque, após a higiene pessoal ser feita na casa de banho exterior, terem de se deslocar para o interior das casas com os cabelos molhados.

Tal como referido, o corredor da ilha é estreito, não existindo um espaço comum para que os habitantes da ilha se possam reunir ou realizar algum tipo de festividade, no entanto, cada um usufrui do espaço exterior do seu próprio anexo para o cultivo de pequenas hortas, para a realização de churrascos, para estender a roupa ou, até mesmo, para passar algum tempo ao ar livre. Foi possível observar que, apesar destas condições, estes anexos são bastante simpáticos e, na maioria das vezes, foi aí que nos encontrávamos para conversar com os moradores.

Apesar das casas habitadas possuírem melhor estado de conservação do que as devolutas, nenhuma apresenta condições mínimas de habitabilidade. As dimensões das divisões são reduzidas, apresentando a área total da casa apenas 27,7m² é notória também a insuficiência de iluminação no exterior da ilha (cada casa conta apenas com uma luz no cimo da porta), bem como ventilação e isolamento térmico e acústico insuficientes. Para não falar da precariedade de soluções no que diz respeito ao saneamento (várias vezes os moradores se confrontaram com problemas nas fossas) e canalização que se encontra à superfície e atravessa os corredores da ilha. Depois da requalificação, estas habitações irão ter melhores condições de habitabilidade e vão converter-se em quatro habitações térreas e outras quatro no segundo piso, com duas casas de tipologia T1 e duas de tipologia T2 em cada andar.

Na ilha moram 15 pessoas. Para recolhermos algumas informações de forma mais sistemática, realizámos uma entrevista semiestruturada aos moradores (Apêndice B, pp.101-104). Dos 12 entrevistados, quatro mencionaram que gostavam de ter mais espaço exterior em alguma zona da ilha, que permitisse o convívio entre os moradores, sendo uma mais valia, uma vez que agora a interação entre vizinhos limita-se aos encontros esporádicos no exterior da habitação. Além

disso, a necessidade de um espaço exterior é também mencionada uma vez que na proximidade da ilha não existem jardins ou parques. No entanto, e apesar de terem confidenciado esta vontade de um espaço exterior que permitisse o convívio, percebemos ao longo das várias conversas que, há uma certa ambivalência entre o desejo de ficarem no seu espaço privado e a vontade de terem um espaço coletivo que pudesse ser partilhado entre vizinhos. Durante uma conversa no espaço exterior, o Sr. Valentim comentou que “gostava de conviver mais com os vizinhos” e reforçou “juntar-me a eles. Aqui ninguém faz isso. Olhe ali na ilha ao lado, quando há festas eles juntam-se sempre. Metem uma mesa grande no meio e estão ali a comer a beber e a conviver todos juntos”, enquanto a D. Inês discordava, dizendo, “antes, antes até havia muito convívio, era uma família. Agora isso tudo acabou. Mas sabem, às vezes até é melhor assim, para não haver conflitos. Cada um no seu cantinho, na sua casa”.

De um modo geral, as perceções e representações destes moradores acerca das habitações focam-se essencialmente nas más condições de habitabilidade e na inexistência de cozinha e de casa de banho no interior das habitações. No entanto, e tendo os moradores as mesmas perceções e representações em relação às condições degradadas das habitações, as opiniões são um pouco diferentes quando se perspetiva a possibilidade de se realizarem obras: apesar destes inconvenientes, uns parecem mais conformados e, para esses, a casa é suficiente e tem o necessário para viver, para outros, a habitação é pequena e sem condições. Assim, os moradores vivem o dia a dia com as condições que têm e comentaram que vão fazendo pequenas obras (pequenas reparações, tais como: pinturas, pequenos remendos nos telhados com telha que ainda tenham em casa, tapam buracos com cola), sempre que possível, para terem o máximo de conforto, uma vez que a habitação “não é uma habitação normal”, onde possam ter espaço suficiente para as suas coisas, como nos foi referido por uma moradora. A D. Sofia comentou que “a casa é muito pequena, não tenho espaço para as minhas coisas. Imagina, eu até tenho a minha roupa pendurada em cabides. Fiz um furo na parede, pendurei uns cabides e a minha roupa está assim. Para não falar do quarto do meu filho. O quarto do meu filho é minúsculo, praticamente só cabe lá a cama e pouco mais”.

Por outro lado, outros moradores até gostam da casa que habitam e têm a habitação decorada de acordo com os seus gostos e possibilidades. Para não falar do espaço em frente aos anexos que, para aqueles que usufruem dele, acaba por permitir uma certa liberdade para poderem fazer os

seus churrascos e passarem tempo ao ar livre. Ainda assim, durante as conversas intencionais e nas entrevistas realizadas, alguns moradores confidenciaram que sentiram uma certa estranheza e muitas limitações a nível arquitetónico quando viram a casa pela primeira vez ou, até mesmo, que sentiram medo quando a viram. Este medo devia-se às más condições em que a habitação se encontrava: paredes pretas fruto da muita humidade, um cheiro intenso a urina e fezes de animal, soalho inexistente ou, em alguns casos, levantado, fichas elétricas sem proteção e com fios à mostra, buracos na parede que permitiam a entrada de ar, chuva e vento, entre outros. A D. Sofia comentou, “eu quando entrei aqui, tive medo. A casa estava uma miséria, não era sequer possível alguém morar aqui. Mas sabem, por necessidade, teve de ser. Ou era isto ou a rua.” Quanto às limitações arquitetónicas, percebe-se o tamanho bastante reduzido das divisões, e a impossibilidade de dar entrada a uma maca ou cadeira de rodas para dentro da habitação. As limitações arquitetónicas passam ainda pela existência de degraus, embora pequenos, e a inexistência de rampas que facilitem o acesso à ilha e às próprias habitações para aqueles moradores que têm mais dificuldades em movimentar-se. Para alguns dos moradores, já habituados a casas semelhantes no passado, ou a viverem na ilha há muitos anos, esta realidade já não causava surpresas.

3.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS HABITANTES

Para o conhecimento da realidade, tornou-se imprescindível contactar e conversar com os diferentes habitantes da ilha, existindo a preocupação de escutar a voz dos mesmos.

Nesta ilha existem 15 moradores, oito elementos do sexo feminino e sete elementos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 12 (1 pessoa) e os 94 anos de idade (temos duas pessoas entre os 30 e os 40 anos; uma entre os 41 e os 50 anos; quatro pessoas entre os 51 e os 60; 4 pessoas entre os 61 e os 70 anos; 1 pessoa entre os 71 e os 80 anos; 1 pessoa entre os 81 e os 90 anos; e uma pessoa entre os 91 e 100 anos), que constituem nove agregados familiares (Apêndice C, p. 105): um agregado familiar é constituído por três pessoas (o casal e um filho/a), quatro por duas (dois casais e duas mães e respetivos filhos/as), e quatro agregados constituídos por pessoas que vivem sozinhas. Assim, vivem na ilha três famílias nucleares, sendo que duas

delas têm filhos já adultos a viverem no estrangeiro, duas famílias monoparentais e quatro famílias com um único elemento. Durante o período em que o projeto foi realizado, os três moradores de duas casas não se encontravam permanentemente na ilha, por motivos diferentes: um dos habitantes encontra-se a trabalhar no estrangeiro, regressando apenas no mês de dezembro e nos meses de Verão; os dois outros moradores formam um casal e mantiveram-se ausentes da ilha, na sequência do falecimento de um familiar direto (a mãe do elemento feminino deste casal), estando o casal a habitar em casa do pai da senhora, por tempo indeterminado, para lhe prestar apoio.

Alguns dos moradores vivem nesta ilha há muitas dezenas de anos, porque cresceram por aqui ou vieram para cá morar após o falecimento dos familiares que viviam naquela casa, outros chegaram até à ilha através da partilha de informação com terceiros. Quando questionados sobre o seu percurso, vivências e habitações anteriores, cinco moradores mencionaram que já viveram em outros países ou em zonas distintas da cidade do Porto, dois deles, em outras ilhas, casas próprias ou bairros de habitação social. Mudaram-se essencialmente por necessidade, pelas poucas condições financeiras, e viver na ilha possibilita uma melhor gestão dos poucos recursos económicos, uma vez que conseguem fazer face às despesas do dia a dia devido aos baixos valores de renda praticados. Assim, residem nesta ilha pessoas há vários anos, sendo que a mais antiga inquilina está na ilha há 63 anos (nasceu e cresceu na ilha), o segundo inquilino mais antigo vive na ilha há 40, e a mais recente inquilina apenas há oito meses. Através dos encontros que mantivemos com a inquilina mais antiga, percebemos que a ilha sofreu muitas alterações ao longo dos anos, os espaços onde existem atualmente os anexos não existiam e, o terreno era em terra, podendo ser possível fazer-se plantações. Além disso, a D. Inês comentou que ela já viveu em duas casas diferentes na ilha: morou com os pais em uma das habitações e, quando casou, mudou-se para outra, onde já vive há quarenta e cinco anos. Também através de conversas intencionais com o segundo inquilino mais antigo, o Sr. Joaquim, constatou-se que este praticamente acompanhou o crescimento desta ilha e criou a sua família na mesma. O casamento de uma das suas filhas realizou-se ali. Apesar de ser referido por estes moradores que são os habitantes mais antigos a residir na ilha, uns meses mais tarde, foi-nos confidenciado por outro morador, um homem de 74 anos de idade, que ele seria o mais antigo habitante, vivendo na ilha há cerca de 72 anos.

No que concerne à nacionalidade destas pessoas, a maioria é de nacionalidade Portuguesa existindo apenas três pessoas de outra nacionalidade (a mesma não irá ser divulgada devido à confidencialidade exigida): uma vive em Portugal há 6 anos e na ilha há 8 meses; as duas pessoas vivem em Portugal há 20 anos, e sempre habitaram na ilha (havendo apenas um período de 6 meses em que estiveram a habitar em outra cidade). Uma das habitantes de nacionalidade estrangeira ainda está pouco familiarizada com a língua portuguesa, apresentando ainda alguma dificuldade em expressar-se, revelando algum receio em errar na construção das frases quando mantém um diálogo com alguém em português. Não frequentava qualquer curso de língua portuguesa e o período de pandemia (Covid-19) não facilitava este processo (os cursos de língua portuguesa para estrangeiros estavam suspensos ou não aceitavam novas inscrições). Embora o processo de comunicação verbal ficasse comprometido, esta moradora não mostrou interesse na frequência de qualquer curso de português quando este aspeto foi explorado.

Quanto às habilitações literárias, elas são diversificadas: uma pessoa não frequentou a escola; uma pessoa concluiu o 4º ano de escolaridade; um morador tem o 6.º ano; uma outra pessoa tem o 7º ano, e um jovem (12 anos) frequenta atualmente este nível de ensino; dois moradores estudaram até ao 9º ano; uma pessoa frequentou a escola até ao 11º ano; duas pessoas completaram o 12º, sendo que uma delas concluiu um Curso de Especialização Tecnológica (CET); e quatro pessoas têm cursos superiores de nível de licenciatura, mas nenhuma trabalha na área da sua formação.

Relativamente ao percurso profissional dos moradores, exercem atividades profissionais muito diversificadas, designadamente: auxiliar de ação educativa, funcionária em café ou confeitaria, empregada doméstica, segurança, funcionário em uma peixaria, técnica de farmácia, empregada de escritório e uma cuidadora informal de idosos. Existe ainda um estudante e duas pessoas reformadas, sendo que estas duas pessoas reformadas, quando no ativo, exerciam funções, uma delas, numa empresa têxtil e o outro morador foi técnico de Jardinagem durante 39 anos. Devido à situação pandémica, e durante os períodos de confinamento, a D. Hélia, funcionária num café e, ainda, empregada doméstica, e o Sr. Francisco, que trabalha na peixaria, ficaram sem exercer funções uma vez que os estabelecimentos onde trabalhavam fecharam. Após o desconfinamento, retomaram a atividade profissional, embora o Sr. Francisco num novo emprego, estando à data da escrita deste relatório a trabalhar com um familiar na montagem de

ar condicionados. Em relação aos rendimentos destes moradores, estes recebem um salário relativo à atividade profissional que exercem e os que não trabalham recebem uma reforma (apenas 2 habitantes). Não se conhecem outros rendimentos/apoios associados.

Apesar de ter sido importante desenhar uma caracterização sociodemográfica destas pessoas, foi igualmente importante conhecer de uma forma mais aprofundada estes mesmos moradores, para além desta caracterização. Assim, é possível mencionar também alguns dos interesses e hobbies dos mesmos. Destaca-se essencialmente o gosto pela música, pela dança, pela leitura e pela cultura. Alguns moradores revelaram ainda interesse por passeios ao ar livre, pelo cultivo de legumes e frutas em hortas, pelo gosto em cozinhar, pelo mar (que alguns referiram ser uma forma de acalmar), pela pesca, pelo campismo e por fazer compras nas superfícies comerciais na proximidade das ilhas.

No que concerne às rotinas e hábitos, apesar de estes moradores revelarem diversos interesses, a maioria deles ocupa o seu tempo essencialmente com a atividade profissional e passam o resto do tempo livre em casa. É uma rotina baseada em “trabalho-casa, casa-trabalho”, à exceção de alguns moradores (o Sr. Valentim e a D. Laurentina, a D. Sofia e o Bernardo, o Sr. Francisco), que gostam de dar os seus passeios, encontrar-se com os amigos, e, assim, não limitam o dia a dia só ao trabalho ou aos estudos. No que diz respeito à pessoa reformada, esta passa a grande maioria do seu tempo em casa, saindo apenas de casa para ir a alguma consulta médica ou para ir à horta com o filho, como é habitual. Tal como mencionado anteriormente, através de conversas intencionais e da observação participante, no presente contexto, foi perceptível que são poucos os moradores que quebram a sua rotina com atividades diferenciadas, restringindo um pouco o seu dia a dia ao trabalho e à sua habitação. No entanto, existe, em particular, um casal na ilha que, sempre que lhes é possível, sai da zona do Porto e vai conhecer outras regiões do país. São duas pessoas que prezam muito por momentos de lazer para fugirem um pouco à rotina habitual. Numa das conversas, um destes dois moradores, o Sr. Valentim, comentou, “ontem fomos até Esmoriz, foi tão bom. Passeamos um pouco na praia e fizemos um piquenique num monte lá perto. Não andava muita gente na rua, e estivemos sempre distanciados. Deu para aproveitar o dia, e passear um pouco. Trabalhamos muito e o confinamento também não ajuda, estes momentos também são importantes”. Estava-se em março deste ano, em período de recente alívio das medidas de confinamento.

A grande maioria dos habitantes da ilha sai de manhã cedo, por volta das 7h/8h, para trabalhar e regressam ao final do dia ou início da tarde, dependendo dos horários de trabalho e turnos para cada semana. 11 pessoas encontram-se no ativo. Quando em casa, ocupam-se com as tarefas domésticas, com a leitura de livros, veem televisão, vão à horta ou fazem os seus passeios. Em relação a alguns hábitos, percebeu-se que alguns moradores não dispensam no seu dia a dia a ida à praia, quando o tempo o permite, os contactos nas redes sociais com a família que está no estrangeiro e o passeio, três a quatro vezes por dia, com o animal de estimação. Duas famílias têm animais de estimação, nomeadamente, um cão de raça pequena e uma gata adulta que foi encontrada na rua.

De uma forma geral, estes habitantes demonstram ser pessoas simpáticas, alegres, comunicativas, acolhedoras, solidárias e disponíveis para ajudar. São pessoas com sonhos, que projetam mais e melhor para as suas vidas. Alguns ambicionam ter condições de habitabilidade melhores, para darem aos seus filhos aquilo que a eles não foi permitido. A D. Sofia comentou, “o meu filho tem doze anos, é com ele que me preocupo. Eu não me importo de ficar doente, de andar ao frio para dentro e para fora. Mas preocupo-me com ele. Não quero que ele viva nestas condições. Gostava de lhe poder dar uma casa melhor, com um quatinho com privacidade e com o espaço que uma criança precisa para crescer”. A D. Patrícia revelou o mesmo desejo de bem estar para a filha, “a minha filha tem 30 anos, tem namorado, em breve eles juntam-se. Ela quer o espaço dela e eu acho normal. Gostava que ela tivesse mais condições do que o que tem aqui. Mas olhe, nunca lhe faltou nada, nunca nos faltou nada. Vivemos dentro das nossas possibilidades”. Outros pensam no seu futuro como regresso ao país que os viu nascer. Querem estar perto da família e envelhecer no seu país.

Por outro lado, é notória a resignação face às rotinas diárias de alguns moradores que comprometem o seu futuro e os seus sonhos. Estas pessoas, embora demonstrem vontade de fazer coisas novas e fugir à rotina que se limita, tal como dito anteriormente, à casa e ao trabalho, não se desafiam, nem fazem por isso, impossibilitando assim a concretização daquilo que desejam. Acreditam que já viveram muitas coisas na vida, que “já estão velhos e não há muita coisa nova para acontecer”, como referiu a D. Patrícia.

Por fim, em relação às dinâmicas relacionais, a forma como estes moradores se relacionam uns com os outros e com a própria família é muito distinta de família para família. As dinâmicas comunitárias pautam-se essencialmente pela cordialidade e entreatajuda, caso assim seja necessário. Não existe, por assim dizer, relações de amizade, à exceção de quatro moradores que têm um laço mais forte de amizade entre si, como referido pela D. Sofia, “ai, eu gosto muito da D. Patrícia, ela é muito porreira. Ajudamo-nos sempre uma à outra quando é preciso. Estamos sempre na conversa. É a minha vizinha preferida. Ela e a D. Inês são as vizinhas com quem eu falo mais. Ainda no outro dia, a D. Inês me ajudou com o meu filho. Ele desmaiou e ela, como cuida de idosos e tem o aparelho das tensões em casa e tem mais experiência que eu, veio logo acudir. Esteve imenso tempo aqui em casa”.

Também a D. Inês, num dos encontros na ilha, comentou, “o vizinho com quem eu mais me relaciono é com o Sr. Joaquim, somos como família. Eu venho cá medir-lhe as tensões todos os dias quando chego do trabalho. E ele faz-me sempre a sopa. Sabe, às vezes eu até nem preciso, mas levo sempre para casa. Já são muitos anos”. Estes quatro moradores, em particular, interagem mais e são os moradores que mais vezes se encontram no corredor da ilha a conversar. Em relação aos restantes, tal como mencionado, as relações ficam-se pelos encontros e situações cordiais, tal como cumprimentar e dizer “bom dia ou boa tarde”.

No que diz respeito às dinâmicas familiares é igualmente notória a diferença em cada família. No caso dos moradores que habitam sozinhos, é visível que as pessoas com as quais mais se relacionam são a família próxima ou alguns amigos. O Sr. Joaquim convive diariamente com os filhos, tal como a D. Inês. A D. Hélia não tem família em Portugal, mas recebe regularmente a visita de uma amiga e, também, do próprio patrão, quando necessita de alguma coisa. Estes moradores recebem visitas frequentes dos filhos na ilha ou deslocam-se mesmo até às habitações destes, como acontece com o Sr. Joaquim, a D. Inês, para passarem o dia ou, até, alguns dias. Os filhos destes moradores mostram ser presentes, interessados, empenhados e auxiliam nas pequenas questões do dia a dia destes moradores, uma vez que vivem na mesma cidade e facilmente chegam à ilha. Estes moradores têm, assim, retaguarda familiar e elogiam os filhos e a boa relação que têm com eles, descrevendo esta relação como uma relação protetora, de cuidado, de estima, uma relação pontualmente com alguns atritos, mas atritos esses que se resolvem rapidamente.

Relativamente aos casais da ilha, um deles (casal na casa dos 50 anos e residentes na ilha há 32 anos) mantem uma relação de alguma conflitualidade, existindo algumas discussões e discordância entre eles. Cada um dos elementos do casal reconhece esta desarmonia, a senhora referiu-se ao marido instável emocionalmente, que “é de luas. Por vezes está muito bem, muito bem-disposto, mas tem dias que ninguém o atura”, embora logo de seguida encontre uma explicação para esta situação, referindo-se aos “muitos problemas no passado” do marido e que, apesar de tudo, nesta dinâmica “nós vamo-nos entendendo, também não sou capaz de o deixar sozinho”. Também o senhor tem algumas queixas em relação à sua esposa, partilhando que, várias vezes, sente-se “tão bem aqui sozinho, estou descansado a fazer as minhas coisas, antes de a minha mulher chegar”.

Um outro casal revela um modelo de relação diferente, sentindo-se uma certa proteção do marido para com a esposa. O facto de esta não falar fluentemente português (uma vez que é cidadã de uma outra nacionalidade) afasta-a um pouco da vida social, isso é notório quando o próprio marido responde pela esposa ou afirma que esta não tem muito mais a acrescentar porque não percebe bem o português. Refletindo sobre esta dinâmica relacional, e mesmo não conhecendo ainda os contornos mais profundos da relação, pareceu-nos que esta proteção poderá não ser tão benéfica assim, promovendo, talvez, uma certa dependência desta mulher (que também não parece desejar frequentar um curso de português), pois faz com que a D. Laurentina viva numa bolha, não tendo oportunidade de se expressar tantas vezes quantas as que desejaria.

A relação entre mãe e filho também foi alvo de observação. Entre a D. Sofia e o seu filho Bernardo, a relação é baseada na proteção e no carinho, é inculcado um sentido de responsabilidade em relação à escola e ao seu aproveitamento escolar. Apesar desta proteção, a D. Sofia permite uma certa liberdade ao seu filho, deixando-o vir da escola sozinho, encontrar-se com os amigos fora da escola mas, estabelecendo um horário que deve cumprir, porque, apesar de o Bernardo ter apenas 12 anos, para a D. Sofia este “deve crescer e ser um homenzinho”, tomando consciência da vida, dos seus perigos e não só das coisas boas que a vida tem. A D. Sofia não trata o Bernardo como uma criança e fá-lo cumprir com as suas obrigações. Filho de pais separados, o Bernardo passa uma semana seguida com a mãe e outra semana com o pai. A D. Sofia, contou, numa das conversas, que o “Bernardo é um bom menino, mas às vezes também faz das dele. Imaginem, no outro dia, recebi um e-mail da diretora de turma a dizer que ele tinha falta em algumas aulas. O

Bernardo estava no pai e eu liguei-lhe logo a perguntar o que se tinha passado. Ele não estava nada à espera, pediu desculpa e disse que não se voltava a repetir. Sabem, ele foi capaz de reconhecer o erro, mas ele sabe bem que eu agora vou andar sempre em cima dele. Se ele quer ser tratado como um homenzinho tem de fazer por merecer”. O Bernardo trata a mãe com carinho, ajuda-a nas tarefas domésticas e pede ajuda nos trabalhos de casa, sempre que precisa.

A D. Ângela e o Sr. Fábio (mãe e filho) têm uma relação muito baseada no cuidado. A D. Ângela tem 94 anos e necessita de alguns cuidados. Está acamada e tem demência com diagnóstico desde o ano de 2015, o que requer por parte do filho maior disponibilidade para prestar os cuidados pessoais e de higiene da mesma. O Sr. Fábio, com 54 anos de idade, gere a sua vida em função da sua mãe, pela qual tem grande estima e apreço. Sempre viu a mãe como uma mulher independente e, neste momento, sente que deve retribuir tudo o que a sua mãe fez por ele enquanto este era mais novo.

Porque algumas das famílias da ilha foram revelando algumas características que pareciam constituir uma limitação para o seu bem-estar, desenvolvemos com algumas delas, ou com algum dos seus elementos, uma intervenção psicossocial mais individualizada, que constituiu o eixo 2 deste projeto. O eixo 2 integra os acompanhamentos às famílias realizados pela colega de mestrado, Duda Montrond, e o acompanhamento efetuado por mim à família N. e que é apresentado neste relatório.

3.4. UMA FAMÍLIA A VIVER NA ILHA

A D. Laurentina N. tem 60 anos, não é natural de Portugal, é casada (casou na sua terra natal) e vive com o seu marido, o Sr. Valentim, há cerca de 20 anos na ilha. É uma senhora alta, de cabelo curto, preto e usa óculos. A D. Laurentina veio para Portugal há muitos anos, à procura de melhores condições de vida, junto do seu marido, também ele, da mesma nacionalidade. Deixou na sua terra natal uma filha, atualmente com 40 anos de idade, fruto de uma primeira relação, e os restantes familiares (mãe, pai, três irmãos e sobrinhos). A adaptação a Portugal, em sua opinião, não foi difícil, uma vez que já conhecia muito da cultura portuguesa, matéria dada nas aulas durante o seu percurso escolar. No entanto, conhece muito pouco da língua portuguesa e este foi, e continua a ser, como referia nas conversas que mantínhamos, o seu maior constrangimento. Efetivamente,

esta senhora apresentava algumas dificuldades em falar português, tinha receio de que os outros não a entendessem, mas o medo de errar, dizer mal as palavras ou incorreta na construção das frases, preferia não comunicar muito verbalmente. No entanto, e pela nossa observação, a D. Laurentina, embora não fale fluentemente português, consegue fazer-se perceber quando fala e é notório o esforço que faz para ser percebida.

Diplomada no seu país de origem para exercer atividade profissional como professora do 1.º ciclo e como educadora de infância em jardim de infância, a D. Laurentina exerceu atividade profissional durante cerca de 20 anos, mas considera que o papel dos professores, atualmente, é desvalorizado. Enquanto professora, sempre gostou da profissão e sempre viu o papel do professor como um marco importante para o desenvolvimento das crianças. Nas nossas conversas referiu, “eu gosto muito de crianças e ensinar sempre me deixou feliz. Elas aprendem as coisas, mas nós também aprendemos com elas. Têm muita energia”. No seu País, terminada a licenciatura, os professores têm trabalho garantido, assim, quando acabou os estudos ficou empregada numa escola e apenas deixou de exercer quando, após tantos anos de trabalho devido a conflitos políticos, alguns estabelecimentos tiveram de fazer cortes nos funcionários e em determinados serviços, e ela deixou de receber salário, sendo depois dispensada. Depois disso, trabalhou na empresa familiar, uma empresa de produção agrícola, até vir para Portugal.

Em Portugal, nunca tentou encontrar trabalho na área de formação, nem pediu a equivalência de habilitações académicas devido à dificuldade que sente em relação à língua portuguesa. Já em Portugal, começou a trabalhar em limpezas, como funcionária doméstica em casas de família; o seu primeiro emprego foi em casa de uma família estrangeira, de um país próximo do seu e com história idêntica, falando a mesma língua, o que ajudou a não se sentir tão sozinha. Trabalhou também como cozinheira em um lar de idosos, uns anos mais tarde, saiu do lar, devido à sua condição de saúde e começou a trabalhar em mais habitações familiares, sendo o único trabalho que tem, atualmente. Trabalha em três casas diferentes, tem duas folgas por semana, variando estas de semana para semana em função do trabalho. Quanto à sua profissão, diz que gosta do que faz, no entanto, não considera que seja uma profissão, “na minha terra ser empregada doméstica não é uma profissão, profissão é para quem estuda, quem é médico, professor... na minha terra isso é um dever de casa, não temos empregada e somos nós que fazemos as limpezas”.

Apresenta também experiência na área da pastelaria; fez um curso durante três meses quando ainda estava no seu país de origem, no entanto, teve de parar, porque descobriu que tem uma doença que a torna mais vulnerável impedindo-a de estar na cozinha por causa das temperaturas elevadas dos fornos. Mas é uma apreciadora de cozinha. Sempre que pode, confeciona em sua casa e em pequenas quantidades alguns doces, para consumo próprio ou para os amigos; inclusive, chegou a oferecer-nos vários doces típicos da sua terra natal e também tipicamente portugueses. É uma área que lhe desperta muito interesse e que, por vontade da mesma, poderia ser explorada, se tivesse outra condição de saúde, como referia.

A D. Laurentina apresenta também algum gosto pela arquitetura e pela literatura. Sendo filha de mãe professora, sempre lhe foi inculcido o gosto pelos livros e pela leitura, desta forma, estes interesses surgem desses hábitos de leitura, mas, também, pela curiosidade em explorar monumentos, igrejas, edifícios onde a construção dos mesmos “é tão rica. Tem tantos ornamentos, tanto pormenor”, afirma a D. Laurentina. Já tentou ler um livro em português, mas quando o fecha é como se não o tivesse lido porque se esquece das palavras. Gosta de passear; no seu país, não tinha oportunidade porque não era permitido viajar, uma vez que o país passou por uma fase de grandes conflitos políticos onde não eram autorizadas as viagens. Atualmente, sempre que é possível, sai com o marido e vai conhecendo algumas cidades portuguesas. Também gosta de nadar, de ouvir música e cultivar frutos e legumes na horta. Em Portugal, ainda mantém algumas das tradições da sua terra e tenta, juntamente com o marido, fazer uma alimentação diversificada, variando entre comida portuguesa e a comida da sua terra natal. Esta família frequenta a igreja ortodoxa; o casal vai às celebrações aos Domingos com alguns dos amigos que conheceram na igreja. Sem retaguarda familiar em Portugal, conseguiram criar algumas amizades a quem podem recorrer, se assim for necessário. O desejo do casal é regressar ao seu país de origem após conseguirem a reforma. A D. Laurentina referiu que tem projetos para a sua vida e isso passa por regressar ao seu país, “eu quero voltar para lá. Quero comprar uma casa na aldeia e plantar flores. Estou farta de Portugal”.

O companheiro com o qual mantém uma relação e é casada há 30 anos, chama-se Valentim, tem pouco mais de 60 anos, é um senhor alto, careca e usa óculos. Tem uma filha com 44 anos, fruto do seu primeiro relacionamento. O Sr. Valentim e a D. Laurentina não têm filhos em comum. Foi professor de matemática e de física do 5º ao 12º ano, no país de origem, durante 20 anos, e veio

para Portugal em 2000, onde habitou várias cidades, trabalhando nas mais diversas profissões; acabou por ficar a residir na cidade do Porto, onde se encontra há 20 anos. Quando veio para Portugal veio sozinho; só após ter emprego na cidade do Porto é que a sua esposa, a D. Laurentina, se juntou a ele. Vir para Portugal fazia parte do plano dos dois, uma vez que as condições no seu país não eram as melhores, no entanto, decidiram que inicialmente viria o Sr. Valentim, com o intuito de encontrar trabalho e casa para viverem e, assim, terem mais segurança e estabilidade depois desta mudança. Durante este período foram comunicando via chamada telefónica até a D. Laurentina vir para Portugal. Contou que trabalhou como empregado nas obras, como empregado em casa de um ministro, onde fazia pequenos trabalhos de jardinagem, de limpeza e onde recebia os convidados do seu patrão. Trabalhou também numa empresa de tintas e, atualmente, é segurança numa empresa do ramo alimentar. O Sr. Valentim trabalha por turnos, uma semana faz o horário noturno e em outra semana o horário diurno. Em Portugal, nunca exerceu a sua profissão de docente, uma vez que se dirigiu às escolas com os certificados de habilitação, mas recebia como resposta “já existem muitos professores”; deu explicações de matemática a diferentes níveis de ensino (do ensino básico ao secundário), até ao ano de 2020, interrompeu devido à situação pandémica. É um senhor interessado em literatura, na cultura e aprendeu facilmente a língua portuguesa nos manuais e dicionários. Fala três línguas, a sua língua materna, português e inglês. Tal como a esposa, gosta de passear, gosta da gastronomia portuguesa, do mar e de fazer campismo.

Enquanto casal, as rotinas são marcadas pelos horários e tempos do trabalho, em casa, gostam de repousar, passar tempo no tablet e no telemóvel; utilizam as redes sociais para contactar com os seus familiares. Este casal ajuda-se mutuamente nas tarefas domésticas, a D. Laurentina passa mais tempo na cozinha e confeciona as refeições, nas palavras do marido, “ela é boa cozinheira. É ela que faz a maior parte das refeições. Faz doces muito bons”. Já o Sr. Valentim, ocupa-se de tarefas ligadas à bricolage, ajuda também na arrumação da casa e no tratamento da roupa do dia a dia. No que concerne às dinâmicas familiares, como já referido, é notória uma certa proteção, o que pode traduzir-se num certo controlo, por parte deste marido para com a mulher. Muitas vezes, quando estão os dois, o Sr. Valentim não dá oportunidade para a sua esposa se expressar, mesmo quando é visível que esta assim o quer fazer. Tem tendência a “falar por ela”, afirmando que esta não fala bem português e não se vai compreender o que ela diz ou, até mesmo, está constantemente a chamá-la quando esta se encontra a falar connosco. Esta atitude pode

reforçar a insegurança da D. Laurentina. Quando as conversas decorrem com ambos os elementos do casal, é notório o maior à vontade e iniciativa do Sr. Valentim e o papel mais secundário da D. Laurentina por se dizer com mais dificuldades de comunicação, verbalizadas e enfatizadas também pelo marido. Através do que foi observado, é notório por parte desta mulher uma certa desvalorização de si própria e das suas capacidades. Não existe espaço para que esta possa dar opinião muitas vezes e para fazer aquilo de que gosta.

3.5. ALGUNS CONSTRANGIMENTOS INICIAIS

Importa, no momento, ainda refletir-se acerca do contexto e da realidade que se encontrou no decorrer deste projeto. Deste modo, após os encontros iniciais, e as idas frequentes à ilha no mês de novembro, inicialmente em conjunto com os estudantes de arquitetura e a colega do MEIS, depois, a partir do mês de dezembro, apenas com a minha colega de mestrado, foi possível uma aproximação maior aos moradores, tornando-se assim a observação e as conversas intencionais fundamentais para conhecer as suas perceções sobre o local que habitam, compreender os seus desejos, interesses e aquilo que consideravam estar, de certa forma, errado ou que era necessário alterar no espaço exterior e interior de suas casas, e, com alguns deles, nas suas vidas. A partir de dezembro (até sensivelmente o mês de março), as visitas à ilha e contacto com os moradores foram realizadas quase diariamente, acontecendo as conversas com os moradores à porta de suas casas ou, em alguns casos, no interior das próprias habitações. Nestes momentos, as conversas intencionais focaram-se em questões do dia a dia, do trabalho, da família, dos problemas habitacionais e de algumas histórias vivenciadas na própria ilha.

Ao longo dos meses fomos debatendo com alguns constrangimentos, nomeadamente, no que diz respeito à situação pandémica que o país estava a ultrapassar. As nossas idas frequentes à ilha alarmaram alguns moradores, especificamente, uma das famílias que não compreendia a nossa presença, devido à situação de confinamento em que nos encontrávamos. Durante algumas semanas, esta família evitou estabelecer contacto, tendo-nos sido transmitido que enquanto o confinamento não acabasse não iriam voltar a falar connosco. Esta situação, embora compreensível, quebrou a relação que anteriormente tínhamos estabelecido, no entanto, fez-nos (re)pensar o nosso modo de atuar. Assim, optamos por não forçar contacto com esta família e

apenas falar com estes quando os encontrássemos na rua ou na própria ilha para que, de alguma forma, fosse possível colmatar a situação até esta se normalizar.

Apesar desta situação, em finais de novembro, início do mês de dezembro, sentimos que estávamos mais próximas dos moradores, no entanto, e através das conversas com os mesmos, sentimos uma necessidade maior em conhecer mais. Assim, juntamente com a minha colega de mestrado e com a estudante do mestrado de arquitetura, surgiu a necessidade da realização de uma entrevista a cada morador, como pretexto para quebrar o gelo inicial e justificar as nossas idas frequentes à ilha e possibilitar uma aproximação contextualizada aos moradores; pareceu-nos que deste modo os moradores pudessem não nos sentir como estranhas invasoras nas casas deles e, sobretudo, que pudessem estabelecer uma relação de confiança connosco. Para a realização das entrevistas foi construído um guião com as questões orientadoras e foram definidos os seguintes objetivos: conhecer as pessoas que habitavam na ilha, os seus modos de vida, as suas crenças e perceber as suas representações acerca do lugar onde moram. Além disso, a realização desta entrevista possibilitou a recolha de informações que permitiram esclarecer alguns dados recolhidos nos primeiros encontros, como por exemplo, há quanto tempo os habitantes estavam na ilha, a constituição do seu agregado familiar, como era morar naquela ilha, quais as suas profissões, como era a relação com os outros moradores, entre outras questões.

O guião de entrevista é constituído por dezanove questões abertas, tais como: “Tem alguma formação académica? Se sim? Qual?”, “Há quanto tempo habita na ilha? De que forma chegou até cá?” ou, ainda, “Como é a sua casa?” (Apêndice B, pp. 102-105). A maioria das entrevistas foram realizadas de novembro a fevereiro, com o consentimento informado dos moradores. As entrevistas foram realizadas por mim e pela minha colega Duda Montrond e, até ao início do mês de fevereiro, foram realizadas 10 entrevistas, sendo que, cinco não foram realizadas, porque três dos moradores não se encontravam na ilha, por tempo indeterminado, uma das moradoras não mostrou disponibilidade para a realização da entrevista e a outra moradora em questão tem Alzheimer e não se encontrava capaz de responder. Foi possível fazer a entrevista com um dos moradores que se encontrava ausente já no mês de abril, tendo sido o único momento que este encontrou para se reunir connosco, devido ao seu horário de trabalho e por se encontrar a viver temporariamente fora da ilha, em casa de um familiar que ficara sozinho, após a morte recente da

companheira. E, já no mês de junho, com o outro morador ausente, uma vez que este veio de férias para Portugal.

Ao longo do tempo, com os contactos estabelecidos e com a análise da informação obtida através das entrevistas, foi possível descobrir alguns dos problemas que afetam diretamente os moradores. De uma forma sucinta, identificamos com os moradores os seguintes problemas: o mau estado de conservação das habitações, a pouca comunicação com a senhoria, a insegurança face à não existência de um portão na entrada da ilha, a acessibilidade reduzida, a solidão, a ilegalidade, a destabilização das rotinas diárias, a dificuldade na língua portuguesa, a desvalorização e desqualificação pessoal, a não existência de um espaço de convívio na ilha e o programa base elaborado para o projeto de requalificação da ilha não se adequar no seu todo às necessidades e interesses dos moradores.

Além do constrangimento referente ao confinamento pela evolução da situação pandémica, que, umas semanas mais tarde, foi ultrapassado, debatemo-nos com um outro respeitante à proposta de requalificação da ilha. Em janeiro, os moradores ainda não tinham conhecimento de que a ilha ia ser alvo de uma requalificação e o caos instalou-se quando se aperceberam que ia haver obras na ilha. Os moradores começaram a questionar-nos acerca do assunto, queriam obter o máximo de informação possível e perceber o porquê de esta informação não lhes ter sido comunicada pela proprietária, sendo transmitida apenas por um dos moradores de que isto ia acontecer, após este contactar a proprietária acerca de um pequeno contratempo que aconteceu na ilha com a fossa (a mesma entupiu, gerou uma acumulação de resíduos e maus odores) à qual esta respondeu, dizendo: “se conseguirem resolver agradecia, no entanto, não vão precisar de se preocupar com mais nada porque irão ser feitas obras na ilha”. Nesta altura pareceu-nos urgente informar os moradores do projeto de requalificação daquele espaço e ouvi-los sobre este aspeto.

3.6. AVALIAÇÃO DE CONTEXTO

Os problemas apresentados surgiram tanto da minha observação como da minha colega de mestrado, face ao exposto, bem como, das conversas intencionais e entrevistas realizadas aos moradores da ilha. Assim, o primeiro problema identificado pelos moradores, foi o mau estado de conservação das habitações. Através da observação, das conversas intencionais e das

entrevistas constatou-se que as habitações estão num estado avançado de deterioração, com graves problemas de humidade, infiltrações, falta de iluminação e ventilação, áreas de habitação bastante reduzidas, acessos dificultados para cadeiras de rodas ou pessoas com mobilidade reduzida e com instalações sanitárias no exterior das habitações. Este é, sem sombra de dúvidas, o problema transversal a todos os moradores da ilha e é para o resolver que o programa base de requalificação surgiu. Contudo, era importante envolver os moradores neste processo, que desconheciam. Surgiu a necessidade de informar os moradores da intenção da proprietária e daquele grupo de arquitetos, perceber as suas perspetivas sobre as obras a realizar para o melhoramento das habitações e, sobretudo, realizar a mediação entre a proprietária, arquitetos e inquilinos de forma que estes vissem as suas necessidades colmatadas e pudessem preparar-se para o período de obras que, com toda a certeza, traria alterações nos seus quotidianos. Os moradores estavam conscientes da necessidade urgente de algumas obras nas casas, como indica o discurso dos moradores: “a humidade é constante no inverno, eu tenho medo de ligar a ficha do computador ou da televisão, quando a parede está toda molhada, a ficha corre risco de rebentar ou de se dar um curto circuito” (D. Sofia); “já viram a parede? Está tudo preto. A humidade faz estas coisas” (D. Inês); “esta humidade até faz mal, nós podemos ficar doentes. Para não falar da chuva, chove-me em cima do sofá, tenho de ter um balde em cima dele para a água cair lá” (D. Hélia); “o corredor é muito pequeno, não passa aqui uma cadeira de rodas e uma maca passa, mas não entra dentro das casas. Ou melhor, até entra, mas depois também têm muita dificuldade para daqui sair” (D. Patrícia). Era urgente, segundo os moradores, o melhoramento das condições habitacionais.

O segundo problema identificado, pelos moradores, foi a pouca comunicação com a proprietária da ilha. Ao longo da avaliação do contexto constatou-se que a proprietária vai à ilha muito raramente, não tendo uma relação muito próxima com os moradores. Estes recorrem à mesma, apenas, quando se debatem com algum problema físico nas habitações ou apenas a encontram, quando esta vai receber os valores referentes às contas da água e da luz de três moradores. Em conversa conjunta com alguns moradores no corredor da ilha, estes comentaram: “a senhoria não vem cá muitas vezes, mal a vejo. Ainda para mais as rendas agora são pagas por transferência bancária, então ela nem precisa de as vir cá buscar” (D. Patrícia); “se ela viesse aqui mais vezes já sabíamos das obras” (Sr. Joaquim); “cada um tem a sua vida, ela lá, nós cá. Também ela não tem necessidade de vir aqui sempre, não deve ter interesse em ver o que se passa por cá, nas nossas

vidas” (D. Sofia). Atendendo à decisão de requalificação da ilha, era urgente resolver este problema sendo necessário ativar os contactos entre moradores e proprietária, melhorando a sua comunicação entre eles, por forma a que se escutassem nas suas intenções sobre as habitações.,

Um outro problema identificado pelos moradores é a insegurança face à não existência de um portão na entrada da ilha. Em tempos, a ilha teve um portão, que partiu e nunca mais foi colocado. Ainda existiu por parte de alguns moradores a vontade de colocarem um novo, no entanto, face aos custos elevados desta intervenção, alguns moradores não concordaram, ficando assim a ilha “a olho nu”, como refere um dos moradores. Através de conversas intencionais e durante as entrevistas, percebeu-se que o facto de não existir um portão incomoda os moradores porque, além de não terem privacidade, são constantemente surpreendidos por pessoas externas à ilha que provocam desacatos, roubam os bens que os moradores têm nos seus quintais e, até mesmo, satisfazem as suas necessidades fisiológicas na entrada da ilha. A privacidade dos moradores também fica comprometida, tal como referiram, uma vez que quem está na rua consegue ver tudo o que se passa na ilha, principalmente, se os moradores estiverem no corredor ou a passar da sua casa para os anexos: “o portão já existiu, já estive aí. Mas partiram-no e depois acabaram por o tirar de vez” (Sr. Joaquim); “eu gostava de ter portão, eu ando aqui de robe de casa para o anexo e nem me sinto à vontade, quem sai ali no autocarro consegue ver-me” (D. Patrícia); “eu já tive de correr muito pelo corredor abaixo. Vieram para aqui roubar-me as toalhas que estavam na linha. Tive de lhes pregar um susto para eles saírem” (Sr. Francisco). Para os moradores era uma necessidade emergente a colocação de um novo portão.

Eram, ainda, manifestos um conjunto de outros problemas, não transversais a todos os moradores, mas específicos de algumas famílias. A solidão (quarto problema) era um deles, mencionado por um morador (Sr. Joaquim) que, dado o falecimento recente da sua esposa, se encontrava mais sozinho e desamparado na casa que outrora era dos dois. A morte da esposa não era, para o Sr. Joaquim, esperada, segundo ele “foi pela falta de cuidado do hospital que a minha esposa faleceu. Deixaram-na a criar feridas pelo corpo e aquilo afetou-a e ela acabou por falecer”. Ao longo dos contactos com este morador, fomos acompanhando esta situação e percebemos o apoio e atenção dos seus filhos, que diariamente vão passando pela ilha para ver se o pai se encontra bem. Um deles almoça com o pai e, da parte da tarde, o Sr. Joaquim vai até à horta com o outro filho, cultivar.

A situação de ilegalidade de uma das moradoras (quinto problema) foi outro dos problemas identificados nesta realidade. Uma habitante de uma casa da ilha, imigrante vinda de um outro país da Europa há seis anos, não se encontra legalmente no país. Embora esteja a trabalhar não tem contrato de trabalho e, por isso, não consegue o visto de residência. A D. Hélia tem consciência desta situação, partilhando “eu não estou legal. Não tenho contrato, não consigo ter documentos. Não tenho documentos, também não consigo contrato. Tenho apenas um contrato temporário, feito à mão”. Já tomou algumas diligências para tentar resolver esta situação, como nos referiu “já fui ao SEF, mas não consegui resolver nada. Também não falo bem português, sozinha, não consigo”. Tendo em conta esta situação surgia como emergente o apoio à D. Hélia para legalizar a sua situação de permanência em Portugal. Havia a necessidade de aceder a um emprego com um contrato de trabalho e/ou possíveis programas de empregabilidade para pessoas nesta condição. É ainda fundamental procurar soluções junto das entidades competentes pela legalização de migrantes, com o intuito da obtenção de documentos e respetiva legalização.

O sexto problema identificado diz respeito aos poucos ou nenhuns espaços de lazer que os moradores têm, para além das suas rotinas diárias. Alguns moradores acabam por passar algum tempo em casa, tornando os seus dias um pouco rotineiros. O seu quotidiano passa essencialmente pelo “trabalho-casa, casa trabalho”: “eu vou trabalhar e depois do trabalho venho para casa, não saio muito. Fico mais por casa” (D. Patrícia) ou, “não saio muito, vou trabalhar, fazer compras e venho para casa. Não sou muito de sair” (D. Inês). Três pessoas mencionaram que com o pouco tempo que o dia tem, a idade e o trabalho, já não se permitem vivenciar novas experiências, comentando “isso é para vocês, jovens. Depois de ter uma casa para cuidar, família e trabalho, já não há tempo para outras coisas”.

O facto de não existir também um espaço de convívio, para a partilha e convívio entre os moradores na ilha, não ajuda a diversificação de rotinas. De facto, a ilha é pequena, e existem poucos ou quase nenhuns espaços para que os moradores possam conversar, passar tempo juntos ou, até mesmo, para se reunirem enquanto vizinhos, para debater determinadas questões relacionadas com as habitações, por exemplo. Para se juntarem, estes moradores, têm de se encontrar em suas casas, anexos ou no corredor da ilha que, embora estreito, serve muitas vezes para os moradores falarem de casa para casa. Alguns moradores foram testemunhando esta falta de um espaço comum para iniciativas coletivas: “é pena não existir mais espaço na ilha, podíamos

conviver todos. Na ilha ao lado, no outro dia, eles tinham uma mesa muito grande e estavam todos a fazer uma festa. Estavam a comer e a beber juntos” (Sr. Valentim); “aqui não nos juntamos, é cada um em sua casa” (Sr. Joaquim); “aqui não há festas, nem convívio, é cada um em sua casa. Cada um tem a sua vida também. Às vezes até é melhor, para não haver conflitos” (Sr. João). Ao longo do tempo, e através de conversas intencionais, conseguimos compreender que a opinião sobre este assunto não era comum a todos os moradores, pois se uns preferem ter o seu espaço e estar em sua casa com a sua família, outros desejariam reunir com os vizinhos e passar tempo de qualidade com eles. Seria necessário diversificar o quotidiano dos moradores, incluindo por exemplo, saídas ao exterior da ilha, bem como o melhoramento do espaço comum na ilha, para a criação de mais oportunidades de lazer na própria ilha e para a possibilidade de reforço da rede de vizinhança, de partilhas e para o desenvolvimento do sentimento de pertença a um coletivo.

Como sétimo problema temos o facto de o programa base elaborado para o projeto de requalificação da ilha não se adequar no seu todo às necessidades e interesses dos moradores. Este problema foi identificado junto dos moradores que consideraram que a proposta (Anexo B, pp. 93-94) apresentada não se adequava ao seu modo de vida. Uma vez que os moradores não foram previamente escutados para a elaboração do desenho do projeto de requalificação da ilha, as opções que foram tomadas a nível habitacional não atendeu às suas necessidades e interesses. Exemplo de algumas observações dos moradores, quando lhes foi apresentado, em reunião comunitária, o projeto: “as novas casas vão ter dois andares? Não faz sentido, eu pensei que era uma casa só. Não estamos habituados a viver com vizinhos em cima ou em baixo de nós, vamos ouvir barulho. Eu não quero ouvir por exemplo a minha vizinha a andar pela casa toda com os seus saltos altos” (Sr. Valentim); “é impensável ter dois andares. O meu pai está habituado ao silêncio, ao sossego. Não vai agora no fim da vida ter essas preocupações” (filha do Sr. Joaquim); “não concordo com a ideia dos espaços comuns, temos que ter cada um o nosso quintal como temos agora” (D. Patrícia); “já viram eu chegar para estender a roupa na linha e o vizinho do lado já ter ocupado tudo com os seus lençóis? É por isso que não podemos ter esse espaço comum. Vai haver conflitos” (D. Sofia). As pessoas pareciam preocupadas com a mudança que adivinhavam poder existir nas suas rotinas e modos de vida. Deste modo, resultava daqui as necessidades de envolver os moradores neste processo escutando e dando oportunidade de estes darem as suas sugestões, despertar a sua criatividade e permitir que estes mostrem os seus interesses e o modo

como querem que a habitação fique uma vez que são as habitações onde estes vão passar o resto dos seus dias.

Outro problema (oitavo) identificado é a dificuldade no domínio da língua portuguesa. Existem três pessoas na ilha que não são naturais de Portugal, sendo que uma delas já se sente familiarizada com a língua portuguesa e fala bastante bem português, no entanto, as duas outras pessoas têm uma certa dificuldade em expressar-se e fazer-se entender. Por vezes, esta dificuldade é forte inibidor da comunicação, como expresso por estas moradoras: “conseguem perceber o que eu digo? Às vezes não sei dizer bem as palavras em português” (D. Hélia); “esqueçam meninas, eu não consigo falar muito bem. Desculpem-me se às vezes não me entendem. Não sou muito boa com línguas, mas o meu marido é, é inteligente” (D. Laurentina). O pouco domínio da língua acaba por ser um constrangimento para as duas pessoas, mas é-o, em particular, para uma das pessoas (D. Laurentina) que, constantemente, se reprime, por não conseguir falar tão bem. Seria necessário melhorar o domínio da língua portuguesa e a comunicação verbal.

Um outro problema (nono) identificado numa das famílias, foi a falta de apoio a um cuidador informal. Este problema foi identificado junto de um dos moradores, o Sr. Fábio, que cuida da sua mãe que se encontra acamada e com demência, desde o ano de 2015. Este morador vive sozinho com a mãe e é apenas ele que diariamente trata dela. Pelo facto de ter de cuidar da mãe, pensou na possibilidade de se despedir do emprego como auxiliar de ação educativa numa escola, para se dedicar a tempo inteiro a esta tarefa; no entanto, através do aconselhamento de uma amiga, não o fez e tentou arranjar outras alternativas. Assim, procurou informar-se sobre o estatuto de cuidador informal (<https://files.dre.pt/1s/2019/09/17100/0000300016.pdf>), para poder usufruir de alguns dos benefícios (nomeadamente, requerer apoio de voluntários para cuidar da mãe quando este precisar de se ausentar) e conseguiu reduzir o seu horário de trabalho. No entanto, apesar dos seus esforços, ainda não conseguiu ativar o apoio de voluntários e, entre o trabalho e o cuidado da casa e da mãe, resta pouco tempo para este se dedicar a si. De acordo com o seu discurso, que transmite com um sorriso de resignação no rosto: “eu tenho uma rotina muito limitada, sobra pouco tempo para mim. Mas quando consigo, vou dar uma volta, ler um livro, vou até ao Palácio de Cristal para me distrair um pouco”. Surge, então, a necessidade de encontrar apoio específico no cuidado da mãe, para as questões da rotina diária, por exemplo, e, em consequência, recuperar uma parte da sua vida social que, de momento, está mais limitada.

Por fim, o último problema (10.^o) diz respeito à baixa autoestima manifestada por parte de uma das moradoras, a D. Laurentina. O discurso da D. Laurentina, como referido atrás, expressa uma certa desvalorização de si própria, das suas competências e capacidades. Este problema evidenciou-se pela sua dificuldade em identificar competências, pelo sentimento de inferioridade e pela necessidade de aprovação externa constante. Sentiu-se também uma falta de “liberdade” por parte do marido, em deixar que a esposa responda por si, se faça ouvir ou tenha “voto” naquilo que pode ou não fazer, há uma proteção excessiva por parte do mesmo, mas é também como se lhe devolvesse a sua perceção de que ela não sabe expressar-se ou fazer as coisas. Muito ligado ao pouco domínio da língua portuguesa. Quando em casa, esta senhora evitava falar connosco na presença do marido ou falava pouco, uma vez que este estava constantemente a chamá-la para o interior da habitação. Também, na presença do mesmo, a conversa não fluía da mesma forma, uma vez que o seu marido liderava o discurso e não lhe dava espaço para falar. A D. Laurentina referia constantemente que não era capaz, comparando-se frequentemente ao marido: que não era capaz de falar tão bem português e de aprender a língua, que não era tão inteligente e que não tinha tanta facilidade em aprender. De acordo com o discurso da D. Laurentina, “ele faz, que ele faz melhor”, “eu não falo bem português, o meu marido é que fala melhor. O Sr. Valentim aprende rápido, é mais inteligente”, “desculpem por eu não falar tão bem”. Neste sentido, as necessidades subjacentes a este problema são a maior valorização e a aceitação das suas capacidades e competências, bem como o alargamento dos contactos sociais, para, no futuro, não se sentir inferior perante o marido ou qualquer outra pessoa. Além disso, descobrir novos interesses e aprender coisas novas poderiam estimular o empoderamento desta senhora.

Depois da identificação dos problemas, de forma participada, tornou-se imprescindível mencionar e valorizar as potencialidades inerentes a este contexto. Desta forma, destacaram-se, a disponibilidade, o interesse, o empenho e a curiosidade destes moradores neste projeto. O próximo passo foi estabelecer, em conjunto com a colega de mestrado e com os participantes do projeto, prioridades por forma a perceber quais os problemas de carácter social e os mais urgentes. Deste modo, os problemas priorizados para o desenvolvimento de um projeto de intervenção psicossocial foram: a situação de ilegalidade de uma das moradoras, a dificuldade na língua portuguesa, a baixa autoestima, o cuidador informal desapoiado e, ainda, a não adequação do programa base elaborado pelos mestrandos de arquitetura, para o projeto de requalificação da

ilha, às necessidades e interesses dos moradores. Os restantes, ao longo dos meses foram sendo ultrapassados, tal como mencionado anteriormente.

Segundo Serrano (2008), para levar a cabo um projeto é necessário ter em conta uma diversidade de recursos. Assim, o recurso físico usado para este projeto foi a ilha. A partir de abril foi-nos possibilitado utilizar uma das casas devolutas da ilha, que serviu para reunir com os moradores individual e coletivamente e, até mesmo, para nós mestrandas reunirmos, incluindo com a estudante de arquitetura. Em relação aos recursos humanos, destacam-se todos os arquitetos envolvidos no projeto e algumas entidades públicas que colaboram no âmbito da requalificação das ilhas, como por exemplo, o IRHU, a CMP e o Habitar Porto, bem como se constituiu um recurso importante para a reflexão sobre as práticas a desenvolver nas outras ilhas que serão intervencionadas, a educadora social Isabel Vieira, a trabalhar recentemente na Porto Vivo, como coordenadora da equipa social destes projetos. Trabalha assim em parceria com os técnicos das ciências sociais e os arquitetos, para a requalificação das ilhas. Seguiu-se a construção do desenho do projeto de intervenção psicossocial, primeiro, definido com a colega de MEIS, Duda Drumond, depois, apresentado, analisado e redefinido com os respetivos participantes.

4. DESENHO DO PROJETO

4.1.FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

O facto de sermos duas mestrandas do curso de MEIS, ambas da especialização em APCR, no mesmo contexto, permitiria desenvolver um projeto que pudesse responder às necessidades dos habitantes que tinham a ver com o processo de requalificação da ilha, mas também responder aos problemas e necessidades que algumas famílias foram demonstrando durante o processo de construção do conhecimento da realidade. Assim, o projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” foi desenvolvido em dois eixos: um eixo 1, que contemplou as questões ligadas à requalificação da ilha; e o segundo eixo, eixo 2, que incluiu as IPI com as famílias. O eixo 2 deste projeto integrou dois subprojectos, um desenvolvido pela colega Duda Montrond, explanado no relatório de projeto intitulado “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar” -Um projeto de intervenção psicossocial com pessoas em situação de vulnerabilidade social numa ilha no centro do Porto (Montrond, 2021) e o outro desenvolvido por mim e cujo processo se relata neste relatório.

Importa reforçar que um projeto de educação e intervenção social pretende ser transformador e suscetível de mudança, sempre que o contexto o exigir. Para isso, é importante que se tenha bem definida uma finalidade. A finalidade é imprescindível na elaboração de um projeto, uma vez que é a razão de ser do mesmo. Com esta premissa, se torna notória a importância da finalidade como algo que tem de ser coerente em relação aos problemas e necessidades identificados no projeto e, sobretudo, pelo contributo que traz em relação a estes mesmos problemas e situações, que se querem de mudança e transformação (Boutinet 1990; Guerra, 2010). Desta forma, o projeto teve como finalidade: “Transformar o processo de requalificação da ilha num processo participado pelos moradores, com vista ao seu bem-estar e melhoria na qualidade de vida, e alcançar o empoderamento das pessoas baseado em processos de relação de ajuda”.

Para que a finalidade se realize é importante formular objetivos que devem ser alcançados pelas pessoas. Segundo Serrano (2008), os objetivos de um projeto são o ponto de referência e aquilo que dá coerência ao projeto, definindo o que se pretende alcançar com as ações a realizar. De

acordo com a mesma autora, para a formulação de objetivos é importante responder a determinadas questões, como por exemplo, “o que queremos fazer?”, “que mudança desejo alcançar?”, “onde se pretende chegar?” e “qual a situação?”, questões essas que irão ser orientadoras para a definição dos objetivos. Primeiro, definem-se os objetivos gerais (OG) e, depois, os respetivos objetivos específicos (OE). Os primeiros são mais gerais, enquanto os OE se caracterizam por serem mais claros e concretos e expressam os resultados que se espera alcançar durante o desenvolvimento do projeto (Serrano, 2008).

Definida a finalidade do projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar”, era necessário definirem-se os OG e os OE. Atendendo ao facto de os problemas elencados serem de natureza diferente, uns ligados às más condições das habitações e ao projeto para a requalificação da ilha, outros mais ligados às características das famílias e às suas vidas, em particular, o projeto foi desenvolvido em dois eixos: o eixo 1 incluiria as ações necessárias para a resolução do primeiro grupo de problemas e o eixo 2 do projeto dirigia-se ao segundo grupo. Para o eixo 1, foram definidos dois OG, e respetivos OE:

OG1: Transformar a proposta de requalificação da ilha numa intervenção benéfica para todas as partes envolvidas.

OE1.1.: Readaptar a proposta de requalificação da ilha com vista a responder às necessidades e interesses dos moradores e da senhoria.

OE1.2.: Reajustar as estratégias de atuação para reconstruir o plano de intervenção.

OG2: Promover a consciencialização dos moradores acerca dos seus direitos e deveres e alcançar um maior envolvimento nas questões ligadas aos problemas da ilha e sua requalificação.

OE2.1.: Conhecer o programa base, as políticas e os programas de requalificação e financiamento público.

OE2.2.: Reconhecer a importância da participação de todos ao longo do processo de requalificação.

OE2.3.: Envolver-se ativa e autonomamente no processo de tomada de decisão, partilhando as suas dúvidas, opiniões e interesses, acerca das alterações que gostariam que fossem feitas na requalificação.

O eixo 2 do projeto incluiu dois subprojectos, um desenvolvido pela colega Duda Montrond (2021) e o outro por mim. Este subprojecto incluiu uma ação desenvolvida com a D. Laurentina, que tinha como objetivos:

OG3.: Desenvolver a autonomia, autoconfiança e autoestima

OE3.1.: Valorizar a sua própria experiência e história de vida.

OE3.2.: Identificar competências a nível pessoal e interpessoal.

OE3.4.: Tomar iniciativa no estabelecimento de novas interações.

OG4.: Promover a comunicação em língua portuguesa e a participação na vida comunitária

OE4.1.: Participar mais ativamente na vida em comunidade.

OE4.2.: Tomar iniciativa para conversar com outras pessoas, em português

OE4.3.: Desafiar-se para novas aprendizagens e novas relações

Como referido, o eixo 1 foi desenvolvido através de uma ação, Ação 1 designada "Re(Unir) para informar", cujos participantes foram, para além de mim e da minha colega do mestrado, a estudante de arquitetura, o arquiteto Aitor Varea Oro, a proprietária da ilha e os moradores. Esta ação foi planificada para ser desenvolvida entre os meses de fevereiro até agosto.

O eixo 2, no subprojecto 2, compreendeu uma ação (Ação 2, designada "Portugal e Eu"), desenvolvida por mim e pela D. Laurentina, e que se enquadrava numa IPI, realizada em meio natural de vida, baseada nos princípios da RA. Esta ação visou responder aos OG 3 e 4, e

respetivos OE., pretendia-se que esta ação fosse promotora da autoestima, emancipação, empoderamento, autonomia e autovalorização desta participante. A ação foi planificada para ser desenvolvida entre os meses de junho e setembro, essencialmente às terças, quartas e quintas-feiras da parte da tarde, dependendo da disponibilidade e horário de trabalho da D. Laurentina. Considerando a disponibilidade da participante, os encontros seguintes iam sendo marcados a cada final do encontro a decorrer, podendo haver a possibilidade de não obedecer aos dias estipulados inicialmente.

As estratégias mobilizadas para a ação integrada no eixo 1 do projeto foram as seguintes: conversas intencionais, entrevista semiestruturada, reuniões comunitárias, momentos de partilha e reflexão. Para o desenvolvimento da ação 2, eixo 2, foram delineadas enquanto estratégias para o acompanhamento psicossocial individualizado: conversas intencionais, narrativas acerca da história de vida, *roleplaying* e saídas ao exterior da ilha.

4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA

A avaliação de entrada permite perceber a coerência do desenho do projeto e se este se adequa à realidade em análise, tendo em conta os problemas, necessidades, recursos potencialidades e constrangimentos identificados (Cembranos et al., 2001; Stufflebeam & Shinfild, 1995).

Sendo este projeto coconstruído a partir dos interesses, necessidades, vontade dos participantes e, tendo em conta, os seus problemas, considera-se que tanto a finalidade como os OG e OE vão ao encontro dos mesmos, demonstrando-se coerentes e exequíveis.

Por conseguinte, tendo em vista a concretização dos objetivos formulados, a Ação 1 pretende que os sujeitos tomem consciência dos seus direitos e estejam informados acerca do processo de requalificação da ilha, e seja construída uma proposta para a requalificação que se adequa aos interesses e necessidades dos moradores. Simultaneamente, pretende reforçar a autonomia e participação, assim como estimular nos sujeitos a capacidade de tomar iniciativa para a resolução dos problemas. Por sua vez, a Ação 2 do eixo 2 do projeto (no subprojecto 2) pretende assegurar na D. Laurentina um maior sentimento de confiança e valorização pessoal. Além disso, é espectável que reforce a vontade desta mulher em estimular as suas competências,

nomeadamente, ao nível da comunicação e aprendizagem da língua portuguesa, por forma a sentir-se mais útil e realizada, promovendo assim a sua autonomia, autovalorização e empoderamento.

Ambas as ações visam, assim, responder aos diferentes objetivos estabelecidos. De salientar que o desenvolvimento das ações deverá respeitar todos os participantes envolvidos no projeto, tendo em conta os seus interesses, necessidades e tempo/ritmo.

No que concerne aos recursos disponíveis, estes garantem exequibilidade ao projeto. Os profissionais envolvidos, as diversas entidades e respetiva proprietária da ilha, bem como os moradores, mostraram-se disponíveis e garantem a viabilidade deste projeto. O anexo de uma das casas devolutas, como recurso físico, foi igualmente imprescindível, na medida em que era o local escolhido para os encontros com os participantes.

Refletindo sobre as estratégias, estas manifestam-se como fundamentais na aproximação ao contexto e às pessoas, permitindo uma relação de confiança e proximidade maior. Por serem dinâmicas, estas estratégias permitem que os participantes participem e reconheçam em si e nas suas ações um sentimento de bem-estar quer pessoal, quer social. No que concerne aos constrangimentos, há que alterar e adequar as formas de contacto com as pessoas por causa da pandemia por Covid-19, como já referido, e aqueles que surjam ao longo do projeto poderão ser colmatados pela ativação das potencialidades identificadas.

Quanto à avaliação final do projeto esta incidirá principalmente em conversas intencionais, observação participante e debate com o grupo de moradores e os profissionais envolvidos na requalificação da ilha; será posteriormente realizada uma análise dos discursos decorrentes destes mesmos momentos.

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO

Neste capítulo é apresentado o desenvolvimento de cada ação e, simultaneamente, reflete-se acerca das práticas e acontecimentos ao longo das mesmas, sendo possível perceber se o projeto vai ao encontro do que foi planeado. De salientar que em conformidade com a metodologia de projeto usada, as vozes dos participantes foram ouvidas, o tempo de cada um foi respeitado, bem como, a sua participação ou ausência dela.

Quanto à avaliação do processo, após cada encontro/atividade, cada participante teve a oportunidade de partilhar a sua opinião em relação ao que aconteceu, assim como, de que modo sentiram o encontro ou a atividade e a sua satisfação perante o mesmo.

5.1.EIXO 1: AÇÃO 1- (RE) UNIR PARA INFORMAR

A ação 1, pertencente ao eixo 1, foi desenvolvida em conjunto com a mestranda Duda Montrond. Esta ação visou responder aos OG1 e OG2 e respetivos OE, como referido no capítulo anterior, e foi desenvolvida ao longo de sete meses (de fevereiro a agosto de 2021), durante as muitas conversas intencionais com os moradores, em pequenos grupos no exterior ou interior das suas casas ou no anexo da casa n.º 10, a casa que estava devoluta e que nos foi facultada pela proprietária com este objetivo, bem como através das conversas e reflexões conjuntas com o arquiteto Aitor Varea Oro e a mestranda de arquitetura que estava connosco a realizar o projeto na ilha. A ação incluiu ainda duas reuniões comunitárias.

O contacto com os moradores fez-se quase diariamente, através das visitas das mestrandas à ilha na tentativa de manter o contacto com estes moradores e ajudá-los na resolução dos seus problemas e necessidades. Surgiram por parte dos moradores bastantes dúvidas relativamente à requalificação do espaço quando tomaram conhecimento da candidatura a financiamento para a reabilitação da ilha, pelo que se tornou imprescindível a escuta destas dúvidas, a análise da candidatura e encontrar formas de participação efetiva dos moradores neste processo. Seria importante que os moradores pudessem conhecer o projeto apresentado pelos arquitetos para o

melhoramento das condições habitacionais para a ilha, mas também que os arquitetos que trabalhavam no projeto, bem como a proprietária da ilha, conhecessem a vontade e necessidades dos moradores. Decidiu-se, então, após conversar com todos os participantes, em momentos em separado, realizar uma reunião com todos os envolvidos, que ficou marcada para o dia 22 de maio, na ilha.

Num primeiro momento era necessário preparar-se esta reunião. A preparação para a reunião consistiu em dialogar com os moradores na tentativa de se perceber quais os seus interesses, perceber igualmente os interesses e objetivos da senhoria e respetivos profissionais no que toca à requalificação da ilha e, ainda, chegar em conjunto, a um consenso, sobre de que modo as dúvidas dos moradores poderiam ser esclarecidas. No entanto, e apesar de os moradores sentirem necessidade de estarem informados, durante este processo, sentimos, por cerca de quase duas semanas, um certo afastamento por parte dos mesmos, pois, a certo momento, estes moradores ficaram com a sensação de que as mestrandas não estavam a ser totalmente honestas sobre a informação de que eram detentoras e que não estariam a comunicá-la na íntegra. Assim, foi explicado aos moradores que não tínhamos todas as informações que desejávamos para lhes transmitir, mas que as iríamos recolher para que fosse possível comunicar-lhes. Além disso, optámos por estabelecer horários e dias entre as três mestrandas e diminuir as idas à ilha até a situação pandémica ficar mais controlada, estávamos no mês de janeiro, com os números de pessoas infetadas por covid-19 a aumentar, e os moradores revelavam-se mais inquietos e desconfiados relativamente ao nosso papel no plano já estabelecido para a requalificação da ilha.

As semanas foram passando e os moradores cada vez mais se mostravam preocupados. A existência de obras era sinal de alarme para o desalojamento, no entender dos mesmos. Em conversa com os moradores no corredor da ilha, os mesmos comentaram: “eu não vou sair da ilha, já moro aqui há muitos anos. Não me podem pôr daqui para fora” (D. Patrícia); “a minha casa vai abaixo? Já fiz aqui tantas obras, é a minha casinha” (D. Inês); “estou aqui há muitos anos, essas obras não vão para a frente. Não acredito. E daqui não saio” (Sr. Joaquim). Manifestavam os seus receios e o sentimento de que as casas já lhes pertenciam, eram parte integrante das suas histórias, onde tinham investido e de onde não desejavam sair. Por percebermos, eu e a minha colega de mestrado, que de facto esta situação era uma grande preocupação para estas pessoas,

sugerimos aos moradores a possibilidade de uma reunião com a proprietária da ilha, com os próprios moradores e com o coordenador do workshop Arquitetos de Família, e responsável pela apresentação do projeto de requalificação da ilha, para que fosse possível esclarecer as dúvidas existentes. Neste sentido, e para que esta reunião se realizasse, fomos auscultando os moradores, no sentido de perceber as questões que queriam ver resolvidas, qual o melhor horário e dia para a reunião comunitária acontecer e o espaço onde esta poderia ser realizada. Durante este processo, por várias vezes, os moradores foram referindo a sua preocupação em ter de sair da ilha, alertaram para o facto de que apenas queriam uma habitação com as condições “ditas normais” e queriam estar igualmente informados sobre os programas e entidades que coordenam este projeto. O trabalho das três mestrandas baseou-se em preparar os moradores neste sentido, desafiando-os a refletir sobre as questões que quisessem ver respondidas na reunião, e a escrevê-las para ser mais fácil organizar o discurso na reunião. Oferecemo-nos para os apoiar nesta tarefa, se precisassem. Também informámos os moradores de que faríamos uma reunião com a senhoria, proprietária da ilha, para que nos fosse possível conhecer a sua perspetiva sobre os assuntos que preocupavam os moradores e, deste modo, estarmos melhor preparadas para facilitar e mediar, se necessário, a futura reunião.

A conversa com a proprietária da ilha aconteceu no dia 27 de abril. Até esta data tínhamos apenas conversado com o seu filho, porque a senhora não mora no Porto e sempre que tentámos marcar um encontro não lhe era possível. Realizámos, ainda, uma entrevista semi-estruturada por telefone. Esta entrevista, guiada por um conjunto de objetivos e de questões (Apêndice D, pp. 106-108) que foram sendo colocadas em contexto de conversa, teve como objetivos conhecer a proprietária e dar-lhe a conhecer o nosso papel enquanto investigadoras, perceber o seu posicionamento em relação à ilha e aos moradores, compreender qual o interesse com esta reabilitação, saber um pouco da história desta ilha e perceber quais as dificuldades/ problemas, bem como as potencialidades que se podem, em sua opinião, encontrar na ilha.

Em conversa com todos os moradores, decidimos que a reunião se iria realizar dia 22 de maio pelas 14:00h, em um dos anexos devolutos da ilha que foi previamente limpo e preparado para o encontro, e que tem sido o anexo usado para pequenas intervenções com os moradores e para as mestrandas reunirem. Este anexo foi cedido pela proprietária da ilha, quando lhe falámos da reunião e da data, que aceitou, pois era necessário encontrar um espaço que permitisse os

encontros entre todos. O balanço deste período é muito positivo pois sentiu-se nos moradores a preocupação em ver esta questão resolvida e se unirem por um bem comum. Além disso, e tal como a D. Patrícia referiu, “esta questão até nem vos diz respeito, a senhoria é que devia falar connosco, mas estamos gratos, quer dizer, eu falo por mim, estou grata por me conseguirem ajudar e mostrar como é possível ir preparada para a reunião”. O Sr. Fábio acrescentou “esta situação preocupa-me, ainda para mais devido à minha mãe e ao estado de saúde dela. Por isso, toda a ajuda é bem-vinda”. Desta forma, os moradores da ilha mostraram interesse em serem ajudados e em verem as suas dúvidas esclarecidas por alguém que os pudesse verdadeiramente elucidar. Além de servir estes propósitos, o período de preparação da reunião tornou os moradores mais autónomos na resolução dos próprios problemas e mostrou a capacidade de os mesmos se organizarem entre eles e arranjamem uma alternativa para um problema comum. Pela primeira vez, organizaram-se enquanto grupo para resolver uma questão que os preocupava.

A reunião comunitária decorreu no dia 22 de maio de 2021, entre as 14:00H e as 17:30H, no local previsto. Nesta reunião estiveram presentes nove moradores, ou seja, estiveram presentes pelo menos um elemento por cada habitação, as mestrandas de EIS, a mestranda de Arquitetura, o Arquiteto Aitor Varea Oro, a proprietária da ilha, D. Alice, e o seu filho, Sr. Fabrício. Além disso, e uma vez que na ilha temos moradores com uma idade avançada, estiveram também presentes nesta sessão os filhos dos mesmos, neste caso, quatro pessoas externas à ilha, perfazendo assim, um total de 19 pessoas presentes. Pretendia-se com este momento dialogar com todos os moradores da ilha acerca do projeto de requalificação, sendo-lhes dada a possibilidade de conhecerem a respetiva proposta base e, também, estarem informados em relação às implicações durante e depois da requalificação, quer para os próprios moradores quer para a proprietária da ilha. Também, durante a sessão, foi possível conhecer as perspetivas, interesses e preocupações dos moradores e da proprietária face a esta requalificação.

Tal como mencionado anteriormente, esta primeira reunião realizou-se no anexo da casa 10, que nos foi cedida pela proprietária da ilha para nos ser possível reunir com os moradores ou, até mesmo, fazermos reuniões entre as três mestrandas. A opção pelo local foi determinada pelos moradores que sentiram ser uma vantagem estarem no seu contexto, uma vez que a requalificação em análise seria na ilha, pela proximidade das suas casas e, também, devido à dificuldade de determinados moradores, mais velhos, se deslocarem para o exterior da ilha.

No início da sessão, foram feitas as devidas apresentações e foi explicado por ambas as mestrandas do MEIS a forma como esta reunião iria ser conduzida (Apêndice E, p. 109). Colocamos os moradores à vontade para questionarem as suas dúvidas, abrindo assim o debate depois de estes ouvirem a proprietária da ilha, a própria colega de arquitetura que explicou o programa base e o arquiteto responsável que esclareceu algumas questões mais técnicas sobre as quais não tínhamos o devido conhecimento. Posto isto, as questões abordadas nesta sessão foram: Qual o objetivo das obras? Como fica a questão dos arrendamentos, nomeadamente, após a reabilitação? Serão feitos novos contratos? O que acontece aos contratos de longa duração? Há possibilidade de realojamento e/ou de receber uma indemnização no caso de não querer permanecer na ilha? O que acontece aos moradores durante o período das obras? Foram ainda fornecidas informações sobre as etapas da candidatura, financiamento e prazos; o projeto proposto e respetivas soluções e obras; as áreas comuns exteriores às habitações. Questionou-se, ainda, sobre o papel das duas mestrandas do MEIS durante este período e o que achariam que poderia ser trabalhado em conjunto.

Após as explicações iniciais, a palavra foi cedida à proprietária da ilha (D. Alice) que iniciou o seu discurso dizendo “a minha ideia era... gostava de entrar aqui e ver uma coisa bonita, não é estas casas. (Seriam) Casas em que eu efetivamente gostaria de viver, ou gosto de viver, pronto”. Prosseguiu dizendo: “mas eu não tenho dinheiro para isto, por isso vi este projeto e pedi a ajuda à Câmara para tal, e consegui. Isto já não é de agora, há muito que eu queria fazer isto”. Depois de explicado o motivo desta intervenção por parte da proprietária, os moradores rapidamente começaram a questionar, querendo saber mais e agradecendo o facto de a D. Alice ter em consideração os seus inquilinos. A D. Patrícia comentou: “bem, eu acho que estamos todos agradecidos com a ideia que a D. Alice teve, ao fim de tantos anos (...) ter pensado em nós inquilinos, para nos dar condições melhores, desde que nos beneficie também em outros aspetos que é uma coisa que vamos agora ver”. A sessão prosseguiu, com a afirmação da D. Alice de que ninguém iria sair prejudicado com a reabilitação da ilha, mas sim beneficiados, ao ficarem com melhores condições habitacionais.

Fomos, eu e a colega Duda Montrond, orientando a reunião para que todos os moradores pudessem colocar as suas questões, na sua vez. Assim, algumas das questões colocadas foram as seguintes: “agora vamos gostar de saber se vamos continuar com a D. Alice como senhoria, ou

se será o 1º Direito que vai tomar conta do assunto, se vamos pertencer à Domus Social, se vamos pertencer a Câmara?” (D. Patrícia); “o que acontece com as rendas? Vão subir?” (Sr. Fábio); “eu pessoalmente não me importo de pagar mais um bocadinho, porque vou ter melhores condições, mas não pode ser um valor elevado que eu não consiga suportar” (D. Patrícia); “e há outra coisa a saber, como funciona tudo na hora das mudanças? Eu tenho 63 anos e vim para qui na barriga da minha mãe, não quero ter de sair daqui” (D. Inês). Após tantas questões colocadas, os moradores foram tranquilizados quanto ao valor de rendas, que irão ser definidas de acordo com o bom senso entre a proprietária e os inquilinos, mas também, que a diferença entre as rendas atuais e o valor da prestação mensal que for depois definido, se necessário, poderão ser cobertos pelo programa IHRU. Neste caso, os moradores não terão de se preocupar com esta questão, uma vez que, numa fase mais tardia do processo, técnicos da CMP irão à ilha, para fazer um levantamento das condições financeiras de cada agregado familiar para perceberem quanto é que cada um pode disponibilizar para a renda da habitação. No que concerne às mudanças, uma das questões mais levantadas pelos moradores em conversas intencionais anteriores à reunião, foi explicado que há possibilidade de os moradores permanecerem na ilha durante as obras, mas, também, de serem realojados em outras habitações externas à ilha, com a garantia de que voltariam às suas casas. Pois, o que mais temem, é que após as obras não possam regressar. Deste modo, enquanto mediadoras de todo este processo, garantimos aos moradores que as obras não serão feitas sem terem em mãos documentos escritos e assinados pelas entidades competentes que garantam o seu regresso. Além disso, e apesar de a candidatura ter sido apresentada no mês de fevereiro nada estava ainda garantido.

Entre algumas conversas paralelas, onde se ouvia por parte de alguns moradores a insatisfação em sair do seu ambiente e a vontade de permanecer, a sessão prosseguiu com a explicação do projeto no que diz respeito aos módulos e aos espaços exteriores e comuns da ilha. A colega de Arquitetura mostrou uma cópia do projeto aos moradores e passou a explicar como este foi elaborado. Após a reabilitação, a ilha contará com oito habitações apenas, com dois pisos (duas casas), existindo assim quatro módulos, duas tipologias T1 e duas T2. As primeiras casas a serem demolidas são as que se encontram no final da ilha, ou seja, as que estão devolutas e, assim, a obra começará do fim para o início da ilha. A proposta gerou nos moradores alguma inquietação, mesmo antes desta sessão acontecer, uma vez que, alguns boatos sobre isto foram surgindo mesmo antes da apresentação desta proposta.

Os moradores, em conversas anteriores à reunião, já nos tinham confidenciado o seu desagrado quando ficaram a saber que não estariam numa habitação isolada, mas que ocupariam um dos dois pisos das casas, com entradas independentes. Não estavam habituados a ter um vizinho em cima ou em baixo deles. Assim, na reunião questionaram esta decisão: “só uma pergunta: o porquê do primeiro andar? Não há espaço?” (D. Patrícia); “Eu não gosto dessa ideia, vamos ouvir muito barulho. A vizinha vai andar com o salto alto dela e vai se ouvir tudo” (Sr. Valentim). Após alguma agitação, no que concerne a esta questão, calmamente explicamos aos moradores que em termos arquitetónicos esta foi a opção mais viável, tendo em conta a necessidade de ampliar os espaços interiores das habitações, no cumprimento da legislação em vigor, e ser possível a estratégia de poupar em circulações e evitar compartimentações. As mestrandas referiram, ainda, que as habitações terão isolamento, e embora se possa ouvir algum ruído, os moradores poderão ter a possibilidade de escolher entre eles o piso que querem habitar e, se assim o pretenderem, com a nossa ajuda, o vizinho com o qual querem ficar nos módulos (designação usada pelos colegas arquitetos), de acordo com as suas afinidades. Haverá escadas para o acesso ao módulo superior, mas serão poucos os degraus. Após alguma discussão entre os moradores e a possibilidade de em conjunto, e connosco, refletirem, todos chegaram ao consenso de que podiam aceitar a proposta tal como ela foi elaborada e mostraram bastante interesse na possibilidade de escolher o vizinho que ficará no seu módulo habitacional. No entanto, no que diz respeito ao plano para os espaços exteriores, teriam de ser feitas algumas alterações, pois alguns dos moradores não concordavam com o facto de deixarem de ter a sua horta e quintal privados, como explicaram: “nós aqui não estamos de acordo, com quintais coletivos” (D. Patrícia); “estamos bem com o nosso quintal e fazemos o que quisermos nele” (Sr. Valentim); “já viram o que é eu chegar ao quintal e algum vizinho já ter estendido os lençóis na linha, quantos ele quiser, e depois não haver espaço nem para mim nem para os outros? É por estas coisas que o quintal coletivo não vai funcionar” (D. Sofia). Após análise da situação entre todos, chegámos à conclusão de que as alterações podiam ser feitas e houve disponibilidade da parte da colega de arquitetura para fazer alterações no projeto no que diz respeito aos quintais coletivos, tal e qual o desejo dos moradores, que já imaginavam a existência de alguns conflitos entre vizinhos caso se mantivessem os quintais coletivos.

A reunião prosseguiu e a ansiedade sobre o que implica esta obra foi aumentando, os moradores questionaram-nos acerca do modo como a obra vai ser conduzida e como ficam os inquilinos

durante a sua realização. Foi explicado que a obra terá uma duração de 18 meses e que os moradores têm duas opções: uma delas, é permanecer na ilha durante a obra; a segunda opção é serem realojados fora da ilha nesses 18 meses. Esta questão levantou um certo alvoroço nos moradores que diziam: “é obrigatório realojar?” (D. Patrícia); “eu não quero ser realojada, não tenho idade nem saúde para andar com a mobília às costas” (D. Inês): “pronto, mas em relação ao realojamento, é na zona? É perto? Porque durante esse determinado tempo uma pessoa vai ter de mudar o projeto de vida também, não é?” (D. Patrícia).

Considerando as dúvidas dos moradores foi explicado que podiam ficar na ilha durante as obras, no entanto, ao permanecerem na ilha, as obras iriam com toda a certeza ser mais morosas do que se estes se ausentassem. Alertamos também para o facto de existirem alguns constrangimentos, tal como o pó, o barulho, o incômodo causado pelas máquinas e respetivos trabalhadores. Explicou-se também o apoio à renda a que estes têm direito por parte do IHRU, para o alojamento temporário, prevenindo os moradores de que se a obra demorar mais do que o tempo estipulado, o programa não prestará apoio durante esse período que ultrapasse o prazo estipulado no contrato. Sabendo que a ilha é o lar destas pessoas, o ambiente no qual gostam de estar, era importante despertar a consciência dos moradores da ilha para todos os constrangimentos que uma obra desta envergadura traria. Em alternativa, propusemos um plano de faseamento para as obras, que posteriormente iria ser refletido pela equipa de arquitetos e analisado com os moradores, para diminuir os constrangimentos elencados, para todos aqueles que ficassem na ilha durante o período das obras.

Durante a reunião, nem todas as questões ficaram respondidas. No final, comprometemo-nos com os moradores em procurar informação que permitisse encontrar as respostas ainda em falta e em acompanhar as propostas de alteração, uma vez que, à data, a candidatura ao programa base ainda não fora aprovada e, nós, enquanto mestrandas, a própria colega de arquitetura e o arquiteto responsável, não tínhamos conhecimento que nos permitisse responder a algumas das questões. Os moradores propuseram também que lhes fosse apresentada uma maquete da ilha, após as obras, para que vissem as alterações que vão ser feitas. No que diz respeito ao faseamento, esclarecemos os moradores de que íamos, conjuntamente, pensar em alternativas para que ninguém ficasse prejudicado e, quando a proposta de faseamento estivesse concluída, tal como a maquete, lhes mostraríamos. Para terminar, reforçámos a ideia de que algumas decisões teriam

de ser tomadas em conjunto, no coletivo, e que dificilmente é possível responder à vontade de cada um, mas é necessário tentar chegar a um consenso, a uma solução que seja viável para todos. Ficou estipulado com os moradores a marcação de uma próxima reunião, com o objetivo de dar resposta às perguntas que não foram respondidas devido às limitações existentes, e para analisar e discutir a proposta de faseamento que a colega de arquitetura iria preparar.

Como conclusão desta reunião, realçamos o compromisso, o empenho e a participação da grande maioria dos moradores. Destacamos em particular a participação de uma das moradoras que, desde o início, se mostrou interessada em saber mais, recorrendo constantemente à nossa ajuda para estar informada e pesquisar de forma autónoma acerca dos assuntos tratados. De sublinhar, para nossa surpresa, o empenho dos moradores, a qualidade das suas intervenções, a pertinência das questões formuladas, algumas que desconhecíamos, embora tivéssemos preparado em conjunto esta reunião, além disso, a disposição dos moradores em apresentar alternativas/soluções à proposta base de candidatura revelava o seu investimento e interesse no processo. Assim, foi importante para nós perceber que os moradores se sentiram bem e à vontade durante a reunião, e ainda se mostraram disponíveis para outros encontros. As pessoas referiram: “é sempre bom falarmos, é conversando que a gente se entende” (D. Patrícia); “pela primeira vez senti-me ouvido, senti-me bem” (Sr. Fábio); “é a primeira vez que me foi dada a possibilidade de falar. Assim tive a oportunidade de escutar e ser escutado” (Sr. Fábio).

No período que se seguiu à reunião, foi importante fazer um levantamento junto dos moradores sobre as dúvidas e questões que tinham ficado por esclarecer, bem como refletir com os participantes sobre a reunião e o que sentiram acerca da mesma. Houve também oportunidade de pensar sobre as suas expectativas presentes e futuras em relação a tudo o que a requalificação envolvia. Neste seguimento, nas semanas seguintes, os moradores levantaram novas questões, partilhando as suas dúvidas sobretudo ligadas aos espaços comuns com os quais não concordavam, insistindo na necessidade de manterem o espaço individual para cada um frente às habitações: “sempre foi assim, cada um teve o seu espaço. Por isso, acho que deve manter-se” (D. Patrícia); “têm mesmo de arranjar uma alternativa boa para isto” (Sr. Valentim). Considerando a opinião dos moradores e os seus pedidos, a proposta de alteração dos espaços comuns foi repensada e a maquete foi construída pela mestranda de arquitetura. Ainda houve oportunidade de elaborar um plano faseado para as obras que, posteriormente, foi mostrado aos moradores na

Reunião Comunitária dois e que lhes permitiu terem as informações necessárias para a tomada de decisão sobre permanecerem na ilha ou serem realojados em casas camarárias, durante o período em que as obras decorrerem. Em 1 de junho, a maquete foi mostrada a cada morador nas suas habitações. O entusiasmo pelas obras mostrou ser outro, pois naquele momento eles conseguiram perceber verdadeiramente o propósito do projeto, como testemunham os comentários de alguns: “ai que bonito que está, fica bem assim. Realmente teremos mais espaço e fico com mais arrumação na cozinha” (D. Inês); “vou ficar com um *open space*, é bonito, isso usa-se agora. Por mim, está bem” (D. Patrícia). A este respeito, também tivemos oportunidade de refletir sobre a reunião e a sua importância: os moradores confidenciaram que se esta não tivesse acontecido não tinham oportunidade de ver a maquete, nem arranjar alternativas para alterar a proposta inicial. Também não teria sido possível juntar todos os moradores para a resolução de um problema comum. No que diz respeito às suas expectativas, também nesta atividade tivemos oportunidade de refletir acerca delas. Três moradores encontravam-se menos recetivos no que diz respeito à requalificação e acreditavam que esta não iria acontecer. Os restantes, embora ansiosos, estavam curiosos e aguardavam mais respostas. Posto isto, e por forma a avaliar a atividade realizada, destacou-se o interesse e o empenho dos moradores em envolver-se na questão emergente. De notar também uma maior tranquilidade por parte dos moradores com a requalificação, embora ainda existissem muitas questões por responder.

A reunião comunitária II, ao contrário da primeira que fora convocada pelas mestrandas de EIS, foi pedida pelos moradores no final da primeira reunião. Esta segunda reunião decorreu no dia 10 de julho de 2021, entre as 14:30H e as 16:30H, na casa n.º 10. Nesta reunião, para além das três mestrandas, participaram cinco moradores, sendo que os restantes não puderam estar presentes por condicionantes pessoais, tendo ficado acordado que as mestrandas lhes explicariam, posteriormente, o sucedido na reunião, apresentariam o projeto alterado e as propostas de faseamento das obras, recebendo o contributo de cada um e esclarecendo eventuais dúvidas. Tal como na primeira reunião, iniciamos o encontro apresentando os objetivos (Apêndice E, p. 109) e explicando os temas que seriam abordados, deixando claro que poderiam interromper em caso de dúvidas ou caso tivessem algum contributo para partilhar. Posto isto, partimos de assuntos discutidos na primeira reunião comunitária para dar continuidade a esta. Começámos por apresentar o programa base com as alterações sugeridas pelos moradores na primeira reunião

(atualizado com os pátios individuais e alargamento das passagens, traduzindo-se numa melhoria das condições de acessibilidade).

De seguida, discutimos alguns aspetos que dizem respeito ao espaço comum da ilha, nomeadamente as entradas, o tanque, a luz, os estendais, o tamanho do pátio, os portões, a iluminação, os arrumos, entre outros. Esclareceu-se que as duas entradas seriam acessíveis e controladas pelos próprios inquilinos. A mestranda de arquitetura apresentou algumas fotografias impressas (Anexo C, pp. 95–96) para que os moradores pudessem ver as sugestões para os pátios, ressaltando que poderiam sugerir uma outra proposta. Discutimos qual seria a melhor proposta, tendo em conta apenas o contributo dos moradores presentes, e deixando claro que teríamos de conversar com os que não puderam comparecer. Discutimos qual seria a melhor solução no que diz respeito ao tamanho que cada pátio deveria ter, sendo que duas hipóteses foram levantadas: a de manter a mesma área para todos (15m²) ou fazê-los de acordo com a tipologia de cada família, sendo que todos os moradores presentes optaram pela primeira solução, para evitar “confusões” futuras: “pode ser igual” (Sr. Valentim); “se vocês tiverem os metros para fazer áreas iguais, ninguém vai andar a dizer que aquele é maior, aquele outro é mais pequeno...” (D. Sofia); “é preferível porque se não depois é para confusões. Tudo igual” (D. Patrícia). A mestranda de arquitetura explicou ainda as alterações a realizar nos pátios e o tipo de material que iria ser utilizado (Apêndice F, p. 110). Os moradores questionaram porque os arrumos iam continuar ao fundo e não dentro de cada pátio. Estes arrumos serviriam, sobretudo, para guardar pertences que não utilizam frequentemente, e para poupar espaço nos pátios e no coberto (lugar onde se pode colocar um estendal maior e arrumar o espaço coberto de uma forma mais conveniente), foram colocados fora do pátio. À semelhança dos pátios, cada arrumo terá a sua chave.

A questão da existência de muitos espaços em comum foi levantada como algo que poderia trazer ou gerar conflitos entre os moradores, pois teriam de fazer uma divisão das despesas comuns e uma calendarização da limpeza dos espaços partilhados por todos. Neste sentido, os moradores sugeriram que cada pátio tivesse a sua luz individual, uma torneira, caso quisessem ter uma mangueira no quintal, e que o tanque que existia atualmente fosse desativado ou até removido (caso a senhoria e os outros moradores não se importassem): “isto é assim, nós não estamos habituados a usar o tanque. Cada um tem o seu contador d’água, cada um tem o seu espaço. Se

precisar de uma pia, ficamos com a que temos ou compramos uma destas” (D. Patrícia); “a mim também não faz falta” (D. Sofia). No que concerne à iluminação, com a colocação dos portões e das campainhas, os presentes dispensaram as luzes coletivas, mesmo tendo os sensores de presença, uma vez que a segurança estaria assegurada, alegando que as pessoas poderiam não pagar ou afirmar que uns passaram mais do que outros e que a divisão seria injusta. Um dos moradores presentes sugeriu que os contadores poderiam ficar no mesmo lugar, tendo os restantes concordado. Encerrando o tópico relacionado com o espaço coletivo, prosseguimos a reunião, focando-nos no faseamento das obras e no realojamento. Reforçámos novamente a importância de pensarmos em conjunto numa alternativa que considere todos os inquilinos e que seja benéfica para todos.

Inicialmente, foram elaboradas quatro propostas pela mestrandia de arquitetura, contudo só foram apresentadas duas, a proposta B e D (Anexo D, p. 97-98). A proposta B foi analisada pelo arquiteto Aitor Varea Oro e a proposta D foi feita mediante as informações que os moradores foram partilhando na última semana no que diz respeito a querer ficar ou não na ilha durante as obras. Afirmamos que a reunião tem como intuito perceber com as pessoas “quem está disponível para o realojamento, que condições impõem, o que pode ser feito e de que forma”, para depois reunirmos as informações e resolver o problema da melhor forma possível. Foi explicado que o plano de faseamento foi feito considerando os contributos recolhidos durante as conversas intencionais, ressaltando que são apenas dois exemplos feitos como ponto de partida para que entendessem como é feito o faseamento e que está sujeito a alteração ou que ainda existe a possibilidade de serem feitas novas propostas. Posteriormente, abrimos espaço para que os moradores pudessem esclarecer as suas dúvidas ou fornecer algum contributo. Os moradores presentes mostram-se apreensivos sobretudo com o realojamento.

De seguida, conversamos acerca dos prós e dos contras no que concerne a ficar ou não ficar na ilha durante as obras de requalificação. Explicámos quais os critérios considerados nas duas propostas que estavam em análise: a preocupação em manter os residentes com mais idade na ilha, com dificuldade de locomoção ou outro problema de saúde, pela disposição das casas que influencia a permanência ou a saída de cada família, pelo tempo de duração das obras; o cuidado com as demolições adjacentes a casas habitadas e demolição de anexos enquanto as pessoas estão a habitá-la, o constrangimento dos anexos e das passagens estreitas para o transporte dos

materiais, a utilização das instalações sanitárias, sobretudo para os que utilizam as que são comunitárias, evitar muitas mudanças e longos períodos realojados, entre outros. Deixámos claro que, pela distribuição das casas e pela estrutura da ilha, as obras seriam mais fáceis se comesçassem de trás (onde estão as casas devolutas e o portão que neste momento se encontra fechado) para a frente, uma vez que é preciso espaço para deixar as máquinas e os materiais e as próprias pessoas precisam de espaço para trabalharem. Aspetos como o barulho, pó, lixo, falta de espaço e de privacidade, entre outros constrangimentos foram, naturalmente, tidos em conta para os que desejam ficar na ilha. Por outro lado, enfatizámos o facto de conseguirem acompanhar as obras mais de perto. Enquanto mestrandas de EIS, transmitimos que a decisão de ficar ou sair da ilha durante o período de intervenção cabe a cada agregado. Salientámos que esta decisão, para além de ser pensada de um modo individual, deve ser refletida e tomada em conjunto, que devem salvaguardar as pessoas que estão numa situação mais vulnerável e que devem estar conscientes das implicações e dos constrangimentos que implica ficar ou não na ilha durante a requalificação. Desta forma, mostrámo-nos disponíveis para apoiá-los nesta decisão e no que fosse preciso. Disponibilizámo-nos, igualmente, para trazer documentos que possam ajudá-los na compreensão dos programas subjacentes (IHRU, 1º Direito..) e esclarecendo as dúvidas enquanto aguardam as respostas por parte das entidades competentes.

Outro aspeto levantado por um dos moradores relacionava-se com o tempo das obras: “se as pessoas vão ficar aqui, a obra vai demorar 3 anos” (Sr. Valentim); “mas isso a mim não interessa” (D. Patrícia); “vai partir paredes, vai partir telhados...” (Sr. Valentim); “ainda cai uma parede...” (D. Sofia). Além destas preocupações, os moradores apresentam outras relativamente à duração do benefício de apoio à renda de 18 meses e a margem para imprevistos e situações onde o inquilino pode ficar sem apoio para a renda caso seja ultrapassado o tempo máximo para a realização das obras. Até porque, “não foi pedido por nós (...) estávamos muito bem no nosso canto, ela quis fazer as obras e agora vem dar-nos dor de cabeça a nós, certo?” (D. Manuela). Os moradores ainda se mostravam relutantes quanto à requalificação e a necessidade de alguns moradores terem de ser realojados em outras casas, casas cedidas a todos os moradores pela CMP, durante o período das obras (“não posso, nem quero”, D. Patrícia; “não posso, nem quero, não vale a pena insistir”, D. Manuela), pelo que procurámos tranquilizá-los em relação ao retorno à ilha após as obras concluídas, afirmando que acima de tudo estamos ali para prezar os seus interesses neste

processo que desejamos que seja feito com a maior transparência e com o consentimento de todos.

Uma das participantes presentes afirmou que seria mais fácil se todos saíssem e não tivessem de escolher quem iria ficar e quem iria sair: “então porque vocês não entram aqui a dizer assim, ora bem, se vai fazer obras, os senhores vão ter de sair, vão ser realojados, vão sair e acabou a conversa” (D. Patrícia). De seguida, explicamos que nós enquanto equipa da área social estamos a tentar ver, em consonância com os interesses dos moradores, a melhor forma de definir as coisas. Enquanto mestrandas, acreditamos que o facto de a ilha ter casas disponíveis é uma mais-valia, pois possibilita os moradores verem as obras a acontecer e perceber a transformação das casas quando a primeira casa “pivô” ficasse concluída. Chegámos à conclusão que seria melhor cada morador ir diretamente para a casa que lhe é destinada, depois da requalificação. Os moradores sentiam-se inseguros, reticentes em relação a tudo, e acreditam que, sobretudo, esta requalificação beneficiará a proprietária: “vamos ser sinceros, vem beneficiar os inquilinos, mas vai beneficiar mais a senhoria, não me venham... vocês não têm culpa, o vosso trabalho é ajudar-nos a decidir... estão a fazer o vosso trabalho” (D. Patrícia). Eu e a minha colega de mestrado resgatámos um assunto discutido na primeira reunião como forma de perceber a emergência das obras e como a requalificação pode trazer benefícios para todos: aludimos para a questão do mau estado de conservação das casas (principalmente as devolutas), como estão cada vez mais degradadas, e que, com o passar dos anos, contaminarão as restantes casas, trazendo mais prejuízo, uma vez que terão de estar constantemente a fazer obras nas habitações.

Posto isto, surgiram outras questões ligadas às habitações, nomeadamente se a cozinha e a casa de banho já vêm equipadas ou se será responsabilidade de cada agregado, como será o transporte dos seus pertences, quem se responsabilizará por estes custos: “é assim, nós sabemos que temos de carregar, mas não vou fazê-lo duas vezes, certo? Porque eu tenho despesas, porque mandei montar móveis, comprei, mandei montar, vou desmontar, vou voltar a pagar e ninguém está para estas despesas...” (D. Patrícia). No final da reunião, reforçámos novamente a ideia de que a decisão deveria ser, idealmente, tomada com o conhecimento de todos e que as próprias entidades envolvidas neste processo estavam interessadas em ouvir os contributos dos moradores e todas as questões que têm colocado. Deste modo, participam no projeto, tornam-se coautores do plano de requalificação, parte integrante deste processo de reabilitação, apresentando ideias,

levantando questões pertinentes e propondo soluções que respondem ao interesse dos que vivem na ilha. Ficou em aberto qual seria a melhor proposta, pois ficámos de as analisar também com os restantes moradores. Por fim, foi pedido que colocassem outras dúvidas, para além das que foram sendo levantadas, para que depois fossem transmitidas e enviadas ao arquiteto Aitor Varea Oro que, posteriormente, reencaminharia ao IHRU. Sublinhámos que podiam continuar a levantar questões nas semanas seguintes, pois estaríamos presentes na ilha para conversar com todos. Ficou acordado que os parciais (documento com a imagem do apartamento de cada agregado) do programa base, seriam entregues quando decidissem a opção de faseamento mais vantajosa e, tomada esta decisão, entregaríamos a cada morador uma cópia correspondente à casa que lhes era destinada.

Após esta segunda reunião, continuámos a conversar sobre este processo de melhoramento da ilha e as suas implicações com os moradores, a mestrandia de arquitetura e o arquiteto responsável. Após a reunião comunitária II e em conversas intencionais com os moradores, percebemos que muitas das questões que foram levantadas na reunião não foram respondidas e havia uma certa urgência em obter respostas. Os moradores mostraram-se um pouco insatisfeitos e diariamente nos perguntavam quando é que definitivamente obteriam respostas às suas questões. Dada esta insistência, e por reconhecermos que de facto seria importante esclarecer todas as dúvidas, nós mestrandas, comprometemo-nos com os moradores a reunir, via zoom, com o coordenador do workshop e responsável pela apresentação do plano de recuperação da ilha, para obtermos mais informações. Demos conhecimento aos moradores e pedimos que aguardassem “pacientemente”. Até ao momento de reunirmos com o coordenador, as idas à ilha basearam-se em tranquilizar os moradores e apresentar o processo de faseamento das obras nas habitações aos moradores que não estiveram presentes na reunião. Também neste momento, tornou-se importante reforçar perante os moradores a importância de decidirem por um dos faseamentos para que, quando as obras iniciassem, estes já estivessem previamente preparados para tal. Em relação a esta questão, duas moradoras mostraram o seu descontentamento dizendo, “eu não aceito esta proposta de faseamento” (D. Patrícia e D. Sofia). Neste seguimento, e apesar de compreendermos a apreensão destas moradoras, voltamos a reforçar a ideia de que as opções tomadas pelas diferentes propostas de faseamento foram elaboradas com o intuito de beneficiar os moradores e não de os prejudicar, teriam estes mesmos, assim, que tomar uma decisão consciente e benéfica para todos os moradores da ilha. Durante

estes dias informámos os moradores de que o arquiteto coordenador iria falar com a equipa envolvida na requalificação e que estas questões tinham então de ser esclarecidas pelo IHRU. Alguns dias depois, e devido a esta pressão, os moradores conseguiram finalmente obter as respostas às suas perguntas, uma vez que a equipa externa da Porto Vivo (composta pelo arquiteto Aitor Varea Oro, uma técnica superior de Educação Social, Dra. Isabel Vieira, e uma Assistente Social) do programa de requalificação se dirigiu à ilha para reunir com os moradores (no dia 7 de agosto). Esta reunião permitiu que, finalmente, os moradores ficassem mais esclarecidos e tranquilos em relação ao processo, às suas fases, e, sobretudo, preparados com os novos passos que terão agora de ser dados sem nós. Consideramos que a escuta dos moradores e o trabalho de mediação entre moradores-senhoria-arquitetos desenvolvido foi essencial para que agora todos consigam dialogar diretamente.

5.2. EIXO 2: AÇÃO 2- “PORTUGAL E EU”

A ação 2 visou responder aos OG3 e OG4 e respetivos OE. Esta ação integrou a IPI desenvolvida com a D. Laurentina, assente nos pressupostos da RA. Esta ação compreendeu um total de 16 encontros presenciais e também alguns contactos telefónicos, desde o mês de junho até ao mês de setembro.

A relação com a D. Laurentina foi-se construindo ao longo dos meses, desde os primeiros contactos na ilha, à medida que, em conjunto com a colega de MEIS, se desenvolveu o eixo 1 do projeto. Entre idas e vindas à ilha, os encontros foram-se dando e através de conversas intencionais foram debatidos assuntos respeitantes ao dia a dia desta senhora e, especialmente, a dificuldade que apresenta em falar português e do receio que tem em errar quando se pronuncia. Ao longo dos encontros ocasionais na ilha, a confiança tornou-se cada vez maior e a D. Laurentina mostrou-se mais à vontade para conversar, contar a sua história de vida, falar da sua terra natal e convidar as mestrandas para entrar no interior da sua habitação para conversar e gentilmente oferecer o lanche, em algumas ocasiões. Este contacto, por vezes, era dificultado pela presença do marido que insistentemente dizia “a minha mulher não sabe falar muito bem português, por isso ela não vai dizer nada” ou “ela hoje está cansada, chegou do trabalho não tem nada a dizer”. No entanto, e através da persistência e vontade desta senhora de comunicar com alguém, os encontros foram sendo marcados presencialmente, a maior parte das vezes, na ausência do

marido, ou aconteciam à distância, por chamada telefônica, ao final da tarde, quando este se encontrava a trabalhar. Quando se considerou que a língua era um constrangimento para a D. Laurentina, por constituir uma barreira linguística que tem impacto nas interações sociais e na empregabilidade, chegou-se à conclusão de que era pertinente intervir sobre esta situação. Assim, os encontros tornaram-se quase diários nos meses de junho, julho e agosto, como pretexto para conversar em português, uma vez que a senhora não desejava inscrever-se em qualquer curso, por sentir que não seria capaz de aprender. O primeiro encontro ocorreu mesmo à porta de casa da moradora no dia 1/6/21.

Este encontro ocorreu durante a tarde, entre as 14:00H e as 18:00H, com a presença da colega do MEIS e a colega de arquitetura. A conversa iniciou à porta de casa com a D. Laurentina e o Sr. Valentim que se encontravam a arrumar algumas coisas na horta. Prontamente convidaram as mestrandas a entrar no interior da habitação. A conversa iniciou com algumas dúvidas sobre a reunião comunitária que tinha sido realizada há alguns dias e foi explicado detalhadamente o teor da reunião, uma vez que o Sr. Valentim não compareceu na mesma e a sua esposa apareceu já no final. Sempre disponível, a D. Laurentina durante a conversa pediu que ficássemos para lanchar e provar o doce que ela tinha feito. Durante o lanche, a conversa girou em torno do trabalho do Sr. Valentim, que trabalha, por turnos, como segurança numa empresa, há seis anos. A D. Laurentina, um pouco à parte, devido às constantes interrupções do marido, ia conversando quando tinha oportunidade, cruzando conversa acerca dos seus cozinhados com as mestrandas de MEIS, aquando da conversa do marido com a outra colega. Através de anteriores encontros esporádicos na ilha, tanto eu como as colegas já nos tínhamos apercebido do gosto e jeito que a D. Laurentina tem para a cozinha, nomeadamente, para a doçaria. Inclusive, já nos tinha sido oferecido por várias vezes alguns doces para provarmos. Desse modo, e mais uma vez, tivemos a oportunidade de provar uma tarte de frutos dos bosques a que, de imediato, fizemos um elogio, valorizando as competências desta senhora, perante o seu marido. A D. Laurentina, um pouco envergonhada, agradeceu dizendo “obrigada, ainda bem que gostam. Eu também gosto muito de cozinhar então estou sempre à procura de coisas novas para fazer. Às vezes até invento algumas receitas”. Os últimos momentos da conversa giraram em torno da cozinha, dos bolos e das inúmeras receitas que faz quase diariamente. Foi sugerido ao longo da conversa que esta apostasse mais na área da culinária e, quem sabe, existir a possibilidade da criação de uma página de Facebook para a divulgação das suas receitas e respetiva venda dos doces que confeccionava. Aquando destas

afirmações, o marido da D. Laurentina protestou, dizendo “não, isso não, claro que não”; questionei-o sobre o seu comentário e ele respondeu, “isso não é bem assim. Ninguém ia comprar nada. Sabe, é preciso angariar clientes e já há muita gente a fazer isso e as pessoas do nosso país, por exemplo, não iam comprar nada. Nós somos um povo que não compramos nem mandamos vir coisas de fora, cultivamos e fazemos tudo em casa. Por isso, essas pessoas não iam comprar, não restam muitos clientes, assim”. Parecia referir-se que, para além das pessoas do “seu povo”, também os outros, evocando os portugueses, não comprariam. As questões culturais e a pouca crença nas qualidades da D. Laurentina, provavelmente, levavam-no a reagir daquele modo. Contudo, a ideia parecia ter agradado à D. Laurentina que nos sorria e acenava com a cabeça, demonstrando o seu interesse, embora silenciada em relação ao comentário do marido. Ainda comentei para o Sr. Valentim, “percebo, mas se não tentarmos nunca sabemos se vai resultar ou não. Não concorda?” O Sr. Valentim sorriu e respondeu que, em parte tinha razão, mas seguidamente, ouvimos um “não” quase mudo. Do outro lado da mesa, a D. Laurentina sorriu e encolheu os ombros. O encontro acabou por terminar com a proposta no ar de ambos pensarem no assunto, mas, especialmente, que o Sr. Valentim considerasse essa opção. Pelo modo como o encontro decorreu sentiu-se agrado por ambos os moradores, a conversa fluiu, conhecemos um pouco do casal, da sua dinâmica, e reforçámos a ideia de que existia um certo desequilíbrio neste casal ao nível das tomadas de decisão, bem como percebemos o gosto e habilidade da D. Laurentina para a cozinha. No final do encontro, combinámos encontrar-nos brevemente.

Dia 3/6/21, segundo encontro. O ponto de encontro foi à entrada de casa da D. Laurentina. Neste dia ela mostrou-se um pouco preocupada porque tanto ela como o marido ainda não tinham sido chamados para a vacina contra a Covid-19. A D. Laurentina, preocupada com a situação pandémica, tem evitado usar os transportes públicos e prefere ir a pé para o trabalho, demorando cerca de 30 minutos. Pela mesma razão, em janeiro e fevereiro sentimos uma certa inibição do casal em conversar connosco (este foi um período em que o número de casos, em Portugal, aumentou bastante), considerando um risco, mas, em relação a nós, pareciam agora mais à vontade e tranquilos, principalmente quando começamos com os encontros mais regulares. No entanto, havia uma certa preocupação pelo facto de ainda não terem sido vacinados a esta data, o Sr. Valentim tinha-se dirigido centro de saúde na tentativa de acelerar o processo, no entanto, sem sucesso. Perante esta preocupação, fomos conversando sobre este assunto, sobre os cuidados básicos que todos deveríamos ter, como recomendado pela Direção Geral de Saúde (uso

de máscara, lavagem das mãos e uso de desinfetante recorrentemente). Não sendo possível prever a data de vacinação, conversei com a D. Laurentina no sentido de esta aguardar tranquilamente pela sua vez e manter regularmente os hábitos de higiene e proteção.

Os primeiros encontros serviram, sobretudo, para conhecer melhor a D. Laurentina e também para me dar a conhecer, de modo a estabelecermos uma relação de confiança. Começaram a ser realizados com as outras colegas de mestrado e depois, após termos decidido que famílias seriam acompanhadas pela colega do MEIS e que esta seria apoiada por mim, sozinha, desde o encontro anterior. Neste encontro de inícios de junho, descobri mais um dos tantos interesses que a D. Laurentina tem: gosta muito do mar e sempre que pode vai nadar um pouco. Confidenciou-me que nada desde pequena, mas que acha que o mar aqui é bastante perigoso, “há muitas ondas”. Não acha a água fria e para ela 16.ºC é uma boa temperatura, vem de uma zona de um país com água bem mais fria. Quando a D. Laurentina revelou esse receio em nadar no mar, questionei-a se porventura já tinha ido às piscinas, uma vez que era mais tranquilo. A mesma referiu que prefere o mar, porque na piscina há muito cloro e ela não consegue nadar livremente e abrir os olhos debaixo de água. Durante este encontro, as partilhas com a D. Laurentina levaram mais uma vez ao seu gosto pela cozinha e conseguimos perceber melhor como este gosto se revelou. A mesma comentou que cozinha desde muito nova, uma vez que no seu país de origem ninguém tem empregados domésticos e eles próprios têm de confeccionar as suas refeições e fazer as limpezas em casa. Há um dia próprio para o fazer e, quando estava na sua terra natal, o sábado era o dia de limpezas e o domingo era o dia para descansar. A D. Laurentina sempre fez as refeições para a sua família, porque os seus pais trabalhavam e não tinham tempo para cozinhar. Dado este interesse, questionei-a sobre a forma como faz os seus cozinhados, se sabe as receitas “de cabeça” ou se faz consulta em livros, por exemplo, em livros de receitas. A D. Laurentina partilhou que tem alguns livros, mas algumas vezes inventa as receitas ou, através do Smartphone, é possível ter acesso a variadíssimas receitas. Ao longo da nossa conversa, a D. Laurentina foi revelando algum desconforto porque, por diversas vezes, sentiu necessidade de fazer algumas paragens enquanto falava, uma vez que não sabia dizer a palavra em português. Nestas alturas, dizia, com uma certa humildade, “Eu não sei falar muito bem, não me conseguem perceber. Desculpa. O meu marido é que fala bem, aprendeu muito rápido, é inteligente. Eu não sei”. Após este desabafo, tentei desconstruir esta ideia, reforçando que ela conseguia expressar-se bem e sempre que precisasse podia e devia parar para tentarmos arranjar outra forma de chegar àquilo que queria dizer. A este

respeito, perguntei-lhe se alguma vez tinha feito um curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros, tendo dito que não. Questionei-a sobre a possibilidade de fazer um curso e o seu interesse nisso. A D. Laurentina não revelou interesse e inclusive afirmou “não tenho feito para isso”. Percebi que, em casa, e apesar do Sr. Valentim ter mais facilidade em falar português, falavam apenas na língua materna, falando muito raramente em português. Deste encontro, destaca-se um certo desconforto da D. Laurentina pelo pouco conhecimento da língua portuguesa, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de esta aprender durante a conversação, duas ou três palavras que não sabia dizer em língua portuguesa.

Dia 15/6/2021, terceiro encontro. A D. Laurentina encontrava-se no exterior da habitação, estava na horta a colher morangos que ela própria plantara. A conversa iniciou, tendo precisamente como mote a plantação dos morangos pois, tal como o marido tinha referido num encontro anterior, eles têm por hábito cultivar os próprios alimentos. A D. Laurentina fez questão de me oferecer morangos e explicar que estes eram oriundos da sua terra natal e eram mais pequenos do que o normal, eram plantados no bosque. Além de morangos, na sua horta, tem também plantados pepinos, maracujás e tomates, revelou que gosta bastante de fruta (especialmente alperce) e legumes. A respeito disto, contou que a gastronomia do seu país, em relação a Portugal, era diferente e que na sua terra fazem refeições muito pesadas. Durante o verão, têm por hábito comer bastantes conservas. Mostrei interesse em conhecer mais sobre a sua cultura e a sua história, e questionei-a sobre as refeições que ela e o marido têm por hábito fazer, se usualmente cozinham comidas tipicamente portuguesas ou do seu país. A D. Laurentina disse que em casa faz uma variedade dos dois, uns dias faz comida portuguesa e outros dias comida típica do seu país, diz que gosta da comida portuguesa, mas que não quer perder o hábito de cozinhar as refeições da sua terra. Em relação ao seu país, falou ainda do tempo em que lá viveu. Quis contar sobre o funcionamento do ensino, o programa rígido que davam nas aulas e o ensino individualizado que prestavam aos alunos para que estes aprendessem bem, a D. Laurentina foi professora durante muitos anos e conhece bem o sistema de ensino do seu país. Falou ainda do programa escolar que incluía a aprendizagem da literatura de vários países, como por exemplo, o Brasil e Portugal. Deste modo, questionei se já conhecia algumas coisas da cultura de Portugal, antes de vir para cá, ao que respondeu que sim. Neste seguimento, tentei perceber como foi a sua adaptação quando decidiu vir para Portugal. Referiu que, para ela, a adaptação ao país não foi difícil uma vez que Portugal não lhe era totalmente desconhecido, devido ao programa escolar e aos portugueses com quem

se cruzou ao longo da sua estada cá, que a acolheram bem, no entanto, reconhece que a única dificuldade que continua a ter é o facto de não falar bem português e evitar fazê-lo. Perante esta afirmação, reforcei o esforço que ela fazia para conversar comigo e com as restantes colegas e que devia valorizar isso mesmo. O facto de tentar era já um passo importante e devolvi-lhe a nossa perceção de que se expressava melhor do que ela dizia e a sua competência para aprender. Afinal, não era só o marido que era “inteligente”, como ela dizia. No final do encontro, a D. Laurentina agradeceu a conversa e confidenciou que “há muito que já não me ouviam assim, obrigada. E obrigada por me queres conhecer, conhecer o meu país e a minha cultura. Por exemplo, aqui os vizinhos sabem que eu sou (...), mas não sabem nada do meu país”. Combinei com a D. Laurentina encontrarmo-nos na semana seguinte e prometi-lhe que nos continuaríamos a conhecer melhor.

Dia 23/6/21, quarto encontro. Quando cheguei à ilha neste dia, e uma vez que a D. Laurentina não se encontrava no exterior da habitação, bati à porta como previamente ficou planeado. Quem me recebeu foi o Sr. Valentim que, imediatamente, disse que a esposa estava a almoçar, mas estava cansada e não iria falar. Sugeri voltar mais tarde, depois de estes já terem terminado o almoço, no entanto, o Sr. Valentim começou a despedir-se, a fechar a porta e disse-me “até já”. Decidi aguardar e falar com os restantes moradores para perceber se estes se encontravam bem, enquanto isso, a D. Laurentina apareceu no corredor da ilha e foi ter comigo ao anexo da casa nº 10. Quando chegou, pediu desculpa pelo marido e disse que aproveitou o facto de ele ir descansar para sair de casa e vir ter comigo, tal como tínhamos combinado. Neste seguimento, começamos a conversar sentadas no anexo. Neste dia, a D. Laurentina contou-me bastante coisas da sua vida. Conheci muitos dos seus interesses e paixões. Falámos ainda da família, do trabalho dos pais e da sua filha. Falámos do modo de vida na sua terra e da sua cultura; de viagens e sítios que já visitou. Através da observação e do modo como a conversa se desenvolveu, considero que a D. Laurentina estava bastante comunicativa e contente por contar as histórias da sua vida, por me dar a conhecer aquilo que mais gosta de fazer e o que menos gosta também; caracterizou-se tendo em conta a sua personalidade; e mostrou-se mais uma vez hesitante quanto à dificuldade que sente na língua, parando por diversas vezes a conversa para dizer “desculpa, não sei como se diz esta palavra. Só sei na minha língua. Espera...”. Neste sentido, e tendo em conta esta hesitação, perguntei abertamente se esta queria a minha ajuda nesta questão. A D. Laurentina confidenciou que a barreira linguística é verdadeiramente um entrave, mas que ela tem tendência para “deixar

sempre para depois” aquilo que para ela não faz sentido, que não gosta, até que vai deixando para depois e arranjando sempre desculpas para não o fazer. Neste momento fomos interrompidas pelo marido que, da sua habitação, chamou pela D. Laurentina. Apressada, agradeceu a conversa e pediu para nos encontrarmos em outro dia; referiu ainda que iria pensar sobre o assunto e o modo como eu a poderia ajudar.

Nesta altura, em reflexão com a colega de MEIS, percebíamos, ainda, uma certa desconfiança do marido em relação às nossas conversas. Um dia, as relações entre os homens e as mulheres, no seu país de origem, foram motivo de conversa, tendo percebido haver algumas questões culturais de domínio dos homens sobre as mulheres, embora a D. Laurentina tivesse o cuidado de referir como o seu marido era diferente e sempre a incentivou a sair e a ter a sua autonomia. Percebemos mais tarde, como o Sr. Valentim foi ficando mais seguro em relação a nós, e foi deixando de interferir nestes encontros.

Dia 1/7/2021, quinto encontro. Neste dia, reuni com a D. Laurentina no anexo da casa nº 10. A conversa iniciou tendo como mote o trabalho da mesma, uma vez que esta tinha trabalhado da parte da manhã e estava um pouco cansada. Tal como tem sido ao longo dos nossos encontros, há sempre tempo e espaço para falar daquilo que a D. Laurentina quer ou que a incomoda, assim, durante o tempo em que estivemos juntas, falámos do seu emprego, do marido, do tempo em que vivia no seu país e as saudades que tem da família, em especial da sua filha. Esta confidenciou que, por vezes, não é fácil falar com a família devido aos horários incompatíveis, mas, sempre que pode, falam por telefone ou videochamada, através do *Skype*. Neste sentido, a D. Laurentina confidenciou que sente saudades do seu país e da família e que aqui em Portugal não tem ninguém que possa cuidar dela e do marido quando estes envelhecerem. Explorei quais seriam os seus projetos de vida para o futuro, ao qual respondeu, “eu quero voltar para o meu país, quero comprar uma casa na aldeia e plantar flores. Estou farta de Portugal”. Atendendo à sua afirmação, valorizei a sua vontade, dizendo que seria um ótimo projeto de vida, uma vez que esta gosta tanto de cultivar, mas, mesmo assim, perguntei-lhe se Portugal não era um bom sítio para morar e incluir este país no seu projeto de vida. A D. Laurentina sorriu, mas rapidamente disse que, embora goste de viver em Portugal devido ao clima, segurança, arquitetura e gastronomia, não poderá fazer parte do seu projeto de vida porque existe uma barreira que a separa (referindo-se, assim, à barreira linguística). Mais uma vez reforcei que, quando a D. Laurentina fala comigo, não vejo

barreira, eu consigo percebê-la e vice-versa, é importante que ela pense exatamente nisso como uma pequena conquista porque, apesar de não ser conhecedora de um vocabulário vasto, pode efetivamente manter um diálogo. A propósito disto, perguntei à D. Laurentina se havia alguma coisa que gostava de ter feito, mas que nunca fez aqui, em Portugal, ou porque não teve oportunidade ou pela dificuldade que sente na comunicação. Desviando um pouco o olhar, respondeu “eu não faço muitas coisas sozinha, vou sempre com o meu marido, porque eu não sei falar. Faço sempre tudo pela internet, pagamentos e coisas assim. Assim não tenho de ir aos serviços e falar”, “O meu marido em um ano aprendeu a falar, então é ele que vai ao café, ao banco, ao centro de saúde. Eu fico em casa ou só vou quando ele está”. Imediatamente perguntei, “não gostava de conseguir fazer essas coisas sozinha?”, respondendo “será que consigo? Não sei”. Desafiei a D. Laurentina a tentar, a “não deixar para depois tudo o que não gosta”, tal como ela disse. Assim, pensámos em conjunto em possibilidades para, em parte, colmatar este problema, para se desafiar. Ficou combinado que, num próximo encontro, se esta quisesse, poderíamos então reunir várias situações do dia a dia, pensar em sítios onde esta gostasse de ir se pudesse comunicar sem problemas e faríamos um *role play*, ou seja, uma simulação dessas situações reais, no anexo da ilha. Isto poderia ajudá-la a envolver-se mais na comunidade, a desafiar-se e ser mais autónoma e não precisar de esperar por alguém para fazer as suas coisas. Um pouco pensativa, mas mostrando um certo entusiasmo, despedimo-nos até ao próximo encontro.

6/7/21, sexto encontro. Neste dia falei com a D. Laurentina pelo telefone devido à impossibilidade de nos encontrarmos na ilha. A pedido dela, e quando não fosse possível encontrarmo-nos presencialmente, ficámos de nos contactar por telefone depois das 20h, hora em que se encontrava sozinha em casa, permitindo-lhe “falar mais tempo comigo”, segundo as suas palavras. Durante o nosso contacto telefónico, a D. Laurentina falou um pouco do seu dia, contou que foi trabalhar e que durante a tarde foi até à praia nadar um pouco (uma das suas tantas paixões) e que a água estava bastante boa. Brincando comigo, disse “estava fria, como tu não gostas”. Durante a nossa conversa mostrou-se um pouco atarefada, revelando que estava a fazer a massa para um bolo para uma senhora, a pedido dela, e falou dos ingredientes que estava a usar para a sua confeção. Recuperando a conversa do encontro anterior, a D. Laurentina perguntou como é que eu podia ajudá-la e se podíamos assim experimentar aquilo que tínhamos pensado no último encontro. A minha resposta foi de imediato afirmativa. A D. Laurentina revelou entusiasmo e quis aceitar o desafio. No final da nossa conversa ainda falámos da possibilidade da construção

de uma espécie de lista com todas as palavras que esta tem aprendido ao longo dos nossos encontros. A D. Laurentina questionou-me sobre a possibilidade de construir esta lista, tendo a palavra que aprendeu em português e o corresponde para a sua língua. De notar que durante este processo, também eu, aprendi as palavras na língua da D. Laurentina, existindo assim uma espécie de intercâmbio entre as duas.

Dia 15/7/2021, sétimo encontro (Apêndice G, pp. 111-114). Neste dia o encontro deu-se à porta de entrada da D. Laurentina, quando esta estava a apanhar roupa no estendal. Convidou-me a entrar e ofereceu-me um chá. A D. Laurentina estava bem disposta e estava curiosa em relação ao que podíamos fazer. Junto desta, tentei então perceber quais os locais/serviços que esta gostava de visitar/frequentar e que podiam ser assim o nosso foco. A D. Laurentina revelou que nunca vai ao café ou à padaria sozinha e que apenas só foi com o marido ou com amigos, no entanto, nunca é ela a fazer o pedido ou a falar. Também falou do centro de saúde, correios, loja do cidadão, banco, biblioteca. Na verdade, falou de diversos locais, mas mostrou um maior interesse por alguns. Como estávamos em sua casa e me ofereceu um chá, questionou-me sobre a possibilidade de começarmos por aí. A D. Laurentina revelou interesse em ir a um café ou padaria e fazer ela própria o pedido. Embora tenha experimentado fazer este pedido, banalizou um pouco a situação, afirmando “é uma coisa tão simples e que eu mesma na minha terra fazia sem problema, mas aqui não funciona assim”. Dado o seu desconforto, tranquilizei a D. Laurentina, referindo que é pelas pequenas coisas que se começa, para depois conseguirmos atingir as mais difíceis. Em jeito de brincadeira, disse à D. Laurentina que o mais difícil ainda estava para vir, mas que eu estaria ali para a ajudar. Neste sentido, fomos pensando no tipo de questões que podem ser feitas durante essa situação real e as palavras-chave a utilizar. Organizámos as nossas ideias em uma espécie de guião que, posteriormente, ia ser usado para esta treinar a sua ida à padaria. No final do encontro o ânimo da D. Laurentina era visível, destacando-se também a aprendizagem de novas palavras.

Dia 21/7/2021, oitavo encontro. Neste dia encontrei-me com a D. Laurentina à porta de sua casa. Quando questionada sobre como se sentia, a mesma disse que sentia um pouco de nervosismo, mas, ao mesmo tempo, sentia-se feliz por aceitar o desafio e, finalmente, ter a coragem de “não deixar para depois o que posso fazer hoje”. Já no anexo, e com o guião previamente pronto do encontro anterior, com o auxílio de uma mesinha de cabeceira que existe no interior do anexo, uma

cadeira que existia também do anexo e uma outra cadeira que a D. Laurentina trouxe de sua casa, simulámos a situação na padaria. Apesar de ter sido construído em conjunto e terem sido selecionadas as palavras e frases chave por ambas, houve necessidade de ler primeiramente, e em conjunto, o guião. Após essa leitura, demos início à verdadeira simulação. Durante a mesma, e apesar de ter o guião como suporte, a D. Laurentina foi fazendo algumas pausas no seu diálogo e colocando algumas dúvidas quando assim teve necessidade. De uma forma geral, a simulação decorreu num ambiente agradável, e notou-se um verdadeiro envolvimento e interesse na atividade por parte da D. Laurentina. Durante o encontro, combinámos encontrar-nos já na sexta-feira em uma padaria, a poucos metros da ilha, local sugerido pela D. Laurentina porque passa por lá quando vai para o trabalho a pé. Um pouco envergonhada, a D. Laurentina questionou-me sobre a possibilidade de levar o guião, caso precisasse recorrer a ele. Decidimos que não seria necessário usar o guião na íntegra, mas, se esta se sentisse mais tranquila, poderíamos usar um papel com algumas palavras/frases para seu auxílio. Junto da D. Laurentina pontuei como positiva a sua estratégia e disse-lhe que, embora levasse aquele papel como uma espécie de cábula de memória, era espectável que não necessitasse de o usar. No final do encontro, quando pedi à D. Laurentina o seu feedback, em relação à experiência que estava a viver, a mesma disse “estou a gostar. Não imaginava que podia ser capaz de fazer uma coisa destas”.

Dia 23/7/2021, nono encontro (Apêndice G, pp. 114-115). A D. Laurentina estava à entrada da ilha, tal como combinado, por volta das 15:45H. Quando a encontrei senti um certo nervosismo e ansiedade da sua parte, pois não iniciou logo o diálogo e estava pouco comunicativa. Para desanuviar, questionei-a acerca do seu dia e se já tinha feito algum doce para si e para o seu marido. A D. Laurentina respondeu-me que o dia correu bem, que passou a manhã a passar a ferro em casa de uma das famílias onde trabalha e que não tinha feito nenhum bolo porque está a tentar diminuir o açúcar em casa, devido à saúde do seu marido. Usando como mote os bolos, perguntei-lhe se podíamos assim caminhar em direção à padaria e questionei-a sobre como se sentia em relação a isso. A D. Laurentina partilhou que estava apreensiva e com medo de não ser capaz. Propus à D. Laurentina para ela se lembrar da sensação com que fica quando faz os seus bolos e que é com esse espírito que deve encarar o desafio. A D. Laurentina sorriu. No percurso até à padaria, que não dista muitos metros, fomos falando de diversos assuntos, incluindo da ementa que esta poderia pedir para o nosso lanche. Já na entrada, a D. Laurentina pediu ao funcionário da padaria uma mesa para duas, no exterior. Durante o encontro, foi-se mostrando cada vez mais

confiante e conseguiu, sem muitos problemas, fazer o nosso pedido. A D. Laurentina demonstrou a sua confiança e competência para enfrentar o desafio, e terminou o encontro com outro ar, parecendo mais alegre e comunicativa. Este encontro demonstrou-se importante, pois, além de ser a prova de que a D. Laurentina é capaz, existiu pela primeira vez, em Portugal, interação com os outros, em contexto comunitário.

Dia 28/7/2021, 10^o encontro (Apêndice G, pp. 115–116). Neste dia, falei com a D. Laurentina pelo telefone, devido à incompatibilidade de horários de ambas para nos encontrarmos na ilha. A D. Laurentina atendeu a chamada com muito entusiasmo, ainda se encontrava a fazer o jantar, e estivemos cerca de 1h.30min. a conversar. Disse que estava sozinha e que tinha tempo para fazer as coisas para ela com mais calma. Deu-me como novidade a ida do marido, em visita, daqui a umas semanas, para a sua terra natal. Contou que este vai viajar, primeiro, para um outro país da Europa para visitar alguns dos seus familiares e, depois, viaja diretamente para a sua terra em modo de férias; também disse que, quando ele for, vai ficar mais descansada e sozinha, e não tem tanto para fazer. Tivemos ainda oportunidade de falar do presente que gentilmente ofereceu a uma das moradoras, que foi alojada em uma habitação camarária (esta moradora já tinha um pedido há alguns anos e durante a nossa presença na ilha finalmente conseguiu a casa que tanto queria). A D. Laurentina contou que, no seu país, quando alguém vai para uma habitação nova deve dar-se um presente como símbolo de uma nova etapa. A D. Laurentina também se sentiu muito feliz por a vizinha ter conseguido a nova habitação, uma vez que ela morava numa das casas mais degradadas da ilha. Quanto à sua própria habitação, acha que está bem, apenas é um pouco fria e húmida no inverno, mas ela e o marido estão preocupados com as obras, porque têm muitos objetos pessoais na casa. Durante esta conversa tivemos ainda oportunidade para falar sobre algumas curiosidades acerca dos dois idiomas que esta e o marido falam e, em particular, qual o usado frequentemente por ambos, em sua casa. Falamos ainda de música, da sua casa na sua terra, de costura e dos tempos de escola e faculdade. Além disso, já no final da chamada, fizemos uma pequena reflexão e avaliação acerca da ida à padaria, focando, essencialmente, a forma como a D. Laurentina se sentiu em enfrentar o desafio. Dei conta ainda das novas palavras aprendidas pela D. Laurentina ao longo dos encontros e da lista que tinha organizado para lhe entregar no próximo encontro. A D. Laurentina referiu, “nem sabia que já tinha aprendido tantas palavras”. Planeámos também os próximos passos e conversámos sobre a vontade da D.

Laurentina em continuar a viver esta experiência, agora, e um pouco mais preparada, para recorrer a um serviço público, como é o caso dos correios.

Dia 3/8/2021, 11º encontro (Apêndice G, pp. 116–120). Cheguei à ilha por volta das 14:30 e pedi à D. Laurentina para se juntar a mim no anexo. Esta não tinha muito tempo para estar comigo porque queria aproveitar para ir à praia, pois não trabalhava e o dia estava bom. Entreguei impressa à D. Laurentina a lista que organizámos com as palavras que esta tem aprendido, e ela leu-a atentamente, durante algum tempo. Ficou orgulhosa pelas palavras que tem vindo a aprender e, também, eu agradeci, por me ter igualmente ensinado as palavras na sua língua. Neste encontro tivemos oportunidade de organizar e treinar o guião para a ida aos correios. Este interesse por este serviço revela-se uma vez que a D. Laurentina nunca enviou nenhuma carta para a família e gostava agora de ter oportunidade de o fazer, uma vez que já se sente mais autónoma e preparada para recorrer a estes serviços sozinha. Eu tinha trazido para este encontro algumas guias de envio, formulários de correio registado e envelopes almofadados para dar a conhecer à D. Laurentina e esta ver as inúmeras opções, uma vez que no seu país não têm tantas opções disponíveis como aqui. Apesar do tempo limitado, a D. Laurentina demonstrou-se bastante interessada durante todo o encontro.

Dia 6/8/2021, 12º encontro. Neste dia falei com a D. Laurentina ao telemóvel, sensivelmente por 50 minutos, e esta atendeu a chamada bem-disposta. Confidenciou-me que pela primeira vez foi sozinha a uma livraria e comprou envelopes e folhas para escrever a sua carta. Também me disse que foi beber um café à vinda para casa. Neste seguimento, valorizei a sua conquista e questioneei-a sobre como se sentiu, se teve alguma dificuldade em comunicar e se pretende continuar a desafiar-se a cada dia que passa. A D. Laurentina comentou, “começo a acreditar que sou mais capaz (...) Estava com medo, mas senti-me bem, fui sozinha”. Apontei como positiva a iniciativa que teve e incentivei-a a continuar a desafiar-se e com vontade de querer envolver-se na comunidade, perdendo o receio que tem em comunicar pois, como foi notório, conseguiu subir mais um degrauzinho na conquista pelos seus objetivos. Durante a chamada, a D. Laurentina escreveu também a carta para a sua filha (não estará em apêndice uma vez que parte da carta está escrita na sua língua e por se tratar de uma carta pessoal), acrescentando algumas palavras e frases em português, como por exemplo: “estamos bem, filha, está a correr tudo bem”. “Tenho

saudades tuas". "Beijinhos". A cada encontro, a D. Laurentina foi revelando maior envolvimento e autonomia. Também parecia mais feliz, como referiu o marido, um dia.

Dia 10/8/2021, 13º encontro. O ponto de encontro deu-se exatamente à porta dos correios, que estão a pouco menos de 200 metros da ilha. Para minha surpresa, quando cheguei, a D. Laurentina já estava no interior e na fila para ser atendida. Aproximei-me e perguntei-lhe se precisava da minha ajuda, a que respondeu "se precisar, eu chamo. Obrigada". Não demorámos muito tempo no interior dos correios, a D. Laurentina preencheu a carta com as respetivas moradas e nomes e, em conjunto, registámos a carta para que ela pudesse enviá-la. Apesar das dificuldades, a D. Laurentina mostrou-se melhor integrada, comunicativa e sorridente. Depois de termos registado e enviado a carta, acompanhei a D. Laurentina até à ilha e despedi-me dela na entrada da mesma. O dia estava bom e a D. Laurentina já tinha planeado passar o resto do dia na praia. A D. Laurentina agradeceu por ter estado presente e pediu para depois lhe ligar.

Dia 12/8/2021, 14º encontro. Neste dia, falei com a D. Laurentina por chamada telefónica, tal como tínhamos combinado. Tivemos oportunidade de falar da sua família, pois esta tinha acabado de falar com a irmã pelo telefone. Contou que a irmã era jurista e grande parte dos elementos da família do seu pai eram engenheiros. Acerca disto, questioneei-a sobre se sempre quis ser professora, respondeu que sim, que era um sonho, uma vez que também acompanhou o percurso da mãe que é igualmente professora. Disse também que na terra dela existem muitos professores. Durante esta chamada tivemos ainda oportunidade de falar da ida aos correios. Valorizei os seus progressos, reforcei junto dela a sua maior autonomia e integração na comunidade. Falámos da autoconfiança que vem revelando a cada nova experiência e sempre que se desafia a fazer algo novo. A D. Laurentina referiu, "foi agradável.", "já faço mais coisas sozinha". No final da chamada, a D. Laurentina ainda agradeceu, dizendo, "obrigada por falares comigo e por estas coisas. Nunca te esqueces de mim, de nós, e de nos ajudar".

Dia 17/8/2021, 15º encontro. O encontro ocorreu na casa da própria D. Laurentina. Ao entrar, a D. Laurentina estava um pouco atarefada (arrumava roupa que tinha lavado) mas rapidamente se envolveu na conversa. Partilhou comigo que o dia dela estava "muito corrido" e que não conseguia estar muito tempo comigo. Entre todos os seus afazeres e com a amabilidade que a caracteriza, ofereceu-se para me fazer um chá. Durante este pequeno momento, falámos ainda sobre a sua

família e a saudade que sente do seu país, sobre a sua saúde e sobre os nossos encontros e o trabalho que temos vindo a fazer. A D. Laurentina revelou ainda que iria jantar com as amigas, também elas da mesma nacionalidade que ela, ao restaurante chinês, coisa que raramente faz. Mostrou-se um pouco apreensiva, mas revelou que as mesmas insistiram bastante para ela ir. Tranquilei-a e reforcei a importância de momentos como este, tanto para se distrair e passar tempo com quem mais gosta, mas, também, no sentido de continuar a treinar aquilo que tem aprendido ao longo de todos estes encontros. Deste modo, alertei-a para a importância de continuar a tentar treinar o seu português, tal como temos vindo a fazer, através dos serviços a que tem recorrido e, se possível, ir falando em casa com o seu marido. A este propósito, a D. Laurentina contou que tinha de marcar uma consulta de rotina e fazer análises clínicas, referiu que gostaria de conseguir fazer sozinha a marcação e, posteriormente, ir sozinha à consulta. Mais uma vez lhe disse que compreendia os seus receios, mas que esta tem vindo a progredir e já está muito mais capaz de o fazer sozinha e que assim deve continuar.

No dia 24/8/21, deu-se o 16º e último encontro (Apêndice G, pp. 120-121) e foi um momento de avaliação desta ação. Houve oportunidade para falarmos de como a D. Laurentina se sentiu ao longo destes encontros, do seu progresso e do que pretende para o futuro. Falámos ainda da reunião que iria ocorrer no sábado com o Professor Aitor Oro e a jurista responsável pelo processo da ilha. Incentivei-a a estar presente, uma vez que tanto na primeira como na segunda reunião não teve possibilidade de estar na íntegra, nas mesmas. No momento da avaliação, disse à D. Laurentina que apesar de estar a terminar a minha permanência na ilha, podia contar comigo sempre que precisasse via chamada telefónica, o que aconteceu nos dias seguintes.

Nos dias que se seguiram, e de forma mais espaçada no tempo, mantive contacto com a D. Laurentina e respetivo marido. Estas ligações serviram essencialmente para saber do quotidiano de ambos, perceber o modo como a D. Laurentina se tem sentido e se estava mais envolvida na comunidade. A D. Laurentina confidenciou numa das nossas conversas, “agora é mais difícil, estou mais sozinha. Mas estou a tentar”. Também este contacto permitiu que não me afastasse de uma forma tão repentina desta família e que continuasse a apoiá-los, embora, mais à distância. Durante as nossas conversas, ambos agradeceram a ajuda e as conversas que tivemos durante estes meses e convidaram-me para me juntar a eles, um dia, em sua casa.

6. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO: AVALIAÇÃO DE PRODUTO

Terminado o desenvolvimento do projeto, torna-se necessário proceder-se à avaliação final do mesmo, a avaliação de produto. De acordo com Stufflebeam e Shinkfield (1995) e Cembranos e colaboradores (2001) é, neste momento, que se reflete acerca dos resultados alcançados durante todo o processo, por via do desenvolvimento do projeto, quer sejam estes positivos ou negativos. Na avaliação de produto reflete-se, assim, sobre o que foi planeado e se este planeamento corresponde ou não às necessidades identificadas pelos próprios sujeitos (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

A avaliação do produto foi fruto da minha reflexão, da colega de MEIS e da mestrande de arquitetura, do grupo de moradores, bem como dos próprios profissionais envolvidos no projeto de requalificação e da proprietária da ilha. Para esta avaliação teve-se em conta todos os discursos e práticas dos demais envolvidos e a sua respetiva análise. Procurou-se sempre escutar ativamente os moradores, não fossem eles os principais protagonistas deste projeto. De uma maneira geral, e tendo em consideração os problemas priorizados na análise da realidade, considera-se que as ações desenvolvidas com o grupo de moradores serviram para dar resposta a estes problemas (problemas cinco, sete, oito, nove e 10), assim como, aos OG e OE estabelecidos e que se pretendiam atingir. Considera-se que estes resultados foram positivos, no sentido em que, através dos momentos de partilha, de reflexão e interação, os moradores sentiram-se mais valorizados, tanto a nível pessoal como social, expressando a sua opinião e envolvendo-se ativamente no projeto de requalificação da ilha onde moram. Em relação aos objetivos, e tal como mencionado anteriormente, os mesmos foram atingidos pelo que se considera que se atingiu a transformação desejada. No decorrer das atividades, o número de participantes foi considerável (uma média de 7 participantes em cada reunião) e manteve-se constante durante os encontros.

Especificamente, e falando das ações, na Ação 1 do eixo 1, os OG 1 e 2 e respetivos OE foram atingidos. Considerando os OE, quanto ao OE1.1, os moradores problematizaram a proposta para a requalificação da ilha inicialmente apresentada, propondo alterações que foram bem acolhidas pela proprietária e pelo arquiteto Aitor Varea Oro, esta alternativa à proposta inicial teve em conta

os seus próprios interesses e dos restantes vizinhos. Os moradores uniram-se e tomaram uma decisão conjunta. Em relação ao OE2.1 os moradores tiveram oportunidade, através das reuniões comunitárias e do esclarecimento de dúvidas por parte da equipa de arquitetura, de estarem melhor informados e conhecerem todos os programas/entidades envolvidas na requalificação. Foram também deixados a cada agregado familiar panfletos/documentos informativos sobre o assunto. Também o OE2.2 foi cumprido, pois ao longo do tempo foi se sentindo um maior envolvimento dos moradores, sendo a participação dos mesmos cada vez mais notada. Os moradores não se inibiram de colocar dúvidas e fazer sugestões. Quanto ao OE2.3, também este foi cumprido, pois, não só surgiu a oportunidade de suscitar debate entre os moradores, como eles próprios, a determinado momento, e após a primeira reunião comunitária, autonomamente sugeriram uma segunda reunião, pois consideraram ser do interesse de todos.

Assim sendo, os objetivos propostos serviram às necessidades dos moradores e, no final, foi possível observar um nível da participação, envolvimento e motivação maior no grupo. Importa ainda refletir sobre a participação constante de uma das moradoras, a D. Patrícia, que desde o primeiro dia mostrou o seu interesse em conhecer mais sobre o projeto de requalificação, bem como sobre o projeto de ambas as mestrandas. Além disso, colocou questões bastante pertinentes no âmbito da ação 1 e embora, involuntariamente, foi assumindo uma postura de líder perante o grupo. Esta moradora acabou por se tornar uma orientadora, quase uma líder informal, para os restantes vizinhos, transmitindo, por vezes, alguma informação que não tivesse ficado esclarecida no momento, ou quando alguns deles não poderiam estar presentes.

Em relação à ação 2, com quem foi desenvolvida uma IPI, mostrou-se igualmente importante na vida da D. Laurentina. É imprescindível referir que antes mesmo do início desta ação já existia uma relação criada com a D. Laurentina, no âmbito do desenvolvimento do eixo 1 do projeto, o que facilitou o processo e possibilitou uma aproximação maior e mais rápida. Esta relação promoveu assim os resultados esperados, o que provavelmente, se assim não fosse, os encontros realizados poderiam não ser suficientes para atingi-los. Nesta ação os encontros pretendiam ser um espaço seguro e de partilha e, deste modo, foi possível perceber que o pretendido foi alcançado uma vez que a D. Laurentina foi se sentindo à vontade em todos os encontros, foi partilhando aquilo que sentia em relação às coisas e aos momentos. Durante os encontros, a D. Laurentina

partilhou o seu dia a dia e as suas preocupações, o que tornou possível conhecê-la melhor, sendo a intervenção a mais individualizada e próxima possível, baseando-se em uma RA.

Neste sentido, esta ação permitiu identificar as características desta moradora, podendo esta reconhecer o que de melhor tem em si; promover a participação na vida quotidiana, uma vez que esta evitava fazê-lo devido à barreira linguística. Reconstruiu-se também um sentimento de maior segurança e confiança em si mesma e nas suas potencialidades. Da mesma forma, verificou-se uma postura mais autónoma e empoderada. Uma outra conquista para a D. Laurentina baseou-se na tomada de consciência de que esta era capaz e que tem capacidades suficientes para ultrapassar a barreira linguística e qualquer constrangimento. O projeto permitiu também que a D. Laurentina desenvolvesse um sentimento de utilidade sobre si, impulsionado pela troca de conhecimentos e intercâmbio linguístico com a mestranda, ao ser possível fazer a tradução das palavras da língua portuguesa para a língua materna da D. Laurentina, e vice-versa. Possibilitou-se, assim, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, o que originou uma maior valorização e satisfação pessoais. Na voz da D. Laurentina, ela cresceu com prazer na ação desenvolvida: “tenho alguém que me escuta, que me compreende”, “eu gosto destes momentos”, “agora sinto-me mais capaz para falar”, “ainda sinto um pouco de medo, mas hoje fui sozinha”.

Na perspetiva dos profissionais, nomeadamente, os arquitetos envolvidos na requalificação da ilha, o projeto foi uma mais-valia, tanto para os moradores como para as entidades envolvidas no projeto de requalificação. Estes consideraram que, com a intervenção de ambas as mestrandas, os moradores tiveram a oportunidade de serem escutados e de lhes ser permitido perceber as suas verdadeiras necessidades que não estão somente ligadas à parte habitacional. Do mesmo modo, estes profissionais confienciaram que o projeto foi importante, na medida em que poderá no futuro trazer mudanças no modo de atuação das entidades envolvidas, pois não se trata apenas de requalificar as habitações, mas estar igualmente envolvido e atento à vida dos moradores.

CONCLUSÃO

Ao concluir o presente relatório, é imprescindível fazer um balanço acerca do desenvolvimento do projeto que aqui se apresenta. Como em todos os projetos, além das mudanças e aprendizagens adquiridas durante o processo, é fundamental refletir acerca das suas limitações. O projeto foi coconstruído com os moradores da ilha, com os profissionais envolvidos na requalificação do espaço e com a proprietária, e este não foi um processo fácil. Ao longo da análise da realidade, ambas as mestrandas do MEIS foram-se debatendo com algumas limitações. Inicialmente, referentes ao pouco contacto entre os moradores e entre estes e a senhoria, causando assim uma distorção da comunicação sobre os assuntos respeitantes à ilha. Além disso, é também de referir o facto de os moradores não terem de imediato conhecido o projeto de requalificação, aquando da nossa integração na ilha, o que gerou um mau estar e corte na relação que tinha vindo a ser construída com alguns dos moradores. No entanto, também de mudanças significativas se fez o projeto.

O projeto “(Re)construir, (Re)qualificar, (Re)significar”, recorrendo à relação de ajuda para o empoderamento das pessoas, seguiu a metodologia de IAP, privilegiou a participação de todos os moradores da ilha, os protagonistas mais vulneráveis neste processo, e teve como objetivo suprir os problemas identificados. Assim, através do convívio diário com estes sujeitos, baseado no estabelecimento de uma relação de proximidade, da escuta ativa, da empatia e da observação foi possível conhecer os moradores da ilha, bem como os seus problemas, necessidades e desejos. Estes moradores tiveram também oportunidade de se conhecer melhor, de se organizarem enquanto grupo para a resolução de um problema comum e, juntos, conseguiram traçar o seu caminho para a prossecução dos objetivos planeados. O projeto foi crescendo ao longo dos meses e o meu envolvimento e da minha colega de MEIS ajudou à aproximação das pessoas.

Os princípios pela qual a metodologia de IAP se rege foram essenciais para a elaboração do projeto; esta metodologia “reconhece que todos somos autores do mundo” (Lima, 2003, p. 207), privilegiando assim os sujeitos como protagonista de toda a ação. Pela participação de todos, conclui-se que, hoje, os habitantes da ilha estão mais próximos de virem a conseguir espaços habitacionais de maior qualidade e mais adequados às suas necessidades e, eles próprios, mais empoderados, conseguiram construir um projeto de requalificação da ilha mais participado,

fazendo-se ouvir junto daqueles que, habitualmente, tomam as decisões sozinhos. A destacar como potencialidades, a disponibilidade, o interesse, o empenho e a curiosidade destes moradores para a transformação da sua realidade. A finalidade do projeto está mais próxima de ser alcançada, mas será importante continuar a auxiliar os moradores no processo de realojamento para outras habitações, durante o processo de requalificação da ilha e, posteriormente, no regresso à ilha para as suas novas habitações. O facto de terem de sair do local onde habitam há tantos anos é para eles um problema, temendo ficarem longe geograficamente e por acreditarem na possibilidade de não regressarem ao local onde viveram por tantos anos. Assim sendo, seria imprescindível acompanhá-los neste processo, auxiliando nas mudanças e tranquilizando os mesmos para o regresso às suas habitações. Seria da mesma forma, essencial, continuar a longo prazo a integração da D. Laurentina na comunidade e continuar a desenvolver as competências de comunicação com a mesma, tornando possível para ela uma melhor vivência em Portugal até ao regresso à sua terra natal. Mais confiante na sua capacidade de aprender, pode ser que, agora, aceite a integração num curso de português como língua não materna.

Durante a construção do projeto, não só nos cruzamos com limitações e problemas, mas é possível também adquirir diversas aprendizagens: a pertinência do trabalho em equipa e a importância de ser transparente na intervenção; não deixar de comunicar nada aos moradores e escutar as opiniões e sugestões dos mesmos; o conhecimento teórico sobre as ilhas e a possibilidade de aprender alguns termos, no que diz respeito à arquitetura.

O trabalho de equipa e colaborativo que se estabeleceu entre a equipa social, constituída pelas duas mestrandas do MEIS, e a equipa de arquitetura da FAUP foi essencial para os resultados do projeto. Julga-se que a arquitetura e a educação social são áreas que não se tocam, no entanto, pela experiência vivida, estas duas áreas podem completar-se: uma, pelo sentido de autonomização e empoderamento dada aos participantes, permitindo a resolução dos seus próprios problemas; outra, por permitir cruzar informação relativa à habitação. Futuramente, deverão existir mais projetos que aliem estas duas áreas, porque não basta partir para a construção das habitações sem primeiro conhecer as verdadeiras necessidades de quem as habita. Desenvolver um projeto deste âmbito não transformou só a vida dos moradores da ilha, mas fez com que eu própria me transformasse enquanto pessoa e profissional. É caso para dizer que cresci, fazendo os outros crescer.

REFERÊNCIAS

- Agostini, N., & Silveira, C. (2018). A educação segundo Paulo Freire: da participação à libertação. *Reflexão e Ação*, 26(1), 149-164. Consultado a 27 de agosto de 2021 de https://www.researchgate.net/publication/329797045_Conscientizacao_e_Educacao_acao_e_reflexao_que_transformam_o_mundo
- Amado, J. (2013). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Boni, V., & Quaresma, J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(3), 68-80. Consultado a 25 de fevereiro de 2021 de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>
- Boutinet, J.P. (1990). *Antropologia do projeto*. Lisboa. Instituto Piaget.
- Cembranos, F., Montesinos, D. H., & Bustelo, M. (2001). *La animación sociocultural: Una propuesta metodológica*. Barcelona: Editorial Popular.
- Correia, M. (2009). A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, 13(2), 30-36. Consultado a 19 de dezembro de 2020 de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23968/1/2009_13_2_30-36.pdf
- Corpa, E, Hito, P., & García, J. (2010). La investigación-acción-participativa. Una forma de investigar en la práctica enfermera. *Investigación Y Educación Enfermería*, 28(3), 465-474. Consultado a 11 de novembro de 2020 de <https://www.redalyc.org/pdf/1052/105215721017.pdf>

- Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J. R. C., & Vieira, S. R. (2009). *Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativas*. Portugal: Universidade do Minho. Consultado a 8 de novembro de 2020 de https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10148/1/Investiga%c3%a7%c3%a3o_Ac%c3%a7%c3%a3o_Metodologias.PDF
- Coutinho, C. (2013). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Damo, A., Moura, D., & Cruz, R. (2011). Conscientização em Paulo Freire: consciência, transformação e liberdade. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (11), s.p. Consultado a 11 de agosto de 2021 de <https://www.eumed.net/rev/cccss/11/dmc.htm>
- Gadotti, M. (1996). A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho. In M. Gadotti (org.), *Paulo Freire: uma bibliografia* (pp. 1-8). São Paulo: Cortez Editora. Consultado a 11 de agosto de 2021 de <http://www.memorial.paulofreire.org/pdfs/A%20voz%20do%20biografo%20brasileiro%20A%20pratica%20a%20altura%20do%20sonho.pdf>
- Grabauska, C., & Bastos, F. (2001). Investigação-ação educacional: possibilidade crítica e emancipatórias na prática educativa. In M. Rejane & C. Saito (Org.), *Investigação-Ação: Mudando o trabalho de formar professores* (pp. 3-148). Belo Horizonte: s.n.
- Guerra, M., & Lima, L. (2005). *Intervenção psicológica em grupos em contextos de saúde*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Guerra, I. (2010). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação. O planeamento em ciências sociais*. Estoril: Principia Editora.
- Lima, R. J. S. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão ... com os pés assentes na terra. A animação comunitária* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Porto, Porto, Portugal. Consultado a 8 de novembro de 2020 de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53042>

- Matos, F., & Rodrigues, R. (2009). As ilhas do Porto: Lugares de resistência. *Revista eletrônica de Geografia*, 1(1),33-57. Consultado a 7 de janeiro de 2021 de <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/AsIlhasdoPortoLugaresdeResistencia.pdf>
- Mendonça, M. (2002). *Ensinar e aprender por projetos*. Porto: ASA Editores.
- Monteiro, A. (1996). A avaliação nos projetos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. *Sociologia- Problemas e Práticas*, (22), 137-154. Consultado a 2 de junho de 2021 de: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/834/1/9.pdf>
- Montrond, D. (2021). "(Re)contruir, (Re)qualificar, (Re)significar": *Um projeto de intervenção psicossocial com pessoas em situação de vulnerabilidade social numa ilha do centro do Porto* (Relatório de Projeto não publicado). Instituto Politécnico do Porto, Porto.
- Nico, L., & Nico, B. (2017). Educação Comunitária: da animação ao desenvolvimento. *Estudios e Investigación en Psicología Y Educación*, (5), 233-237. Consultado a 11 de agosto de 2021 de <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/26739/1/BN.AR.RV.11.pdf>
- Oliveira, C. (2015). *Habitação operária proposta de reabilitação: o caso das ilhas do Porto* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade da Beira Interior, Beira Interior, Portugal. Consultado a 12 de outubro de 2020 de <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/5071>
- Oro, A.,Vieira, P., Travasso, N., & Almeida, M. (2019). Nem perpetuar nem erradicar: uma proposta de transição para as ilhas do Porto. *Revista De Morfologia Urbana*, 7(1). Consultado a 12 de outubro de 2020 de <http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/65>
- Freire, P. (1921). *Conscientização: teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de paulo freire*. Consultado a 14 de agosto de 2021 de https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.pdf

- Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido* (11ª. ed.). São Paulo: Paz e Terra S/A. Consultado a 14 de agosto de 2021 de http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf
- Pereira, G. (1996). *População e sociedade*. Porto: Centro de Estudos da População e Família.
- Pereira, G. (2011). As Ilhas nos percursos das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX. In C. Santos (Ed.), *Família, Espaço e Património* (pp. 477- 493). Porto: s.n. Consultado a 5 de dezembro de 2020, em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63550/2/gasparpereirailhas000163659.pdf>
- Portal da Habitação (2019). *1ª Direito*. Consultado a 28 de dezembro de 2020 de <https://www.portaldahabitacao.pt/1.%C2%BA-direito>
- Riba, F. D. (2012). *Metodologias de análisis de la realidad global y local*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida.
- Rodrigues, F., & Tarsi, E. (2020). Direito à habitação e à cidade justa: Críticas e contribuições à nova geração de políticas de habitação em Portugal. In M. Silva., F. Rodrigues., J. Lopes., A. Fontes., & T. Mora (Org.), *Por uma habitação básica- cidadania, democracia associativa e metodologias participativas* (pp. 9-287). Porto: Edições Afrontamento.
- Rogers, C. (1985). *Tornar-se pessoa*. (7ª ed). Lisboa: Moraes Editores.
- Santos, B.S. (1987). *Um discurso sobre as ciências* (5ª edição). Porto: Edições Afrontamento. Consultado a 3 de junho de 2021 em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1979672/mod_resource/content/1/SANTO_S%20Um%20discurso%20sobre%20as%20ci%C3%A7ncias_LIVRO.pdf
- Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de projetos sociais: casos práticos*. Porto: Porto Editora.
- Simões, J., Fonseca, M., & Belo, A. (2006). Relação de ajuda: Horizontes de existência. *Revista Referência*, 2(3), 45-54. Consultado a 3 de maio de 2021 em <http://www.index-f.com/referencia/2006pdf/45-2006-dec.pdf>

- Soriano, J. (2005). *Los procesos de la relación de ayuda*. Bilbao: Biblioteca de Psicología.
- Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1995). *Evaluación sistemática, guía teórica y práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Teixeira, M. C. (1996). *Habitação popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Timóteo, I. (2010). *Educação social e relação de ajuda: Representações dos educadores sociais sobre as suas práticas* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Évora, Évora, Portugal. Consultado a 3 de maio de 2021 de <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19122>
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: Clarificação de sentidos. *Sensos*, 2(1), 11 - 26. Consultado a 3 de maio de 2021 de <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6296/1/Sensos%203%20-%20Educacao%20Social.pdf>
- Veiga, S., & Vieira, C. (2018). Início e desenvolvimento de uma relação de ajuda profissional. *Sensos-e*, 5(2), 62-75. Consultado a 13 de agosto de 2021 em, <https://parc.ipp.pt/index.php/sensos/article/view/2561>

ANEXOS

A. CONSENTIMENTO INFORMADO

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

As/os mestrandas/os formam acolhidas/os, para o desenvolvimento do projeto numa das suas respostas sociais /desenvolve o projeto no contexto da sua atividade profissional. O envolvimento dos participantes é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

As/os mestrandas/os elaborarão um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da instituição. Este documento, que tem o nome da instituição e do/participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de 5 anos.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

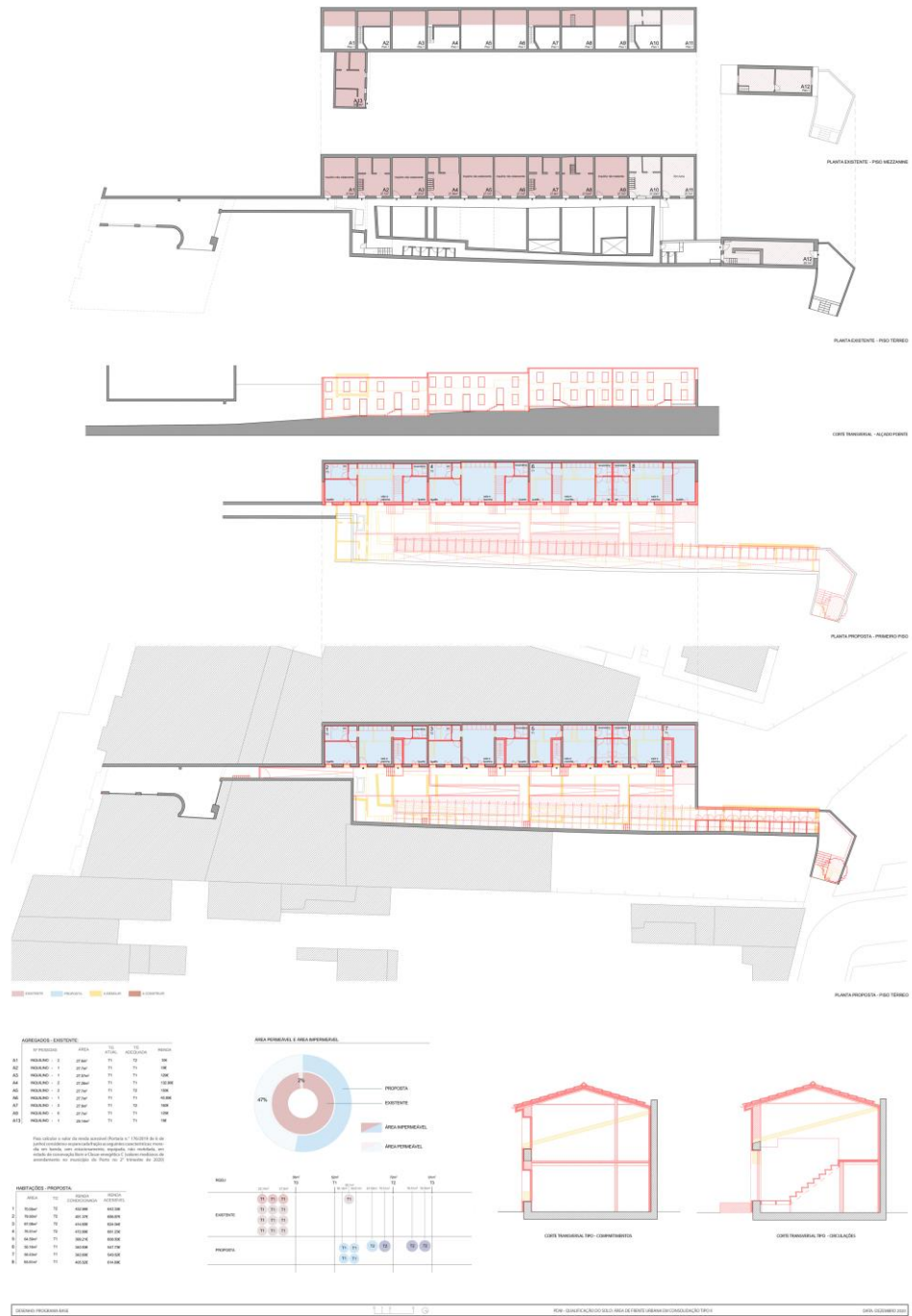
Confirmando que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com as/os mestrandas/os. Confirmando, ainda, que, atempadamente, fui

informado oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social. Autorizo que as/os mestrandas/os _____ desenvolvam o projeto de intervenção social com _____.

(Local, Data)

(Assinatura)

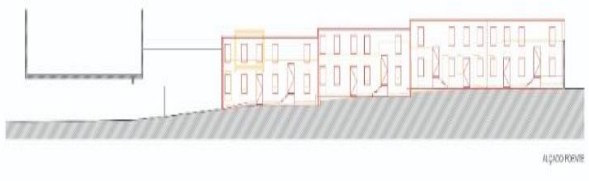
B. PROPOSTA BASE DE REQUALIFICAÇÃO DA ILHA





PLANTA PROXIA - PRIMER PISO

PLANTA PROXIA - SEGUNDO PISO



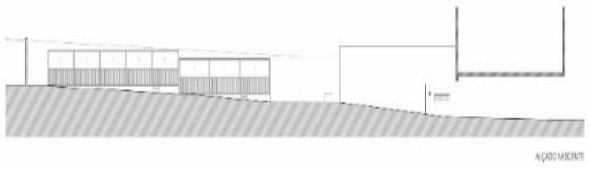
ALZADO NOROCCIDENTE



CORTE TRANSVERSAL COMPARTIMENTOS



PERFIL ACCESO



ALZADO SURESTE



CORTE TRANSVERSAL EDUCACION

PROGRAMA BASE

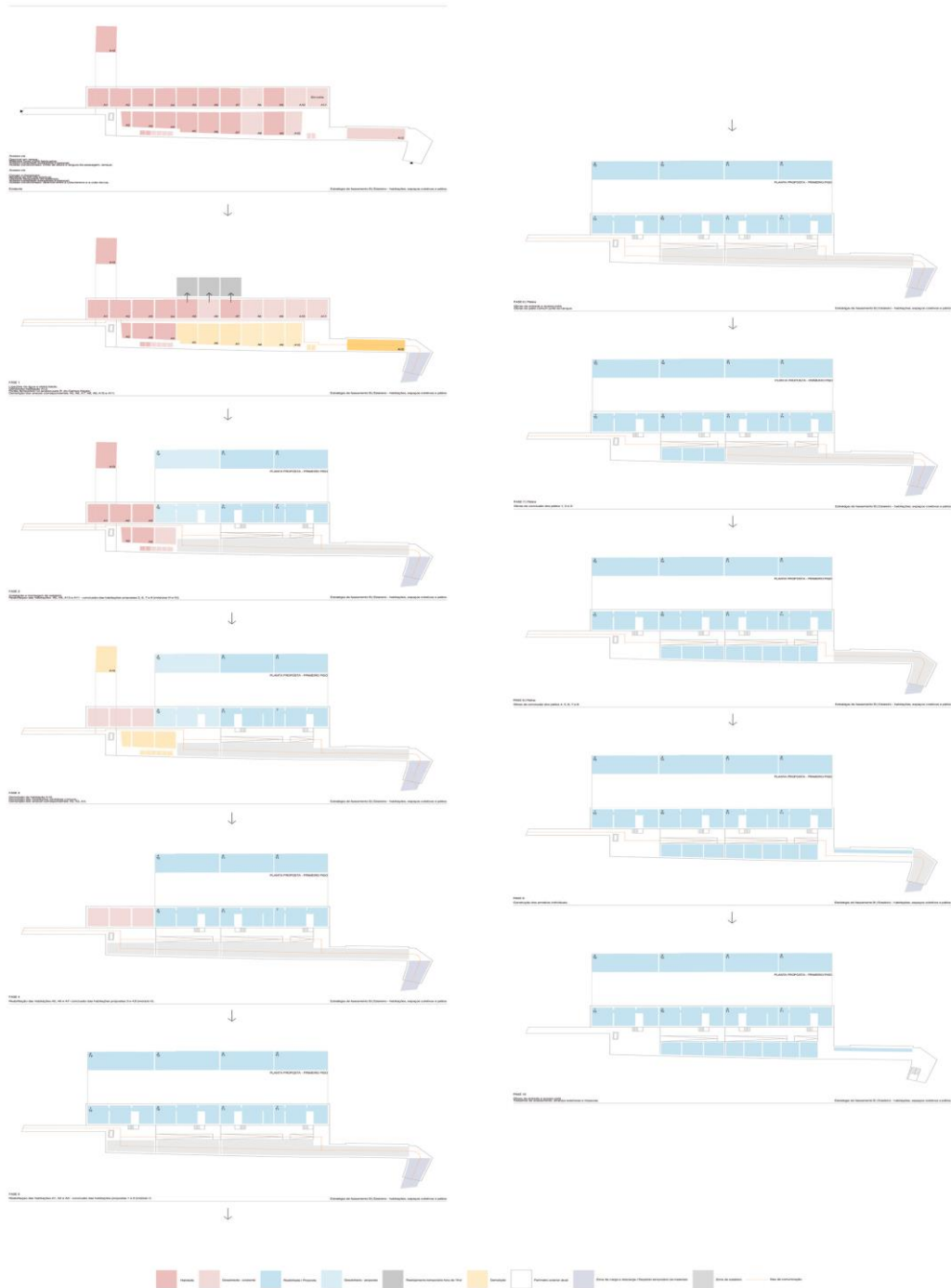
EXISTENTE
 PROXIMA
 A DOBLAR
 A CONSTRUIR

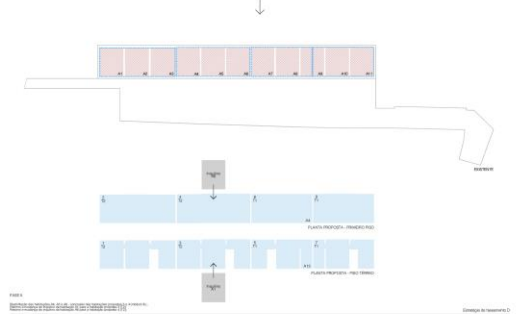
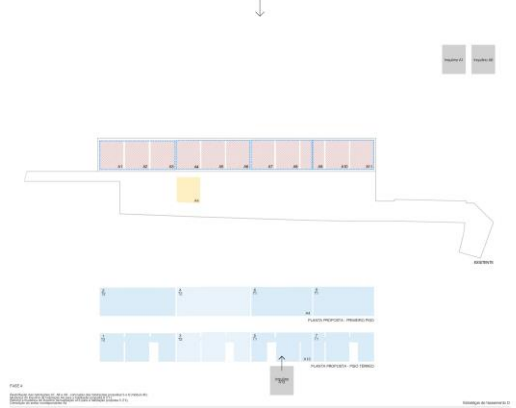
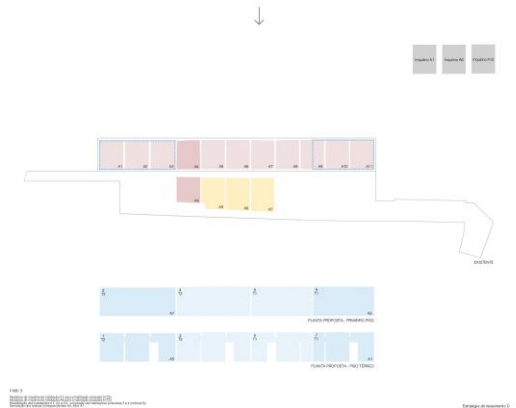
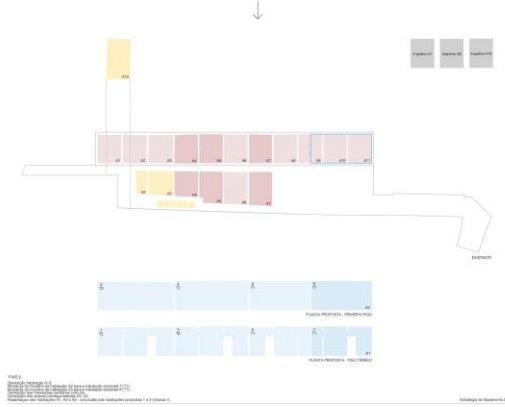
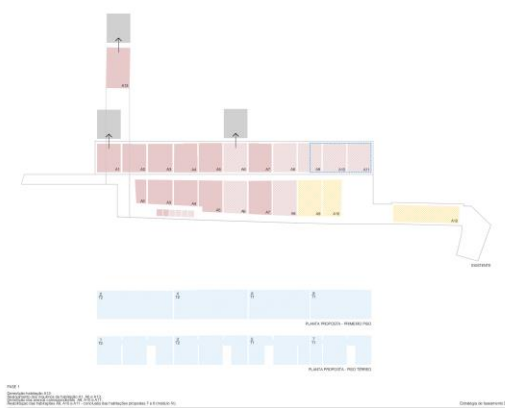
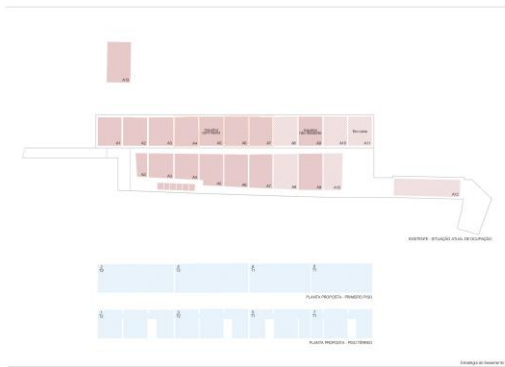
C. FOTOS DE SUGESTÃO DE PÁTIOS





D. PROPOSTA DE FASEAMENTO, B E D





APÊNDICES

Os apêndices A, B, C, D, E e F que constam neste relatório de projeto foram escritos em coautoria com a mestranda Duda Montrond (2021). Apenas o apêndice G, referente aos encontros com a D. Laurentina, é da minha autoria.

A. ANÁLISE DA CANDIDATURA

Esta análise diz respeito à Proposta de Reabilitação da Ilha, apresentada pelos arquitetos, no “Workshop Arquitetos de Família- Edição 3”, à proprietária da Ilha. Inicialmente, no documento é apresentada uma descrição e caracterização dos espaços físicos da ilha, bem como das casas existentes. Além disso, é apresentada a caracterização da Intervenção/Projeto da ilha e, por fim, a proposta de Construção. Neste sentido, e tendo em conta o primeiro tópico, os arquitetos caracterizam a ilha, apresentando as fragilidades das habitações que não têm condições mínimas de habitabilidade. Pois, além dos espaços serem reduzidos e existir fragilidade estrutural, existem outros problemas ligados à ventilação, iluminação, humidade e isolamento térmico. Nesta proposta é descrita a planta da ilha, onde são apresentadas a tipologia de construção das habitações, as dimensões arquitetónicas das trezes habitações (incluindo, anexos e respetivas instalações sanitárias exteriores, sendo estas instalações usadas apenas por três moradores desta ilha). Uma das condições para esta proposta, é que se seja garantida a permanência dos atuais inquilinos.

De forma a rentabilizar os custos, as habitações devolutas devem ser demolidas, diminuindo assim o número de fogos, de treze para 9 (6 fogos T1 e 3 fogos T2). É importante mencionar que, atualmente, há 9 casas habitadas, sendo que, em uma delas, o inquilino se encontra a residir fora do país e, por esse motivo, poderá ser excluído desta reabilitação visto que esta não é a sua habitação permanente. Assim sendo, esta proposta poderá sofrer alterações para 5 fogos T1. Posto isto, é-nos apresentada a caracterização da intervenção proposta, cujo intuito passa por melhorar as condições habitacionais dos espaços da ilha. Uma vez que a proprietária da mesma não tem recursos próprios para a elaboração destas obras, recorreu ao “Programa Primeiro Direito”, que tem como objetivo assegurar o acesso a uma habitação digna a pessoas que vivem

em condições precárias e que não possuem recursos financeiros para conseguirem uma solução habitacional adequada. Assim, este programa dirige-se aos proprietários, a quem é disponibilizado financiamento a fundo perdido para a reabilitação do próprio edificado.

Nesta proposta, manter-se-ão as casas habitadas (que irão ser reabilitadas) e, apenas irão ser demolidas as habitações número 12 e 13 por ser, respetivamente, a casa que limita o acesso à rua secundária e a casa ponte. Além disto, também os anexos e instalações sanitários exteriores irão ser demolidos. O espaço da ilha irá ficar mais amplo, permitindo a existência de um espaço de convívio/lazer para os habitantes e onde é possível o cultivo de pequenas hortas.

Também nesta reabilitação existe uma preocupação acrescida no que toca às questões de acessibilidade, tornando possível a existência de rampas de acesso para as habitações, a substituição das escadas existentes no interior das habitações e a criação de habitações térreas, devido à idade avançada de alguns moradores (propõem-se assim quatro habitações térreas e outras quatro no segundo piso com dois T1 e dois T2 em cada andar).

Por fim, no que concerne à proposta de construção, é-nos apresentado alguns pormenores das estruturas internas das habitações e os respetivos materiais para a construção das paredes, janelas, fachadas, telhados, entre outros das habitações. É de salientar que para este projeto todos os materiais usados vão ao encontro do conforto ambiental e espacial, tendo em conta os baixos recursos disponíveis.

Analisando a proposta e todos os aspetos supracitados, podemos verificar que a candidatura corresponde a grande parte das necessidades dos moradores no que concerne à qualidade e conforto ambiental e espacial, atende à melhoria das condições de salubridade e habitualidade e, ainda, procura promover um impacto positivo na condição de saúde dos moradores. Contudo, apesar de o programa defender uma reabilitação que considera os baixos recursos financeiros disponíveis e que pode recorrer a apoios estatais que visam melhorar as soluções da reabilitação, os beneficiários desta ação acabam por ser os proprietários e não os inquilinos.

Neste caso, e tendo em conta que esta proposta devia privilegiar os interesses dos moradores, as alterações feitas visam apenas a parte estrutural. Sentimos, assim, que alguns aspetos partilhados pelos moradores foram escutados, mas não foram discutidos com os mesmos, no sentido de se perceber se as alterações vão ao encontro das condições de vida e recursos que estes dispõem. Referimo-nos ao valor das rendas a pagar que podem sofrer alterações

significativas. Este valor é incomportável tendo em conta o nível socioeconómico destes habitantes.

Por fim, sentimos que esta proposta devia ter sido apresentada e discutida com os moradores para que os seus interesses fossem salvaguardados, sobretudo, nesta questão.

B. GUIÃO DE ENTREVISTA AOS MORADORES

A presente entrevista é realizada no âmbito da Unidade Curricular *Projeto*, do Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Porto, tendo como objetivo a recolha de dados acerca das pessoas que habitam a Ilha. Pretende-se com esta entrevista conhecer as pessoas que habitam nesta ilha e perceber as suas representações acerca do lugar onde moram. Para isso, solicitamos a sua participação, que será voluntária, podendo interromper a entrevista em qualquer momento. Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos pedimos a sua autorização para a gravação áudio da entrevista. As informações recolhidas serão analisadas e utilizadas exclusivamente para este projeto, mantendo o anonimato da pessoa entrevistada e assegurando a confidencialidade das informações recolhidas. A assinatura neste documento representa:

1. a sua autorização para a realização da entrevista
2. para a gravação áudio da entrevista
3. para a utilização das informações para a finalidade prevista e apresentada acima

Obrigada pela sua disponibilidade e colaboração!

Assinatura do/a entrevistado/a

Objetivos:

1. Recolher dados sociodemográficos;
2. Perceber o tempo de permanência e como vieram morar para a ilha;
3. Conhecer e estabelecer um maior contacto com os moradores, reconhecendo-os como parte integrante e importante nesta investigação;
4. Compreender como é viver na ilha e como observam, usam o espaço da ilha/casa. (espaços de encontro);
5. Compreender qual é a sua visão relativamente à ilha (situar no tempo – o antes e o agora).
6. Entender o seu papel/posicionamento, o que realmente pensam e desejam para si, para a ilha;
7. Perceber se têm retaguarda familiar;
8. Perceber quais são as dificuldades/problemas, bem como as potencialidades que se podem encontrar na ilha, nas pessoas e no seu quotidiano;
9. Perceber qual e como é a sua relação com os outros moradores/dinâmica relacional;
10. Perceber as suas rotinas;
11. Compreender como se sentem relativamente às suas dificuldades (financeiras, habitacionais, outras);
12. Identificar a que serviços e espaços da cidade recorrem e como os utilizam;
13. Conhecer a forma como se descolam pela cidade;
14. Perceber como é feita a manutenção das habitações.

Ficha Biográfica do Habitante da Ilha

Sexo: _____	Nº da Habitação: _____
Idade: _____	
Estado Civil: _____	
Agregado Familiar:	
Filhos- Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Nº de filhos _____	
Idade _____	

- 1- Como se chama? Qual a sua naturalidade?
- 2- Qual é a sua idade?
- 3- Qual o seu estado civil?
- 4- Tem alguma formação académica? Se sim? Qual?
- 5- De momento, encontram-se no ativo? Se sim, qual é a sua profissão?
- 6- Há quanto tempo habita nas ilhas? De que forma chegou até às ilhas?
- 7- Como é habitar nesta casa? O que sentiu quando viu a casa que habita, a primeira vez?
Como tem sido viver nesta casa/neste lugar?

- 8- Com quem habita nesta casa?
- 9- Gosta de habitar na ilha/neste lugar? Pode falar um pouco sobre o que mudaria, o que faz mais falta, o que atrapalha?
- 10- Como é viver nesta rua? Quais vêm sendo as maiores facilidades ou dificuldades em habitar nesta ilha? Nomeadamente, no que diz respeito à casa, ao lugar.
- 11- Como é a sua casa?
- 12- Pode falar-nos um pouco da sua rotina?
- 13- A sua família viver perto? Quando precisa de algum tipo de apoio, conta com quem? Com amigos? Com família?
- 14- Conhece os seus vizinhos? Encontram-se em espaços comuns? Como é a relação entre todos?
- 15- Quais são os espaços de encontro na ilha? Celebra-se alguma festividade?
- 16- Como são os dias de Inverno aqui? Como são os dias de Verão?
- 17- Como é que se desloca da ilha para outras zonas da cidade? Tem transporte próprio? Há acessos facilitados, como por exemplo, rede de transportes, para poder aceder a diversos serviços tais como, escola, trabalho, serviços sociais, serviços de saúde?
- 18- Como tem sido a sua saúde? Tem alguma doença específica ou apresenta dificuldades de mobilidade?
- 19- Quando precisam de resolver alguma questão relacionada com a casa a quem recorrem? Podem mudar alguma coisa por vossa iniciativa? O que mudariam?

C. QUADRO INFORMATIVO COM OS DADOS DOS MORADORES

Famílias	Sexo	Nomes Fictícios dos moradores	Nº de agregados	Relação Familiar	Idades	Estado Civil	Situação Profissional	Tempo de permanência na ilha
I	F	Ângela	2	Mãe	94	Viúva	Reformada	60 anos
	M	Fábio		Filho	54	Solteiro	Auxiliar de Ação Educativa no Agrupamento de Escolas X	40 anos
II	M	Joaquim	1	-	83	Viúvo	Reformado	40 anos
III	F	Hélia	1	-	43	Solteira	Funcionária num café, e empregada doméstica em 3 casas	8 meses
IV	M	Valentim	2	Marido	64	Casados	Segurança	20 anos
	F	Laurentina		Mulher	60		Cozinheira num lar de idosos.	
V	F	Sofia	2	Mãe	30	Solteira	Copeira numa confeitaria	3 anos
	M	Bernardo		Filho	12	Solteiro	Estudante	
VI	M	João	2	Marido	61	Casados	Encarregado de construção civil em obras públicas e engenheiro técnico de segurança no trabalho.	39 anos
	F	Viviana		Mulher	61		Trabalha como empregada domésticas	
VII	M	Francisco	3	Marido	59	Casados	Funcionário numa Peixaria	32 anos
	F	Patrícia		Mulher	55		Técnica de Farmácia	
	F	Manoela		Filha	30	Solteira	Trabalha num escritório	30 anos
VIII	F	Inês	1	-	62	Divorciada	Trabalha com Idosos ao Domicílio como cuidadora Informal	63 anos
IX	M	Jacinto	1	-	74	Casado	Reformado	72 anos

D. GUIÃO DE ENTREVISTA À PROPRIETÁRIA DA ILHA

Objetivos:

1. Dar a conhecer o nosso papel enquanto investigadoras;
2. Conhecer e estabelecer um maior contacto, reconhecendo-a como parte integrante e importante nesta investigação;
3. Perceber o interesse da senhoria perante o trabalho que estamos a desenvolver;
4. Entender o seu papel/posicionamento, o que realmente pensa e deseja para si (enquanto proprietária), para a ilha e para os moradores;
5. Perceber qual e como é a sua relação com os moradores;
6. Compreender qual é a sua visão relativamente à ilha (situar no tempo – o antes e o agora).
7. Perceber quais são as dificuldades/problemas, bem como as potencialidades que se pode encontrar na ilha;
8. Compreender como se sente relativamente às dificuldades (financeiras e habitacionais);
9. Compreender os acontecimentos mais importantes ao longo destes anos em que se tornou senhoria (sobretudo acerca da história da ilha);
10. Perceber a questão das obras e a negociação com os moradores;
11. Qual o seu interesse nesta reabilitação;
12. Compreender qual acha que deve ser o seu papel ao longo deste processo;
13. Perceber que entreves e que vantagens vê relativamente à reabilitação, aos programas;

Entrevista

- 1- Como se chama? Qual é a sua naturalidade?
- 2- Qual é a sua idade?
- 3- Onde mora?
- 4- Tem alguma formação académica? Se sim? Qual?
- 5- De momento, encontram-se no ativo? Se sim, qual é a sua profissão?
- 6- Há quanto tempo a ilha está com a sua família? E na sua posse?
- 7- Como se sente em relação à ilha? O que sentiu quando viu a ilha pela primeira vez?
- 8- Quais são os aspetos positivos desta ilha? Que problemas vê ou sabe que existem?
- 9- Como é a sua relação com os moradores? Gostaria de ter outra relação com os moradores? Quais considera que foram as principais mudanças e dinâmicas dos/com os moradores?
- 10- Tem alguma lembrança histórica da ilha? Pode falar um pouco sobre esta ilha?
- 11- Como funciona atualmente a gestão e a manutenção da ilha? Como funciona a questão das obras? Como foi sendo este processo ao longo dos anos?
- 12- Já teve algum problema com a ilha?
- 13- Já teve alguma proposta de compra?

- 14- O que a motivou a querer fazer a reabilitação a ilha? Já quis reabilitá-la em outro momento? Com que fins? Por que não prosseguiu com o processo?
- 15- O que é importante para si, quais os aspetos mais importantes no processo de reabilitação?
- 16- Que entraves vê? E que oportunidades?
- 17- Qual acha que é o seu papel neste processo todo?
- 18- Como veio a saber sobre o Programa 1º Direito?
- 19- Qual é a sua opinião sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Habitar Porto? Quais são os contributos? E os constrangimentos? Como veio a saber do programa?
- 20- Qual é a sua opinião sobre as políticas de habitação? Que problemas encontra? Que benefícios vê? Sente necessidade de algum outro tipo de apoio? Sente necessidade de algum tipo de reforma no sistema?
- 21- O que pensa para o futuro desta ilha?
- 22- Pretende fazer novos contratos de arrendamento? Como é que fica aqueles contratos que estão prestes a acabar?
- 23- Existe alguma situação em que uma casa alugada pelos pais tenha passado a ser alugada pelos filhos, isto é, o arrendamento passou de pais para filho/os?
- 24- Qual é para si a importância do nosso trabalho com os moradores?

E. OBJETIVOS REUNIÃO COMUNITÁRIA I E II

Reunião Comunitária I- Objetivos:

1. Apresentar o projeto de requalificação da ilha aos moradores;
2. Analisarmos, em conjunto, o projeto de requalificação da ilha
3. Perceber as consequências e as implicações durante e depois da requalificação das casas para os moradores (e para a senhoria)
4. Criar um espaço para senhoria, inquilinos e técnicos falarem sobre as questões ligadas à reabilitação, em partilha com os demais;
5. Perceber qual a visão dos moradores, senhoria e técnicos sobre os problemas e potencialidades da reabilitação;
6. Desenvolver uma comunicação entre todos, baseada no consenso e na partilha dos seus interesses

Reunião Comunitária II- Objetivos:

1. Apresentar a revisão do Programa Base, com referências aos espaços e materiais para apreciação dos moradores;
2. Apresentar e analisar, em conjunto com os moradores, as opções de faseamento das obras;
3. Perceber as consequências e implicações das opções de faseamento;
4. Avançar com a proposta, a partir de um consenso baseado na informação e na construção de possibilidades conversadas em conjunto;
5. Analisar com os moradores as suas dúvidas, condições e perguntas sobre a reabilitação da ilha

F. OBSERVAÇÕES REUNIÃO COMUNITÁRIA II

Devido à limitação de páginas e ao facto de terem surgido diversas dúvidas durante esta reunião, colocamos em apêndice algumas observações respeitantes à mesma.

A mestranda de arquitetura explicou que todos os pátios teriam uma parte coberta e que o pavimento poderia ser em microcubo ou ter uma área de cultivo em terra para os que querem ter uma pequena horta, tornando-se um espaço com uma área permeável, tendo todos uma chave. Apesar de ter uma dimensão muito mais pequena daquela que foi pensada inicialmente, para os que têm interesse em manter o espaço coletivo, preserva-se este, junto ao espaço onde se encontra o tanque na entrada principal da ilha. Inicialmente a nossa colega de arquitetura tinha feito quatro propostas de faseamento, no entanto, duas semanas antes, ao nos apresentar as propostas, consideramos que duas delas não eram vantajosas e poderiam gerar ainda mais constrangimentos. Enquanto mestrandas de EIS analisamos em conjunto com a mestranda de Arquitetura as quatro hipóteses, das quais vimos que duas delas implica ficar na ilha, todavia os inquilinos teriam de estar em constante mudança das casas dentro da própria ilha. Para além deste constrangimento, de estar sempre em mudança, as próprias tipologias não são correspondentes ao número do agregado de cada família, pelo que o espaço não seria de todo ajustado a cada família e traria outras implicações, como por exemplo no pagamento da luz, água, etc. Ao longo da reunião foram colocadas diversas perguntas, entre elas: As obras ocorrendo em fases, é possível que o apoio à renda seja pelo período da mesma e não apenas de 18 meses? ; Quais são as opções de realojamento? ; Quais são os mecanismos de segurança, de garantia de retorno à habitação após o processo das obras? ; O que pode levar ao despejo? Os moradores presentes pediram para que as respostas fossem dadas pelas entidades envolvidas o mais breve possível, afirmando que não desvalorizam o nosso trabalho, mas que há respostas que não podem ser dadas por nós. "Vocês sabem que nós convosco nos entendemos durante este tempo todo, falamos com vocês, pusemos as dúvidas e vocês nos responderam, só que eu acho que devia ter um representante aqui, uma vez que depois vamos ter de fazer escolhas..." (Sra. Patrícia). Entendemos que apesar de confiarem no nosso trabalho e sentirem que estamos presentes para apoiá-los, a falta de respostas faz com que se sintam mais angustiados e ansiosos, mesmo tendo acesso a diversas informações transmitidas e fornecidas por nós.

G. RELATO DOS ENCONTROS NO ÂMBITO DA AÇÃO 2 “PORTUGAL E EU” DESENVOLVIDA COM A D. LAURENTINA

Dia 15/7/2021, sétimo encontro. Já no interior da habitação da D. Laurentina e a tomar o chá que gentilmente me ofereceu, conversamos sobre os locais que ela gostava de frequentar e que não teve possibilidade de visitar pela dificuldade que tem na língua portuguesa. A D. Laurentina estava bem disposta, mas curiosa e um pouco apreensiva sobre o que podíamos fazer, “há muitos sítios onde eu não fui. Não sei. Vou sempre acompanhada, sozinha nunca vou, percebes?”. A D. Laurentina referiu que quase nunca fala com ninguém, só com os vizinhos da ilha e muito raramente e é só quando os encontra nos corredores e, mesmo no trabalho, faz as suas limpezas nas casas dos patrões e passa o dia sem falar. Neste sentido, a interação com a comunidade e com os serviços locais é pouca ou, quase nenhuma. Existe assim necessidade de não somente orientar a D. Laurentina em relação a questões básicas da comunicação, mas, também, envolvê-la na vida em comunidade. Assim sendo, a D. Laurentina mencionou alguns locais do seu interesse como, a padaria, o hospital/centro de saúde, o banco, os próprios comércios locais, os correios, o banco entre outros. Optamos primeiramente por nos concentrar na padaria, sugestão feita pela D. Laurentina que me disse que na sua terra natal tinha mais liberdade para andar pela cidade e fazer as suas coisas do que aqui em Portugal. “É uma coisa tão simples e que eu mesma na minha terra fazia sem problema”. Um pouco incomodada com a situação e apesar de ter sido ideia da mesma, desvalorizou um pouco dizendo que, “é apenas uma ida à padaria”. Tranquilizei a D. Laurentina para o facto de que se começa pelas pequenas coisas para que depois se possam atingir grandes objetivos. Referi que se na sua terra natal era independente e saía sozinha para ir ao café, à biblioteca ou a outro local do seu interesse, também irá ser capaz de o fazer num país que não é o dela pois, é importante que enquanto não regressar ao seu país, interaja, conviva e comunique, para que o fator língua, não se torne um fator limitador e desconfortável para o seu dia a dia em comunidade. A D. Laurentina tem sobretudo de sair da sua zona de conforto, tem de se desafiar e tomar consciência de que não está a ser alvo de nenhuma avaliação, tal como era feito na sua sala de aula quando esta era aluna. Garanti à D. Laurentina que cada um de nós tem qualidades, interesses e modos de fazer diferentes, mas, todos somos bons em cada uma das coisas que fazemos, também ela devia assim acreditar nas suas capacidades e permitir-se a tentar. A D. Laurentina, sorriu e mais uma vez voltou a dizer-me que não era boa em línguas e então nunca se

tinha esforçado para mudar o rumo da sua situação. Neste sentido, mostrei o meu interesse em ajudá-la e começamos a pensar conjuntamente em frases e palavras chaves que possam servir para a situação real em questão e construímos o seguinte guião.

Guião- Padaria

D. L: Olá, boa tarde. Quero uma mesa para quatro por favor.

Funcionário: Boa tarde. Claro, acompanhe-me por favor.

Funcionário: Podem ficar nesta mesa, trago já o menu.

D. L: Muito Obrigada.

Funcionário: Aqui está. Hoje temos um menu especial, um pastel de nata e um café é 1,50€.

D. L: Obrigada, vamos ver o menu e escolher. Já chamamos o Senhor.

Funcionário: Já escolheram ou precisam de mais tempo?

D. L: Já escolhemos.

Funcionário: O que vai ser então?

D. L: São dois cafés, um deles cheio. Queremos também dois pães torrados com manteiga, um sumo natural de laranja e um pastel de natal. Pode trazer também uma garrafa de água e um éclair.

Funcionário: Já anotei o pedido, trago já.

D. L: Obrigada.

Funcionário: Aqui está o vosso pedido. Está tudo certo?

D. L: Muito obrigada. Falta só o pastel de nata. O resto do pedido está aqui todo.

Funcionário: Vou já trazer. Querem mais alguma coisa?

D. L: Não, é só obrigada.

(Depois de trazer o pastel de nata e de lançarem, é hora de pedir a conta)

D. L: Desculpe, pode vir cá por favor?

Funcionário: Diga, o que deseja?

D. L: Quero a conta por favor.

Funcionário: Trago já. Vai pagar com dinheiro ou multibanco?

D. L: Dinheiro por favor.

Funcionário: Aqui está, são 10€.

Funcionário: Trago já o seu troco.

D. L: Obrigada.

(o funcionário dirige-se à mesa)

Funcionário: O seu troco. Obrigada e voltem sempre, boa tarde.

D. L: Muito Obrigada. Boa tarde e bom trabalho.

O guião foi pensado e escrito pelas duas. A D. Laurentina não mostrou muita dificuldade e foi ao longo do desenvolvimento do mesmo dizendo algumas palavras/frases que podíamos colocar no guião. A D. Laurentina não conhecia algumas palavras e eu tive de explicar de outra forma para que a mesma percebesse, além disso, pedi que a mesma me traduzisse estas palavras para

a sua língua, para que eu mesma fosse aprendendo também. Esta troca de saberes foi desde logo “combinada”. A D. Laurentina referiu também que desconhecia esta técnica e que era uma boa técnica de aprendizagem tanto em contextos como estes como em contextos mais formais. Apesar de algumas dúvidas e de alguma hesitação por algo que não lhe era familiar e por sentir esta dificuldade na língua portuguesa, a D. Laurentina foi mudando a sua postura ao longo do encontro mostrando-se cada vez mais desinibida ao longo do tempo. Referiu que tinha sido uma boa experiência e pediu desculpa por demorar algum tempo a perceber as palavras e fazer-se expressar, “desculpa. Mas não percebi o que disseste”, “não vale a pena, não sei explicar”, “isto quer dizer o quê?”. Durante o encontro e já no final, “obrigada, foi uma boa experiência. Mas desculpa por demorar a perceber”, “mas gostei”, “aqui parece mais fácil, depois quando for sozinha como faço?”, “mas obrigada por me ajudares” e “agora alguém pode ouvir-me”. Este encontro pode avaliar-se de forma positiva. A D. Laurentina inicialmente mostrou-se apreensiva, mas, ao longo do tempo, foi-se envolvendo na atividade e deixando que o medo pelo fracasso se fosse dissipando. A D. Laurentina mostrou a sua coragem e vontade de tentar.

Dia 23/7/2021, nono encontro. Como tinha sido combinado, o dia era dedicado ao nosso encontro na padaria. Quando lá chegamos entramos na padaria e incentivei a D. Laurentina a falar com o funcionário e pedir uma mesa. A D. Laurentina pediu uma mesa para duas pessoas na esplanada. Sentamo-nos e começamos a fazer a leitura do menu, algumas palavras eram desconhecidas para a D. Laurentina e tentei de forma simples explicar-lhe de que se tratava, ainda assim, consegui aprender mais palavras na língua dela também. Decidimos o que iríamos lanchar e em seguida, com alguma hesitação a D. Laurentina chamou o funcionário e transmitiu a nossa ementa. Recorreu algumas vezes ao seu auxiliar de memória para conseguir dizer a ementa, mas, consegui fazê-lo com distinção. Enquanto esperávamos continuamos a explorar o menu, e a D. Laurentina foi perguntando o que cada palavra significava e foi-me traduzindo também essas palavras para a sua língua. À medida que o tempo foi passando, fui perguntando à D. Laurentina se estava à vontade e se sentia confortável com a situação ao qual esta me diz, “é a primeira vez que saio com alguém que não é o meu marido e que falo em português”, “não estou habituada a isto”. Quando o funcionário chegou à mesa, a D. Laurentina agradeceu o pedido, disse obrigada em português e, tentou pedir guardanapos. O funcionário ainda questionou sobre se o Compal que pedimos seria fresco ou natural e a D. Laurentina, sem perceber o que o funcionário tinha dito, olhou para mim. Eu respondi e, quando o funcionário se ausentou,

expliquei o significado de “fresco e natural” à D. Laurentina. Durante o nosso encontro, um casal que se encontrava na mesa à nossa esquerda, questionou-nos sobre se tínhamos um isqueiro ao qual, também eu tive de responder, uma vez que a D. Laurentina não sabia o significado da palavra em questão. Dados estes pequenos constrangimentos, a D. Laurentina mostrou a sua preocupação porque não sabia responder, no entanto, eu referi que era normal, que são palavras mais difíceis e não eram tão fáceis de ser percebidas, mas, que agora, ao se ter confrontado com a situação, em uma próxima já saberá responder. Apesar de algumas dificuldades a D. Laurentina desafiou-se e conseguiu terminar o encontro com um sorriso na cara, o objetivo foi cumprido. Aprendeu palavras novas, envolveu-se pela primeira vez numa situação real na comunidade e deu o primeiro passo para relativizar o fracasso sentido por ela mesma, devido à dificuldade que sente em comunicar em português.

Dia 28/7/2021, 10º encontro. Neste dia falamos ao telefone sobre diversos assuntos, tal como mencionado no corpo de texto. A D. Laurentina contou-me da viagem que o marido ia fazer, no entanto, esta não poderá acompanhá-lo porque se encontra a trabalhar nessa semana. Além disso, estava à espera de um papel (devido à situação pandémica os serviços estavam a atrasar estes pedidos) que é a prova de como se encontra legal no país e, sem ele, não poderá viajar. Falamos, em particular, dos dois idiomas que a D. Laurentina fala. A D. Laurentina confidenciou-me que fala os dois idiomas, no entanto, tem mais facilidade e é mais usual fazer uso, em particular, de um deles. Em casa, ela fala em um idioma e o marido em outro, tal acontece também com a sua família, em que apenas ela e a mãe falam no mesmo idioma, os restantes, pai, e irmãos falam no outro. Dada a minha curiosidade, questionei-a se algumas palavras/expressões são idênticas em ambos os idiomas ao qual me respondeu que existem palavras iguais. Neste seguimento, falamos também de música, a D. Laurentina disse-me que não gosta de música rock, prefere músicas mais calmas. Quando está em casa ouve alguma música, não muito alta e aprecia a música da banda “The Beatles”. A propósito disto, referiu que na escola onde andava eram privilegiadas as atividades, que aqui em Portugal, designamos de extracurriculares, tais como, a música, a dança, o teatro e a costura, a cozinha e a eletrónica, que estavam inseridas no próprio plano curricular. Neste encontro, refletimos ainda acerca da ida ao café. A D. Laurentina confidenciou que no dia anterior à nossa ida e no próprio dia estava nervosa e pensou se seria ou não uma boa opção. No entanto, já no local e, com a minha presença por perto referiu que se sentiu mais segura e protegida. Caso não conseguisse falar teria sempre o

meu apoio para o fazer. Para seu auxílio, levou, tal como combinado, um papel com algumas palavras chaves/frases caso assim quisesse recorrer, tais como: "menu", "esplanada", "sumo natural de laranja", "pão aquecido". Para primeiro contacto com a comunidade, o feedback é positivo. Apesar de insistir que os outros não percebem o seu português e lhe falta muito vocabulário, com o seu empenho, o meu auxílio, e o auxiliar de memória o momento foi agradável, tanto para que, finalmente, a D. Laurentina se envolvesse mais na comunidade e se permitisse a fazer as coisas sozinha, como também, para perder o receio que tem em comunicar.

Dia 3/8/2021, 11º encontro. Neste dia tivemos oportunidade de dar conta das palavras que a D. Laurentina foi aprendendo ao longo dos nossos encontros. Fizemos uma leitura pela tabela com as palavras e a D. Laurentina tomou consciência das inúmeras palavras aprendidas, "temos aqui muitas palavras, não tinha noção de que eram tantas". "É muito bom, já sei dizer mais algumas coisas". Mais uma vez e junto da mesma reforcei a disponibilidade que esta mostrou não somente em aprender, mas, também, em dar-me a conhecer uma língua que para mim era desconhecida. Destaquei assim a importância deste intercâmbio cultural. Neste encontro organizamos o Guião para o próximo momento, a ida aos correios. Para que esta estivesse mais inteirada sobre o assunto trouxe da Junta de Freguesia, onde esporadicamente trabalho, algum material que é usado para o registo e envio de cartas. Trouxe envelopes normais, envelopes almofadados, envelopes previamente destinados ao correio azul, selos, entre outros. Trouxe ainda guias de envio e formulários de correio registado, e expliquei à D. Laurentina de que modo é que devia ser feito o seu preenchimento. Dedicamos alguns minutos a explorar o material e, em seguida, fizemos a preparação do Guião, de salientar que estes guiões foram elaborados por ambas e poderão não obedecer minuciosamente à conversa real no momento da ida aos correios, é apenas um exemplo do que pode ser falado. Durante a preparação do mesmo a D. Laurentina foi colocando hipóteses acerca do que poderia ser perguntado ao funcionário no momento de envio da carta e aquilo que ela queria saber sobre o modo de funcionamento dos correios. O guião foi escrito por mim em uma folha de papel e foi lido em conjunto. Algumas das palavras eram desconhecidas para a D. Laurentina pelo que, houve necessidade de lhe explicar ao que se referiam. Também devido à repetição do guião, a D. Laurentina foi memorizando algum texto. Posto isto, a D. Laurentina referiu, "sinto-me mais feliz. Mais motivada." "Talvez já vou conseguir sair de casa mais vezes sozinha, hoje aprendi mais coisas". A D. Laurentina mostrou-se feliz e menos tensa que nos encontros anteriores e definiu o encontro como, "um

momento feliz". Não tendo mais tempo para estar comigo, despedimo-nos e combinamos o encontro seguinte.

Guião- Correios

D. L: Olá boa tarde.

Funcionário: Boa tarde, em que posso ser-lhe útil?

D.L: Gostava de enviar esta carta para a ..., é possível?

Funcionário: Sim, de que forma quer enviar?

D. L: Qual é o tipo de correio que utilizam?

Funcionário: Temos o correio normal, correio registado simples e com aviso de receção, correio verde e o azul. Os mais usados são o correio normal ou registado.

D. L: Qual é a diferença entre esses correios?

Funcionário: A diferença entre eles é o preço, o envio internacional é mais caro, se for nacional fica mais em conta. E também a rapidez de envio. Algumas pessoas optam por enviar o correio em formato registado porque demora menos tempo a chegar ao destino e podem também acompanhar a sua carta/encomenda consultando a página online dos CTT, através de um código que é entregue ao cliente. Os clientes dizem que este serviço é mais seguro.

D. L.: Qual é o preço desses serviços? Qual é o valor do correio normal e do registado?

Funcionário: Este valor depende também do peso da sua encomenda. Vai enviar apenas uma carta? Ou é uma encomenda grande?

D.L: É uma carta.

Funcionário: Então vamos pesar a carta e ver na tabela quanto lhe será cobrado pelo envio. Pode dar-me a sua carta?

D.L: Sim, aqui está.

Funcionário: Como a sua carta tem menos de 20g, correio registado é 3,85€ para a Europa. Se fosse por exemplo para os EUA já seria 4,40€. Em correio normal, para o país que me indicou são 0,91€ para o resto da europa são 0,88€. Como pretende enviar?

D.L: Como o senhor me disse que o correio registado com aviso de receção é mais seguro, vou enviar dessa forma. Como posso fazer?

Funcionário: Vou entregar-lhe este formulário e vai preencher com a morada do destinatário e do remetente. Depois vou colar na sua carta e no formulário estes códigos de barras e vai conseguir acompanhar a sua encomenda na página online dos CTT. Esse formulário "Aviso de Receção", vai colá-lo na parte de trás da sua carta.

D.L: Vou preencher a minha morada e a da minha filha. Obrigada. Qual é então o valor que tenho de pagar?

Funcionário: São 3,85€. Pode deixar-me a carta e vamos já enviar.

D. L: Aqui está a carta. Obrigada pela disponibilidade. Tenha um bom dia.

Funcionário: Obrigado, disponha sempre. Boa Tarde.

Lista de Palavras aprendidas ao longo dos encontros

Pão Torrado	...
Meia de Leite	...

Feedback	...
Cábula	...
Refeição	...
Sigilo	...
Tomar posse	...
Gravador	...
Coser	...
Costurar	...
Quintal	...
Profissão	...
Escudo	...
Menu	...
Veias	...
Registada	...
Fresco	...
Natural	...

Isqueiro	...
Gravador	...
Disco	...
Envelope	...
Sumo natural de laranja	...
Selos	...
Formulário	...
Número de utente	...
Ementa	...

No dia 24/8/2021 deu-se o último encontro e a avaliação final do projeto. Neste dia encontrei-me com a D. Laurentina em sua casa e conversamos no interior da mesma. Pedi à D. Laurentina para pensar em todos estes encontros e de que modo ela os classificava. Após alguns momentos, a D. Laurentina disse, “senti-me bem. Nunca ninguém tinha falado tanto comigo aqui em Portugal. E tu nunca te esqueceste de mim nem do Sr. Valentim.” Acrescentou ainda que se sentia mais segura, embora ainda tenha um longo caminho pela frente, mas “agora com mais palavras que aprendi e ao ir sozinha aos sítios, tenho mais liberdade”. Posto isto, disse também que ao início parecia tudo muito difícil, mas que à medida que o tempo foi passando as coisas tornam-se mais fáceis e, tendo alguém que estivesse do lado dela, sentiu-se mais capaz, “sabes que eu ao início não falava muito. Agora acho que já estou melhor, já digo mais coisas. Está mais fácil”. Também referiu a importância que eu dei em conhecer a sua cultura, língua e costumes, “gostei muito que tivesses aprendido também comigo. Nunca ninguém se importou aqui na ilha em conhecer a minha cultura, o meu país. Mas tu quiseste saber mais”. “Quero dizer obrigada (dizendo na sua

língua e, imediatamente em português) por me ajudares”. Neste dia falamos também da reunião que iria ocorrer no Sábado com o coordenador do Workshop e a jurista responsável pelo processo da ilha. Incentivei a D. Laurentina a comparecer na reunião e destaquei a importância da mesma, para que conseguisse pôr-se a par dos progressos sobre a situação da ilha. Tranquilei-a para o facto de se não se sentir confortável em intervir, não o fazer, mas, escutar e ser depois capaz de transmitir ao marido o que foi falado na reunião, uma vez que este não poderia estar presente. Disse-lhe mesmo assim que devia tentar, que é capaz e esta é uma oportunidade de se fazer ouvir pela primeira vez numa situação que é do interesse dela e de todos os moradores. A D. Laurentina riu, agradeceu pela preocupação e disse que ia ver se conseguia comparecer na reunião. Por fim, importa referir que a avaliação do projeto e, especificamente, a avaliação desta ação se encontra no tópico “Avaliação final do Projeto: Avaliação de produto”.

**“ (Re)construir, (Re)qualificar, (R)esignificar” : A
relação de ajuda como base para o empoderamento
de um grupo de moradores de uma ilha do Porto**

Amália Dias Dias Gomes

